

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**Damião Tiburtino Matias**

**Sustentabilidade nos negócios financeiros: a relação entre a política de  
responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil e as pequenas e médias  
empresas tomadoras de empréstimos**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SÃO PAULO**

**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**Damião Tiburtino Matias**

**Sustentabilidade nos negócios financeiros: a relação entre a política de  
responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil e as pequenas e médias  
empresas tomadoras de empréstimos**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Dr. Rinaldo Sérgio Vieira Arruda.

**SÃO PAULO**

**2009**

## ERRATA

1. Na página 20, item 1.1, parágrafo 1º, onde se lê “Entendemos, por meio ambiente,” leia-se “Segundo Ribeiro(2006), entendemos, por meio ambiente,”
2. Na página 50, parágrafo 2º, onde se lê "(a versão integral dos indicadores, constam em anexo – conforme anexo 2 desta dissertação”, leia-se "(a versão integral encontra-se disponível em [http://www.ethos.org.br/docs/conceitos\\_praticas/indicadores/default.asp](http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/default.asp)):”
3. Na página 63, parágrafo 2º, onde se lê “a Agenda 21 do Banco do Brasil, em anexo, bem como ...” leia-se “a Agenda 21 do Banco do Brasil, bem como...”
4. Na página 66, item 3.3.3, parágrafo 1º, onde se lê “ o Banco do Brasil afirmou ser signatário de ambos”, leia-se “ o Banco do Brasil afirmou ser signatário destes.
5. Nas referências bibliográficas acrescente-se:  
RIBEIRO, Carlos Leite. Dia mundial do meio ambiente. Disponível em:  
<[www.kaestamosnos.org/pesquisas\\_Carlos\\_Leite\\_Ribeiro/dia\\_mundial\\_do\\_meio\\_ambiente.html](http://www.kaestamosnos.org/pesquisas_Carlos_Leite_Ribeiro/dia_mundial_do_meio_ambiente.html)>. Acessado em 09.10.08.

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me guiado.

Ao Professor e Orientador Dr. Rinaldo Sérgio Vieira Arruda, por ter dedicado parte do seu tempo e da sua louvável sabedoria à orientação do meu trabalho.

À coordenação do curso de Ciências Sociais da PUC-SP.

Aos meus pais e à Margarida (minha irmã) que muito me apoiaram no decorrer do curso.

Ao Junior, meu sobrinho, pela sua dedicação e contribuição durante a pesquisa.

Ao Banco do Brasil, pela concessão da bolsa de estudos e pelo apoio durante a pesquisa.

Ao comitê do Banco do Brasil - CSL São Paulo, em especial a Jeferson de Souza, pelo apoio dado ao meu projeto/curso, sem o qual não seria possível a sua realização.

À Nova Joventino – *in memória*, minha primeira professora, pela sua dedicação à minha formação.

A Quinco Joventino e sua esposa pelo apoio durante a minha formação acadêmica.

Ao Amigo José Branco – *In memória*, e sua esposa D. Joaquina, pelo apoio dado aos meus estudos.

A Francisco, sua esposa e suas filhas/Genros(Vila Simão), pelo apoio que me deram no desenvolvimento deste trabalho.

À Carmen S B Martinelli (Gerente), pelo apoio, paciência e colaboração, durante os períodos em que estive ausente no setor, para cursar os créditos necessários à conclusão do meu projeto.

Aos colegas de trabalho do CSL SP, em especial, à Tânea, pela motivação e apoio à minha pesquisa.

E aos colegas de curso pela agradável convivência.

“Não só nascemos com nossa  
liberdade, como também com a  
vontade de defendê-la“

(Etienne La Boétie)

## RESUMO

Este trabalho intitulado “Sustentabilidade nos negócios financeiros: a relação entre a política de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil e as pequenas e médias empresas tomadoras de empréstimos”, tem como objetivo principal analisar como o Banco do Brasil avalia e monitora os programas cujo objetivo é a sustentabilidade. Para tanto, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica/exploratória sobre o tema em questão. Em seguida, realizou-se um estudo de caso, complementado por uma pesquisa de campo de caráter qualitativo.

Em virtude do tratamento dado pelos autores pesquisados no que se refere à contextualização da sustentabilidade socioambiental, bem como à responsabilidade socioambiental empresarial, pôde-se compreender a importância que deve ser dada por todos os segmentos da sociedade (incluindo as pequenas, médias e grandes empresas) aos seguintes aspectos: a conservação e/ou preservação do meio ambiente; o respeito e valorização à dignidade da pessoa humana; a distribuição de renda de forma justa; o emprego com qualidade; a igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais e, finalmente, a diversidade sociocultural.

Quanto ao estudo de caso, observou-se que a avaliação e o monitoramento dos projetos com valor igual ou superior a US\$ 10 milhões resguardam a importância dos compromissos públicos assumidos pelo Banco, dando ênfase, sobretudo, aos Princípios do Equador como principal balizador socioambiental para os projetos de financiamentos estruturados. Tratou-se também do engajamento do Banco do Brasil com relação aos princípios de responsabilidade socioambiental, que seriam, segundo a instituição, parte integrante de sua estratégia.

No que diz respeito à pesquisa de campo, a investigação sobre o conhecimento de uma parcela dos funcionários acerca da responsabilidade socioambiental do Banco revelou a necessidade de maior divulgação das suas práticas junto ao público interno. Através de pesquisa efetuada pelo Anuário 2008, foi possível acompanhar as declarações do BB a respeito dos aspectos de gestão interna e externa. Verificou-se, ainda, o grau de conhecimentos dos funcionários nos processos de avaliação e monitoramento dos riscos socioambientais nas operações/empréstimos junto às pequenas e médias empresas tomadoras de empréstimos, bem como as formas que o Banco utiliza para avaliar e monitorar o risco socioambiental.

**Palavras-chave:** Banco do Brasil; Desenvolvimento Sustentável; Responsabilidade Social; Políticas de responsabilidade socioambiental.

## ABSTRACT

This dissertation entitled "Sustainability in the financial business: the relationship between the policy of social responsibility of the Bank of Brazil and small business borrowers for loans," has as main objective to analyze how the Bank of Brazil evaluates and monitors programs whose goal is sustainability, because, 200 years to complete, the Bank reaffirms its trajectory for greater promotion of development of the country, combining economic growth in its business to sustainable development. Thus, it is a literature search / exploration on the topic in question. Then a case study, supplemented by a field research - qualitative. Due to the treatment given by the authors investigated in relation to social context of sustainability, and corporate social responsibility, we could understand the importance to be given by all segments of society (including small, medium and large companies) on the conservation and / or environmental preservation, the respect and appreciation for human dignity, the distribution of income in a fair, quality of employment, equality in access to resources and social services and sociocultural diversity. As for the case study, regarding the evaluation and monitoring of projects with values equal to or greater than \$ 10 million, emphasized the importance of the commitments made by the public, emphasizing, in this case, for the Equator Principles as marked important for social projects, structured financing. It is also the engagement of the Bank of Brazil with the principles of social responsibility, which is part of its eastratégia. For the field research, you can see the involvement of officials in the processes of evaluation and monitoring of risks in the operations sociaombintais / loans to small and medium enterprises lending policy and the ways that the Bank uses to assess and monitor the social and environmental risk.

**Keywords:** Bank of Brazil; Sustainability; Social Responsibility; Policy of social environment responsibility.

## SUMÁRIO

### LISTA DE FIGURAS

### LISTA DE BOXES

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

## PARTE I

**INTRODUÇÃO** .....13

**METODOLOGIA UTILIZADA**.....18

## PARTE II

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Capítulo 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 20

1.1 O conceito de Desenvolvimento Sustentável..... 19

1.1.1 Histórico dos debates sobre o desenvolvimento sustentável.....25

1.1.2 Contexto de surgimento do conceito de sustentabilidade  
socioambiental.....26

1.1.3 Principais fatores geradores da degradação ambiental.....34

1.1.4 As questões sociais e a pobreza.....36

1.1.5 Objetivos do milênio.....39

1.1.6 Combate à pobreza.....40

Capítulo 2. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL .....45

2.1 Responsabilidade socioambiental .....45

2.2 Responsabilidade socioambiental empresarial no Brasil .....48

## PARTE III

**CAPÍTULO 3 - O BANCO DO BRASIL E A SUSTENTABILIDADE  
SOCIOAMBIENTAL NOS NEGÓCIOS FINANCEIROS** .....57

3.1 Sustentabilidade financeira: breves considerações .....57

3.2 Caracterização do Banco do Brasil – Histórico do seu papel relacionado ao  
Estado.....59

3.3 Banco do Brasil.....63

3.3.1 Questões socioambientais: aspectos externos de gestão  
socioambiental.....64

3.3.2 Políticas para concessão de créditos.....	65
3.3.3 Princípios do Equador.....	66
3.3.4 Aspectos internos de gestão socioambiental.....	68
3.4 Práticas para a sustentabilidade no Banco do Brasil .....	71
3.4.1 Objetivos do Milênio na prática.....	71
3.4.2 Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS .....	72
3.4.3 Produtos e Serviços Socioambientais.....	73
3.4.4 Ações/Programas desenvolvidos pela Fundação Banco do Brasil - FBB nas áreas de educação, trabalho e renda, e tecnologias sociais .....	75
3.5 Da pesquisa de campo – Questionário .....	76
3.6 Resultados da pesquisa de campo.....	83

#### **PARTE IV**

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>87</b>
-----------------------------------	-----------

#### **PARTE V**

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>93</b>
---	-----------

#### **PARTE VI**

<b>ANEXOS .....</b>	<b>99</b>
Anexo 1 - Princípios de Estocolmo.....	100
Anexo 2 - Organograma do Banco do Brasil.....	101
Anexo 3 Carta de Princípios do Banco do Brasil.....	102
Anexo 4 Principais programas/Projetos desenvolvidos pela Fundação Banco do Brasil.....	103
Anexo 5 Princípios do Equador.....	104

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Tripé da Sustentabilidade.....	29
FIGURA 2 - Pirâmide Econômica Mundial.....	35
FIGURA 3 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio .....	40
FIGURA 4: Organograma parcial do Banco do Brasil.....	62

## LISTA DE BOXES

<b>BOX 1</b> – Mapa de resultados das iniciativas DRS.....	73
<b>BOX 2</b> – Produtos e serviços Socioambientais.....	74
<b>BOX 3</b> – Ações e programas desenvolvidos pela FBB.....	75

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNUMAD – Conferência das Nações sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável

DS – Desenvolvimento Sustentável

EUA – Estados Unidos da América

FBB – Fundação Banco do Brasil

FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

GRI – Global Reporting Initiative

IFC – International Finance Corporation / Corporação Financeira Internacional

ISO – International Standardization Organization

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAT – Programa Amparo ao Trabalhador

PIB – Produto Interno Bruto

PROEX – Programa de Financiamento às Exportações

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ROL – Receita Operacional Líquida

RS – Responsabilidade Social

RSA – Responsabilidade Socioambiental

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

WCED – World Commission on Environment and Development

## PARTE I

### INTRODUÇÃO

O tema sustentabilidade ambiental vem sendo discutido mundialmente pelos diversos setores corporativos, sejam eles: comercial, financeiro, de prestação de serviços, educacional, entre outros, e é no âmbito do segmento financeiro que esta pesquisa se situa. Este trabalho é uma análise das práticas desenvolvidas e/ou apoiadas ou financiadas, por este setor, que visam a promoção dos cuidados em relação à sustentabilidade financeira e socioambiental nas organizações que, direta ou indiretamente, financiam seus clientes no desenvolvimento das suas atividades. Neste sentido, pretende-se focalizar os processos de conscientização destes clientes promovidos pelo setor financeiro, fornecendo-lhes orientações e técnicas que permitam o desenvolvimento das suas atividades de forma consistente visando não somente os seus objetivos econômicos, mas também os objetivos que o mercado, de uma forma geral, está discutindo e procurando, ou seja, encontrar soluções mais adequadas que promovam a sustentabilidade socioambiental e que diminuam, entre diversos outros aspectos, os fatores causadores do aquecimento global do planeta.

A nova realidade de mercado fez com que as empresas investissem mais em outros atributos hoje essenciais, além de preço e qualidade: confiabilidade, serviços de pós-venda, produtos ambientalmente corretos e relacionamento ético da empresa com seus consumidores, fornecedores e varejistas, além da valorização de práticas ligadas ao ambiente interno, como a política adotada em relação à segurança de seus funcionários ou produtos e à qualidade e preservação do meio ambiente. (ASHLEY *et al*, 2002:5)

Na realidade atual, algumas instituições financeiras têm demonstrado grande preocupação com o meio ambiente e de certa forma vêm se propondo a desenvolver ações visando proporcionar um melhor gerenciamento nas atividades financiadoras que seguem as orientações da agenda 21.

A Agenda 21 é um programa de ações, elaborado e lançado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, conhecido como ECO-92, realizado em 1992, no Rio de Janeiro, e com o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países. Constitui a

mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Seguindo o exemplo da Agenda 21, as empresas devem aglutinar os vários grupos sociais na programação de uma série de atividades em nível local, que impliquem mudanças positivas no atual padrão de desenvolvimento e progresso, integrando as dimensões socioeconômicas, político-institucionais, culturais e ambientais, de acordo com os princípios da sustentabilidade.

Dentre essas instituições vamos focalizar o Banco do Brasil, que, segundo consta em suas diretrizes institucionais, se propõe a divulgar, junto aos seus colaboradores e junto à mídia, ações simples, mas que, praticadas de forma consciente e generalizada, poderiam fortalecer toda a cadeia produtiva e promover o desenvolvimento sustentável de todo o planeta. Além disso, o BB estabelece certos critérios e programas de monitoramento. Assim, este trabalho tem como objetivo principal analisar como o Banco do Brasil avalia e monitora os programas cujo objetivo é a sustentabilidade socioambiental.

Através de pesquisa documental pretendemos verificar como o Banco do Brasil vem atuando de forma sistematizada em cada região do país, levando em consideração que cada região oferece um tipo de risco específico e, conseqüentemente, um tipo diverso de oportunidade bem como uma atuação diferenciada em termos de projeto sustentável.

Como exemplo pode-se mencionar a região Nordeste cujo contexto social é marcado pela escassez de recursos financeiros. Boa parte da população apresenta um baixo nível de escolaridade e as difíceis condições sociais contribuem para a exploração do trabalho infantil, da prostituição, dentre outros fatores que prejudicam os índices de desenvolvimento local.

O quadro requer maior atenção por parte das instituições e/ou organizações empresariais para que conjuntamente, sejam desenvolvidas estratégias de curto prazo, visando o enfrentamento das dificuldades sociais, condição absolutamente necessária para melhorar a qualidade de vida daquela região. Tal medida poderia contribuir para a geração de oportunidades com a criação de valores sociais, econômicos e ambientais.

Na opinião de Ashley *et al* (2004:54),

o reconhecimento de que as instituições como o Estado a sociedade civil e as organizações estão reestruturando suas respectivas atribuições que tem como um de seus efeitos principais o maior interesse das empresas em se tornarem socialmente responsáveis perante os contextos socioculturais em que se inserem, ocupando espaços na sociedade antes preenchidos somente pelo Estado ou pela sociedade civil (como a área de atuação nas comunidades), transformando a responsabilidade social um diferencial fundamental para tornar as organizações empresariais mais produtivas, garantindo o respeito dos públicos envolvidos e a sua própria viabilidade.

A partir da Revolução Industrial, o processo que se desenrolou e hoje se globalizou, é mantido e movido pela enorme explosão do comércio e consumo. Segundo a lógica que se estabeleceu, as empresas carecem de um maior fluxo de investimentos e com isso, não há outra opção a não ser recorrerem aos bancos, o que vai gerar novas oportunidades de aplicação de recursos. Porém, dependendo da forma pactuada na sua aplicação, tais recursos poderão ser investidos de forma incorreta quando, por exemplo, não se tomam os devidos cuidados com o meio ambiente. É bastante comum encontrar notícias de empresas que derramaram óleo no mar, outras que contaminam o solo e os leitos de rios com restos residuais, poluem o ar, emitem gases, ou inclusive as que instaladas em zonas urbanas contribuem com a poluição atmosférica, ou com a agressão das ruas ao utilizar meios inadequados para o armazenamento e/ou depósito do lixo por elas produzido; enfim, etc. Por mais que o poder público fiscalize e aplique sanções, o estrago ambiental já está feito e, muitas vezes, pode ser irreversível. É, sobretudo, nesta seara, que as instituições financeiras vêm desenvolvendo projetos que não somente procuram fomentar a sua sustentabilidade financeira, mas também, através de mecanismos de acompanhamento e controle dos investimentos efetuados no financiamento das suas empresas clientes, que possam garantir o desenvolvimento sustentável dessas no tocante às suas práticas de relacionamento com o meio em que atuam.

O modelo de desenvolvimento econômico utilizado nas economias capitalistas ocidentais, algumas décadas atrás baseava-se em ganhos crescentes de escala por meio do uso intensivo de insumos produtivos, principalmente as extrações direta da natureza. (ASHLEY et al, 2004:63)

Até por volta da década de 1990 as empresas, para ganhar dinheiro, usavam táticas às vezes sem muito planejamento, de promoverem seus nomes e suas marcas, além de pequenas doações feitas aleatoriamente. No mundo atual, esta

prática vem dando lugar a outras ações, sendo pioneiras e bem sucedidas financeiramente àquelas organizações/empresas que, apesar do seu objetivo ser o lucro, estão preocupadas com as ações voltadas para os interesses de acionistas, investidores e consumidores que cada vez mais pressionam por comportamentos sociais e ambientais responsáveis, de forma a preservar, gerir e fazer bons negócios. São práticas que envolvem a internalização de novos valores e práticas por parte de toda a cadeia empresarial, funcional e de fornecedores. Assim, atualmente, as empresas são cobradas para que promovam a diversidade, ajudem a recuperar o meio ambiente, combatam o trabalho infantil, monitorem a cadeia de suprimentos, promovam a saúde pública, gerem empregos e levem desenvolvimento para as comunidades em que atuam: é a idéia de sustentabilidade socioambiental das empresas, como estratégia para sua maior aceitação no mercado e na comunidade. É neste sentido que se pretende pesquisar, observando como o Banco do Brasil procura promover e influenciar seus clientes tomadores de recursos para que desenvolvam práticas que promovam a sustentabilidade financeira e socioambiental.

Assim, a escolha do tema “Sustentabilidade nos Negócios Financeiros: a relação entre a política de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil e as pequenas e médias empresas tomadoras de empréstimos”, procura avaliar a atuação do Banco do Brasil nesse campo, verificando se através das suas práticas consegue a inserção da responsabilidade socioambiental junto aos diversos públicos com os quais se relaciona.

É com base nestas informações que esta pesquisa analisa as formas e propostas (e seu grau de adequação aos objetivos), que o BB apresenta, de desenvolvimento de práticas de responsabilidade social e ambiental no financiamento de projetos empresariais/empréstimos e financiamentos em geral.

O tema sustentabilidade nos negócios financeiros é bastante amplo. Para viabilizar o estudo, fizemos um recorte das informações pesquisadas de forma que seja possível analisar como o Banco do Brasil avalia e monitora os programas cujo objetivo é a sustentabilidade.

Portanto, o objetivo deste estudo é verificar se a teoria e o discurso empresarial do Banco do Brasil, no campo socioambiental, estão alinhados às suas práticas, bem como o de investigar como são avaliados e monitorados os projetos financiados pelo Banco do Brasil, com valor igual ou superior a US\$ 10 milhões, a

luz dos Princípios do Equador<sup>1</sup> e, ainda, os empréstimos e financiamentos, inferiores a US\$ 10 milhões, nos quais estão inseridas as pequenas e médias empresas.

O estudo em questão parte da hipótese de que, se grandes empreendimentos, ou seja, aqueles acima de US\$ 10 milhões, geralmente trazem problemas sociais e ambientais à população quando não são amplamente estudados e planejados, os pequenos empreendimentos também os trarão, ainda que em menores proporções. É possível que o fato ocorra porque, muitas vezes, as pequenas empresas não são monitoradas, e porque não são aplicados, nesses casos, os Princípios do Equador. É preciso ressaltar que tais princípios são importantes balizadores que deveriam ser atendidos inclusive na concessão de crédito e/ou financiamento dos projetos apresentados pelas pequenas e médias empresas.

---

<sup>1</sup> Os Princípios do Equador são um conjunto de políticas e diretrizes a serem observadas na análise de projetos de investimento de valor igual ou superior a US\$ 10 milhões.

## METODOLOGIA UTILIZADA

Inicialmente, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre os temas relacionados ao objetivo da dissertação em bibliotecas universitárias e em bases de dados na internet. Após esse primeiro passo, realizou-se a pesquisa documental junto à instituição Banco do Brasil, na qual foram selecionados os principais documentos afins ao tema e disponíveis no *site* corporativo, como segue: O Relatório de Sustentabilidade 2008; A agenda 21; O Balaço Social 2008; A carta de Princípios, dentre outras informações disponíveis, relativas às práticas propostas pela empresa que apresentassem o objetivo de promover a sustentabilidade.

Assim, tomando por objeto da pesquisa a instituição Banco do Brasil e suas políticas de responsabilidade social e ambiental, o presente trabalho se desenvolve em um estudo de caso através da investigação do tema em pesquisa bibliográfica, análise documental das publicações do Banco do Brasil e pesquisa de campo qualitativa junto ao público interno, realizada com a utilização de questionário.

Sobre os documentos coletados na instituição, esclarecemos que foram selecionados aqueles se pautam sobre a concessão de financiamentos de projetos de investimentos com valores acima de US\$ 10 milhões.

A pesquisa de campo foi realizada junto à rede de agências da Praça São Paulo/SP, no período de 17.04.2009 a 22.04.2009, através de um questionário de pesquisa, contendo 13 perguntas fechadas, acerca das práticas socioambientais realizadas pelo Banco na concessão de empréstimos / financiamentos ao segmento de pequenas e médias empresas. Foram encaminhados, dessa forma, 24 questionários – 01 por agência. O público entrevistado corresponde aos Gerentes de Contas, do Segmento Pessoa Jurídica. Do total de questionários enviados, somente 12 foram respondidos, mas consideramos que seja uma amostra suficiente o universo de 50% de uma praça importante.

A finalidade dessa investigação de campo foi a de verificar, junto à rede de agências denominada Rede Varejo, a forma como o Banco trabalha, através dos seus Gerentes de Contas, Pessoa Jurídica, com as questões socioambientais na concessão de crédito/ empréstimos às pequenas e médias empresas, na tentativa de perceber qual o grau de efetividade da promoção da sustentabilidade

socioambiental. Inclui-se, nessa etapa, o exame das metodologias e políticas adotadas pela instituição para a concessão dos mesmos.

## **PARTE II**

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

O objetivo deste capítulo é discutir o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Para isso, fizemos uma contextualização histórica dos principais acontecimentos mundiais, referentes ao assunto em questão, procurando mostrar tanto as alterações socioambientais trazidas pela modernidade, quanto a origem do conceito.

##### **1.1 O conceito de Desenvolvimento Sustentável**

Entendemos, por Meio ambiente, o conjunto de forças e condições que cercam e influenciam os seres vivos (eles mesmos sendo componentes do meio ambiente) e as coisas em geral. Os constituintes do meio ambiente compreendem os seres vivos, clima, iluminação, pressão, teor de oxigênio, condições de alimentação, modo de vida em sociedade.

Sustentabilidade, por sua vez, é um conceito sistêmico relacionado à continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. Propõe-se a ser um meio de configurar a civilização e as atividades humanas, de tal forma que a sociedade, os seus membros e as suas economias possam preencher as suas necessidades e expressar o seu maior potencial no presente, e, ao mesmo tempo, preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, planejando e agindo de forma a atingir pró-eficiência na manutenção indefinida desses ideais.

Entretanto, é sabido que, nos últimos séculos, um modelo de civilização se impôs, trazendo a industrialização, com sua forma de produção e organização de

trabalho, além da mecanização da agricultura, que inclui o uso de agrotóxicos, bem como a urbanização com um processo de concentração populacional nas cidades.

A tecnologia empregada evoluiu rapidamente com consequências indesejáveis que se agravam com igual rapidez no que se refere ao meio ambiente. Todavia, a preocupação com o meio ambiente só surgiu diante de sérios agravantes ambientais como as mudanças climáticas, desertificação e poluição, o aumento excessivo da população, a pobreza, entre outros problemas.

Há cerca de quatro décadas, alguns segmentos da sociedade vêm se manifestando contrários aos métodos que têm prevalecido nas relações econômicas e sociais e na forma como nosso planeta tem sido tratado. Essas práticas, segundo alguns críticos, têm contribuído para o crescimento das injustiças sociais no mundo, pois tem prevalecido uma postura essencialmente economicista. O crescimento populacional e econômico desenfreado é causa de sérios danos sociais e ambientais, talvez irreparáveis, e um cenário cada vez mais desolador e insustentável para o mundo vem se projetando.

Nesse contexto, acredita-se haver necessidade de uma nova ordem mundial, com mudanças, principalmente, nos paradigmas políticos e comportamentais do ser humano. E, ainda, nesse contexto, alguns teóricos sugerem que a aplicação dos princípios de Desenvolvimento Sustentável poderia colaborar com a criação de uma sociedade mais justa e igualitária, e um ambiente mais saudável para se viver (PINHEIRO, 2001).

A palavra “desenvolvimento” por si mesma é cheia de implicações de valor das mais intensas, e, no entanto, até hoje, ninguém parece ter encontrado uma substituição adequada. “Desenvolvimento” significa mudança, evolução, crescimento entre outros (Stavenhagen, 1985).

O atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios; se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição também aumentam dia-a-dia. Diante desta constatação, surge a idéia do Desenvolvimento Sustentável (DS), que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, visando ainda, o fim da pobreza no mundo (CARVALHO, 2006).

Nos anos 1950 até fins dos anos 1970 predominava uma concepção linear evolucionista no pensar o desenvolvimento. A pobreza, a fome, o produto nacional baixo, a baixa renda per capita, o baixo padrão de vida de grande parcela da população, entre outros, eram entendidos como atraso evolutivo. Diferentes estratégias eram postas em prática, e sempre se acreditava que a solução seria promover a industrialização nos países subdesenvolvidos. Os países eram classificados pelo desempenho dos recursos financeiros de ajuda (STAVENHAGEN, 1985).

Dizia-se que muitos países, dada uma base mínima, poderiam deslanchar um crescimento autossustentado sob orientações técnicas nacionais e internacionais. Com o fraco desempenho da maioria dos países subdesenvolvidos, o aumento da distância entre pobres e ricos no mundo, tornou-se evidente, por volta dos anos 60, que esta abordagem não produzia bons resultados.

O subdesenvolvimento passou a ser reconhecido como um resultado das relações econômicas desiguais estabelecidas entre o centro e a periferia, na conhecida Teoria da Dependência. Este conceito tornou-se objeto de análise e debate. O debate logo passou dos círculos acadêmicos à arena pública (STAVENHAGEN, 1985).

Nos anos 1970, as Nações Unidas tornaram-se o fórum privilegiado das reivindicações do chamado Terceiro Mundo, que lutavam em prol de uma nova ordem econômica internacional. Afirmava-se, na época, que o subdesenvolvimento só poderia ser combatido e o desenvolvimento alcançado se ocorressem mudanças drásticas nos padrões de comércio Internacional, nos preços das matérias-primas e dos produtos industrializados, nos fluxos de capital e nas transferências de financiamentos de tecnologia. Os países industrializados eram grandes responsáveis pela situação do Terceiro Mundo. Todavia, nenhum país industrializado admitiu essa responsabilidade.

Conforme assinala Stavenhagen (1985:16-17):

Na prática, isto significou que muitos porta-vozes do Terceiro Mundo acharam mais fácil culpar o sistema internacional, em geral, e os países industrializados em particular, por todos os seus males, e eximir-se a si próprios de qualquer responsabilidade pela situação de seus países.

Assim, nos últimos anos, a crítica permanente da teoria do desenvolvimento conduziu a uma outra abordagem, que reconhece que importar o modelo dos países

desenvolvidos não é possível, nem desejável, passando a buscar, de maneira persistente, estratégias alternativas de desenvolvimento.

As teorias e conceitos sobre Desenvolvimento Sustentável surgiram em meio à crise dos modelos desenvolvimentistas historicamente adotados, os quais não eram capazes de considerar todas as dimensões e valores fundamentais à satisfação das necessidades das gerações atuais e também futuras (CARVALHO, 2006).

De acordo com Stavenhagen (1985:17;18), esta busca tem levado, basicamente, à rejeição dos modelos desenvolvimentistas impostos do exterior e a criação de uma abordagem alternativa de desenvolvimento, chamada por ele de etnodesenvolvimento, na mesma linha de Sachs (2005), chamada de ecodesenvolvimento, visando reduzir a síndrome da dependência, conforme descrito a seguir.

Primeiro, a estratégia deve voltar-se para as necessidades básicas, ou seja, satisfazer as necessidades fundamentais de um grande número de pessoas, mais do que o crescimento econômico por si mesmo. Isto significa que um país deve concentrar seus recursos e esforços no sentido de produzir os bens essenciais, necessários à elevação dos padrões de vida dos mais pobres, antes de reproduzir os padrões de consumo e produção das nações industrializadas.

Em segundo lugar, a abordagem do desenvolvimento alternativo procura uma visão interna, ou endógena, e não uma visão externa e orientada para as exportações e importações. O desenvolvimento deve primeiro responder às necessidades do país, definidas internamente, antes de responder ao sistema internacional.

Em terceiro lugar, a abordagem procura usar e aproveitar as tradições culturais e não rejeitá-las a *priori* como obstáculos ao desenvolvimento, como era o caso das primeiras décadas da reflexão sobre o desenvolvimento.

Em seguida, ela se propõe a respeitar, e não destruir, o meio ambiente, ou seja, é válida, sobretudo, do ponto de vista ecológico. “Isto tem importância especial numa época em que os países industrializados, através de empresas multinacionais, transferem para o Terceiro Mundo suas indústrias mais poluentes” (STAVENHAGEN, 1985:18).

Cabe ressaltar que, a abordagem do desenvolvimento alternativo estaria baseada, sempre que possível, no uso dos recursos locais, quer sejam naturais,

técnicos ou humanos. Isto é, ela se orienta para a autossustentação, nos níveis local, regional e nacional. A autossustentação significa que o Terceiro Mundo deve contar, basicamente, com suas próprias forças e recursos, mais do que esperar soluções para seus problemas vindas a partir do mundo industrializado. Não se trata de rejeitar a cooperação e a solidariedade internacionais, mas de insistir que elas devem ocorrer nos termos do Terceiro Mundo. Conforme Sachs (1980;1981): “esse desenvolvimento ecologicamente adequado e autossustentado é, às vezes, chamado de ecodesenvolvimento, termo que deverá marcar um novo ramo no pensamento e na prática do desenvolvimento.” (apud STAVENHAGEN, 1985:19).

O termo desenvolvimento sustentável foi primeiramente utilizado por Robert Allen, no artigo "*How to Save the World*". Allen o define como sendo "o desenvolvimento requerido para obter a satisfação duradoura das necessidades humanas e o crescimento (melhoria) da qualidade de vida." [ALLEN, 1980, apud CARVALHO, 2006:36].

Os elementos que compõem o conceito de desenvolvimento sustentável são: a preservação da qualidade dos sistemas ecológicos, a necessidade de um crescimento econômico para satisfazer as necessidades sociais e a equidade – quando todos podem compartilhar - entre gerações presente e futura. Desta forma, percebe-se que os ideais do desenvolvimento sustentável são bem maiores do que preocupações específicas como a racionalização do uso da energia, ou o desenvolvimento de técnicas substitutivas do uso de bens não renováveis ou, ainda, o adequado manejo de resíduos. Principalmente, o que está em questão é o reconhecimento de que a pobreza, a deterioração do meio ambiente e o crescimento populacional estão indiscutivelmente interligados. Assim, nenhum destes problemas fundamentais pode ser resolvido de forma isolada. (<http://br.geocities.com/vpuccini/desenvol.htm>).

Dessa forma, de acordo com Amorin e Pereira (2009), a questão ambiental, isto é, “o conjunto de temáticas relativas não só à proteção da vida no planeta, mas também à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida das comunidades, compõe a lista dos temas de relevância internacional”. É nesse contexto que se iniciaram e se realizam as grandes reuniões mundiais sobre o tema, nas quais se formaliza a dimensão internacional das questões relacionadas ao meio ambiente, o que levou os países a se posicionarem quanto às decisões ambientais de alcance mundial (BRITO, 2005).

Assim, estabeleceu-se que de acordo com Jossianenn (2006:48): “a sustentabilidade abrange vários níveis de organização, desde a vizinhança local até o planeta inteiro”. E, para um empreendimento humano ser sustentável, é preciso que sejam respeitados quatro requisitos básicos. O primeiro é ser ecologicamente correto: estar pautado pelo o ambiente saudável. Ou seja, manter a natureza em equilíbrio, aplicar verdadeiramente a manutenção de bons costumes e hábitos coletivos para criar um novo ambiente e cultura para ser possível harmonizar o humano com o meio ambiente. O segundo requisito é ser economicamente viável, apresentando custos possíveis de concretização. O terceiro: ser socialmente justo para que haja equidade social. Por fim, segundo o quarto item, o empreendimento deve ser culturalmente aceito pelas camadas sociais envolvidas, dentro do conceito de suas tradições.

Em outras palavras, a sustentabilidade tem por significado prover o melhor para as pessoas e para o ambiente, tanto agora como para um futuro indefinido. Sustentabilidade pode ser definida como o princípio capaz de "suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas". A ideia contém dois conceitos-chave (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987):

I - O conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos menos favorecidos no mundo, que devem receber a máxima prioridade e; II - A noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (...). (JOSSIANENN, 2006:52).

### **1.1.1 Histórico dos debates sobre o Desenvolvimento Sustentável**

Desenvolvimento e direitos humanos alcançaram relevância na metade do século, como duas ideias propulsoras, destinadas a eliminar as lembranças da Grande Depressão e dos horrores da Segunda Guerra Mundial, fornecer os fundamentos para o sistema das Nações Unidas e impulsionar os processos de descolonização (SACHS, 2008).

No que se refere à conscientização ambiental, conforme Sachs (2008):

A onda da conscientização ambiental é ainda mais recente – embora ela possa ser parcialmente atribuída ao choque produzido pelo lançamento da bomba atômica em Hiroshima e à descoberta de que a humanidade havia

alcançado suficiente poder técnico para destruir eventualmente toda a vida do nosso planeta. Paradoxalmente, foi a aterrissagem na Lua – outro feito técnico e científico grandioso – que despertou a reflexão sobre a finitude do que então era denominado Espaçoave Terra. A opinião pública tornou-se cada vez mais consciente do capital da natureza quanto dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente, usado como depósito. (SACHS, 2008:47:48).

Além das afirmações de Sachs quanto à conscientização ambiental, há também, as questões do crescimento desordenado da população.

Assim, a questão ambiental tem sido discutida com maior intensidade nas últimas três décadas, consequência da grande preocupação que resultou da constatação dos efeitos causados pelo crescimento descontrolado do planeta, particularmente no período pós-Segunda Guerra. Em decorrência dessas discussões, várias instituições, tanto públicas como não governamentais, iniciaram movimentos para analisar a situação e encontrar saídas para um desenvolvimento menos agressivo ao meio ambiente e que promova maior justiça social, surgindo assim, grandes acontecimentos mundiais em prol da sustentabilidade.

É neste contexto que as empresas se organizam, propondo-se a contribuir para o desenvolvimento sustentável do planeta, considerando-se responsáveis pelo desenvolvimento de mecanismos que possam direta ou indiretamente contribuir para um crescimento social e ambiental de forma mais justa e conseqüentemente mais sustentável. Esse enfoque que tem sido perseguido pelas corporações.

### **1.1.2 Contexto de surgimento do conceito de sustentabilidade socioambiental**

Um dos primeiros passos para encontrar saídas para um desenvolvimento menos agressivo ao meio ambiente e que promova maior justiça social ocorreu em 1968, na Itália, com a criação do Clube de Roma<sup>2</sup>.

Cientistas e intelectuais do mundo inteiro se reuniram para discutir o futuro do homem. Este foi o primeiro movimento que buscou uma avaliação para a sustentabilidade do crescimento mundial e para o descontrolo no uso dos recursos naturais. Neste trabalho foram analisados os cinco pontos considerados críticos para compreender a situação e propor soluções: crescimento demográfico (1), a produção de alimentos (2), o ritmo do crescimento industrial (3), os níveis de poluição gerados pelas atividades econômicas (4) e o consumo de recursos naturais não renováveis

(5). O resultado desses estudos publicado em 1972 gerou um documento considerado um dos mais importantes sobre o tema: o Relatório *The Limits of Growth* (os limites do crescimento), mais conhecido como Relatório Meadows (MEADOWS et al, 1975; BURSZTYN, 1995; FELDMAN, 2006).

Quatro anos depois, em Estocolmo (Suécia), a Organização das Nações Unidas – doravante ONU - realizou uma grande conferência mundial sobre a ameaça que a vida sobre a Terra sofria. Do encontro, surgiram os primeiros movimentos a favor da proteção ambiental (FELDMAN, 2006).

Entretanto, durante a preparação da Conferência de Estocolmo, duas posições diametralmente opostas foram assumidas, por aqueles que previam *abundância* e, de outro lado, por aqueles chamados de *catastrofistas*. Os primeiros consideravam que as preocupações com o meio ambiente eram descabidas, pois atrasariam e inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização, necessária para alcançar o estágio de país desenvolvido. Em grande escala, o meio ambiente não era uma preocupação de peso uma vez que a prioridade deveria ser dada à aceleração do crescimento. Já do lado oposto, os pessimistas anunciavam o apocalipse para o dia seguinte, caso o crescimento demográfico e econômico, ou pelo menos o crescimento do consumo, não fossem imediatamente contidos.

Para os catastrofistas, ao final do século, a humanidade poderia encarar a triste alternativa de ter que escolher entre o desaparecimento causado pelo esgotamento dos recursos ou o desaparecimento provocado pelos efeitos caóticos da poluição (SACHS, 2008).

No encontro de Founex e, acerca de um ano depois, na Conferência de Estocolmo, ambas as posições extremas foram descartadas. Uma alternativa média surgiu entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico. O crescimento econômico ainda se fazia necessário. Mas, ele deveria ser “socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao Produto Interno Bruto (PIB).” (SACHS, 2008:52).

---

<sup>2</sup> Organização não governamental integrada por cientistas, economistas, empresários, dentre outras pessoas de vários países, preocupadas com os problemas ambientais e que se reúnem de tempos em tempos para discutirem grandes questões internacionais. (CLUBEFROME, 2004).

Assim, a questão ambiental entrou nas agendas oficiais internacionais a partir da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada em Estocolmo, no ano de 1972 e, pela primeira vez, o Planeta reunia representantes de diversos países para discutir as questões ambientais. Cabe frisar que a Declaração de Estocolmo contém 26 princípios, conforme pode se conferir no anexo 1 desta dissertação.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente foi um dos resultados concretos desta Conferência. A partir dessa época grande parte dos países industrializados criou seus ministérios, secretarias e agências de meio ambiente.

É importante ressaltar que a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, de 1972, ocorrida em Estocolmo, colocou a questão do meio ambiente na agenda internacional. A Conferência se deu em função do encontro Founex, de 1971, implementado pelos mesmos organizadores da Conferência de Estocolmo para discutir, pela primeira vez, as dependências entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Ambos os eventos foram seguidos de uma série de encontros e relatórios internacionais que culminaram, vinte anos depois, com o Encontro da Terra no Rio de Janeiro.

O paradigma, ou seja, o modelo do *caminho do meio*, que surgiu de Founex e do Encontro de Estocolmo, inspirou a Declaração de Cocoyoc, em 1974, e o influente relatório *What Now*, em 1975. De acordo com Sachs (2008):

Este documento trata de um outro desenvolvimento, endógeno (em oposição à transposição mimética de paradigmas alienígenas), autossuficiente (em vez de dependente), orientado para as necessidades (em lugar de direcionado pelo mercado), em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais. (SACHS, 2008:54).

Em 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED – *World Commission on Environment and Development*). No ano de 1984 esse organismo reuniu-se para discutir o tema sustentabilidade e, como consequência, surgiu em 1987 o documento denominado “Nosso Futuro Comum” ou Relatório *Brundtland* (nome da relatora e Primeira Ministra da Noruega).

O Relatório *Brundtland* propõe que a ideia de desenvolvimento sustentável não diz respeito somente ao impacto da atividade econômica no meio ambiente, mas também à qualidade de vida e ao bem-estar da sociedade. Entretanto, a busca do desenvolvimento sustentável requer:

- a) Um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- b) Um sistema econômico capaz de gerar excedentes e *know-how* técnico em bases confiáveis e constantes;
- c) Um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado;
- d) Um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- e) Um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- f) Um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- g) Um sistema administrativo flexível e capaz de se autocorrigir.

Assim, a partir da definição de Desenvolvimento Sustentável formulada pelo Relatório *Brundtland*, de 1987, pode-se perceber que o conceito realmente não diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável se refere principalmente às consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura.

Dessa forma, **a atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável**, conforme **Figura 1**. [Negrito Nosso].



**Figura 1** – Tripé da sustentabilidade

Fonte: <http://conteudo.imasters.uol.com.br/11140/sustentabilidade.jpg>

Vinte anos depois da Conferência de Estocolmo esta comissão organizou a RIO-92, também conhecida como ECO-92, que gerou novos compromissos internacionais e, assim, “a gestão ambiental antes tratada caso a caso passa a ter importância corporativa a nível intergovernamental” (HARRINGTON; KNIGHT, 2001, p.25).

A RIO-92 é a denominação comum da Conferência das Nações sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), foi a maior reunião já realizada em todo o mundo para discutir a questão ambiental. Fez história ao chamar a atenção de todo o mundo para uma questão nova na época: a compreensão de que os problemas ambientais do planeta estão intimamente ligados às condições econômicas e à justiça social. Reconheceu-se a necessidade de integração e equilíbrio entre as questões ambientais, sociais e econômicas para sobrevivência da vida humana no planeta, proclamando assim: “o conceito de desenvolvimento sustentável como meta a ser alcançada nos níveis locais, nacional e global”. A RIO-92 reuniu mais de 100 chefes de Estado e representantes de mais de 170 países (TRIGUEIRO, 2005:363).

A comunidade internacional, durante a Rio-92, acordou a aprovação de um documento contendo compromissos para mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século, denominando-o Agenda 21. Resgatava, assim, o termo “agenda” no seu sentido de intenções, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização em que predominasse o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações.

Além da Agenda 21, resultaram desse processo cinco outros acordos: a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, o Convênio sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas.

De acordo com Sachs (2008) quer seja denominado *ecodesenvolvimento* ou desenvolvimento sustentável, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos não se alterou desde o encontro de Estocolmo até as conferências do Rio de Janeiro. Assim, Sachs (2008:54; 85-88) acredita que ela ainda é válida na recomendação da utilização dos oito critérios distintos de sustentabilidade; a seguir:

#### **1. Social:**

- Alcance de patamar razoável de homogeneidade social;
- Distribuição de renda justa;

- Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente;
- Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

## **2. Cultural:**

- Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);
- Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);
- Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

## **3. Ecológica:**

- Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis;
- Limitar o uso dos recursos não renováveis.

## **4. Ambiental:**

- Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

## **5. Territorial:**

- Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público);
- Melhoria do ambiente urbano;
- Superação das disparidades interregionais;
- Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

## **6. Econômico:**

- Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;
- Segurança alimentar;
- Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica;
- Inserção soberana na economia internacional.

## **7. Política (nacional):**

- Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;
- Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;

- Um nível razoável de coesão social.

#### **8. Política (internacional):**

- Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional;
- Um pacote Norte-Sul de codesenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco);
- Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios;
- Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Preocupação na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade;
- Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Cabe ressaltar que, em paralelo a este movimento das Nações Unidas, em 1991, a Câmara de Comércio Internacional, através de representantes de empresas, desenvolveu um documento chamado de Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável criando 16 princípios para auxiliar as organizações a cumprir suas obrigações em matéria de gestão ambiental (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO; 2003:3).

Cinco anos depois da RIO-92, em junho de 1997, foi realizada em Nova Iorque a RIO+5, uma sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para avaliar os progressos dos países, organizações internacionais e setores da sociedade civil em relação aos desafios da Conferência do RIO. Os principais objetivos da RIO+5 eram: “a revitalização e o estímulo aos compromissos com o desenvolvimento sustentável, bem como os resultados e as metas não cumpridas [...]” (TRIGUEIRO, 2005:363).

Naquele mesmo ano, em dezembro de 1997, ainda, na tentativa de reverter a situação global, em uma outra Conferência, representantes de 170 países se reuniram em Kyoto, no Japão, para tentar discutir o futuro de nosso planeta e formas de diminuir a poluição mundial. O documento resultante deste encontro foi denominado Protocolo de Kyoto. Neste documento ficou estabelecido que algumas

propostas de redução da poluição seriam tomadas e que seria criada a Convenção de Mudanças Climáticas das Nações Unidas.

A maioria dos países participantes votou a favor do Protocolo de Kyoto, passando assim, a ser denominado Tratado de Kyoto, determinando que uma série de nações industrializadas se comprometem a reduzir suas emissões de gases poluentes em 5,2% - em relação aos níveis de 1990 – para o período de 2008- 2012.

Em 2002 é realizada pela ONU, em Johannesburgo, na África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Também conhecida por Cúpula do Milênio ou Rio +10. Esse evento teve por finalidade avançar nas propostas da RIO-92, todavia, foi considerada um fracasso, uma vez que continuamos, em âmbito global, destruindo nossas florestas e utilizando de forma predatória os recursos naturais.

Em 2002, surgem os Princípios do Equador, em razão dos problemas sociais e ambientais causados pelos grandes empreendimentos.

O conjunto das políticas e diretrizes de análises de projetos de investimento de valor igual ou superior a US\$ 10 milhões denominado de Princípios do Equador, conforme mencionado anteriormente, consiste de uma declaração de princípios de instituições financeiras sobre a determinação, avaliação e gerenciamento de risco ambiental e social em financiamentos de projetos. É uma tentativa internacional de regulamentação do que seria o financiamento ambiental, sendo o resultado de uma iniciativa de bancos de diferentes países junto ao *International Finance Corporation* - doravante IFC - (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2003).

A declaração dos princípios surgiu em um encontro de executivos para discutir experiências com investimentos em projetos envolvendo questões sociais e ambientais em mercados emergentes.

No Brasil, no que se refere à Responsabilidade Social, como resultado de uma parceria entre o SustainAbility, o IFC e o Instituto Ethos<sup>3</sup>, surgiu a publicação, de fevereiro de 2003, denominada "Criando Valor", versão para o português do *Developing Value – The business case for sustainability in emerging markets*<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa.

<sup>4</sup> O “*business case*” para sustentabilidade em mercados emergentes é um estudo que segundo a publicação Criando Valor “ tem como objetivo ajudar os homens e mulheres de negócios de mercados emergentes a identificar essas oportunidades a fim de aumentar seus lucros por meio do avanço em aspectos da sustentabilidade”.

Assim, tendo em vista o histórico dos debates acerca do desenvolvimento social, torna-se relevante uma abordagem quanto os principais fatores geradores da degradação ambiental, bem como sobre as questões sociais e os objetivos do milênio, para que haja uma real conscientização quanto à importância da sustentabilidade socioambiental, em todos os segmentos da sociedade.

### **1.1.3 Principais fatores geradores da degradação ambiental**

De acordo com as pesquisas realizadas, pôde-se compreender que foi a partir do relatório de *Brundtland*, sob o nome de *Nosso Futuro Comum*, que a expressão Desenvolvimento Sustentável ganhou notoriedade.

Conforme citado anteriormente, o relatório propõe que o Desenvolvimento Sustentável seja entendido como a capacidade das atuais gerações de atender às suas necessidades sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras (CMMAD, 1988 apud REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO, 2005).

Todavia, discute-se atualmente que as inovações tecnológicas e a reestruturação produtiva, para os trabalhadores, significam: aumento do desemprego, bem como da desigualdade social. E, ainda, que os padrões atuais de desenvolvimento são injustos e antidemocráticos, pois, não atendem às necessidades da maioria da população mundial e ainda ameaçam a sobrevivência das futuras gerações e do próprio planeta.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), nos países pobres do hemisfério sul, mais de um bilhão de pessoas não dispõem de água potável, 1,3 milhão estão expostos à fuligem e à fumaça. Quase um quarto da população mundial se alimenta a um custo de três dólares por dia e essa situação tem se agravado. Em 1982, havia trinta países pobres; no ano de 2000, esse número chegou a 47 (BARBIERI, 2007).

A incapacidade do mundo de reduzir os níveis de pobreza está contribuindo para a instabilidade global, na forma de guerras, doenças contagiosas e degradação ambiental. Configura-se um ciclo vicioso: a degradação ambiental exacerba a pobreza, que contribui ainda mais para a instabilidade global.

É quase impossível assegurar paz duradoura e estabilidade quando existem desigualdades imensas e os sistemas naturais que nos sustentam permanecem sob ameaça.

Pouco se pode avançar em termos de conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, se bilhões de pessoas não têm esperança ou chance de se importar com isso, pois necessitam buscar sua sobrevivência a qualquer custo, sendo esse custo geralmente ambiental (BARBIERI, 2007).

Da mesma forma, são os casos de certas corporações que, muitas vezes, são apresentados como um paradoxo [...] “uma instituição que cria riquezas, mas que também causa muito mal”. Por corporação entende-se: “uma forma de negócio. É um grupo de pessoas trabalhando em conjunto, com vários objetivos: o principal deles é obter grandes, crescentes lucros [...] Para os donos do negócio”. (THE CORPORATION, 2004), conforme ilustrado na **Figura 2**.

PIRÂMIDE ECONÔMICA MUNDIAL		
Renda anual per capita *	Camada	População em milhões
Mais de US\$ 20 mil	1	75 a 100
US\$ 1.5 mil até US\$ 20 mil	2 e 3	1,5 mil a 1,75 mil
Menos de US\$ 1.5 mil	4	4 mil

**Figura 2** – Pirâmide econômica mundial

Fonte: <http://www.cnpqg.embrapa.br>

(\* baseada na paridade do poder de compra nos EUA).

No Brasil, a atual realidade do país chama a atenção para a enorme concentração do excedente gerado pela atividade econômica nas mãos de poucos, em detrimento de amplas camadas da população, as quais vivem à margem de um total desequilíbrio social e ambiental provocados pela falta de condições dignas de sobrevivência, as quais:

Pressionadas pela pobreza e a necessidade instintiva de sobrevivência, essas minorias econômicas atuam de forma predatória sobre o meio ambiente, ocasionando desmatamentos de ecossistemas para moradia, alimentação, ou mesmo produção de energia. Exemplos da fauna silvestre, por exemplo, tornam-se fonte de alimentação para os excluídos. (BARBIERI, 2007).

Entretanto, é sabido que, nos últimos séculos, um modelo de civilização se impôs, trazendo a industrialização enquanto a tecnologia empregada evoluiu rapidamente com conseqüências indesejáveis que se agravam com igual rapidez, no que se refere ao meio ambiente. Destacam-se alguns poluentes do ar como as poeiras das fábricas de fertilizantes, a poluição causada pelo intenso tráfego de veículos com a queima de combustível, bem como os derramamentos de óleos nos rios. As águas também recebem vários tipos de poluentes, como inseticidas e o mercúrio. Outro exemplo é a poluição térmica causada por algumas indústrias e usinas termoelétricas, as quais lançam água quente nos rios, lagos e mares, entre outros.

Hoje, o modelo de globalização vigente no mundo é uma das principais causas da deterioração ambiental, pois hipoteca o caráter sustentável do Planeta. Os sistemas de livre mercado, que buscam o lucro a qualquer custo, permitem facilmente o desrespeito à natureza, cujos recursos são “gratuitos”.

Os critérios que regem os sistemas de industrialização dos países desenvolvidos criaram as condições que afetam adversamente o ambiente. Desta forma, as causas da pobreza e da degradação ambiental nos países em desenvolvimento estão diretamente relacionadas com o modelo de desenvolvimento dos países industrializados, imposto aos países pobres, via FMI. Esse modelo causa danos ao meio ambiente por contribuir diretamente com o aquecimento global e com a destruição da camada de ozônio, além de fomentar a desigualdade e a pobreza no mundo (BARBIERI, 2007).

Dessa forma, na realidade, é assegurando-se a qualidade do meio ambiente que se poderá, em seqüência, assegurar-se a sadia qualidade de vida, este sim o principal indicador do desenvolvimento de qualquer nação.

A qualidade de vida depende do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Se este é degradado, destruído, não haverá mais como se obter qualidade de vida.

#### **1.1.4 As questões sociais e a pobreza**

O ser humano sempre interage intensamente com o ambiente, é inevitável. Assim, nem o ser humano nem o ambiente podem ser estudados separadamente.

A relação entre pobreza e meio ambiente foi, por muito tempo, tratada como contraditória. Muitos especialistas em matéria de desenvolvimento firmaram convicção de que a preocupação com os diversos problemas derivados da degradação do meio ambiente deveria ficar para um momento posterior, ou seja, depois que a renda dos agricultores tivesse sido aumentada.

Idêntico entendimento foi manifestado por líderes de diversas nações, destacando-se o de Indira Gandhi, no sentido de que “povos e países pobres são obrigados a fazer uma troca explícita, a de aceitar a degradação ambiental a longo prazo a fim de atender suas necessidades imediatas de alimento e habitação.” (LEONARD, 1992:17).

Entretanto, segundo outros autores, essa conclusão é falsa. Ambos os problemas devem ser tratados conjuntamente. Não há a menor possibilidade de êxito se a solução da problemática for dividida e somente um dos problemas receber tratamento prioritário (GONÇALVES, 2007).

O que se está pretendendo afirmar é que não se pode combater eficazmente a pobreza se, ao mesmo tempo, não se combater a degradação ambiental, esta também advinda de grandes, médias e pequenas empresas poluidoras. Da mesma forma, não se pode obter êxito satisfatório na defesa e proteção do meio ambiente se não houver a redução drástica da pobreza. Um está ligado ao outro. Um é dependente do outro (GONÇALVES, 2007).

Assim, de um ponto de vista organizacional, para Ribeiro (1991:70), “o ambientalismo talvez seja uma das formas mais contemporâneas de movimento social”, constantemente articulando burocracias centrais (uma rede nacional ou internacional), conhecimento científico de diferentes campos (antropologia, ecologia, biologia, etc), redes de informações, lobby intenso de instituições políticas e econômicas, iniciativas legais, e, ainda, criação de eventos na mídia eletrônica, recrutamento de *superstars* e demonstrações massivas e simultâneas em vários países como formas de enfrentar a internacionalização da questão ambiental. Disso se pode compreender que, havendo um desenvolvimento sustentável ambiental, com certeza, há um desenvolvimento social também.

Ignacy Sachs, em sua obra *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, enfatiza algumas questões no que se refere à biomassa, partindo da seguinte colocação:

De certo modo, todas as principais civilizações do passado foram civilizações fundamentadas na biomassa, uma vez que dependiam quase que exclusivamente de produtos da biomassa para sua vida material: alimentos e ração animal (como é o caso de hoje), e também combustível, fibras para vestimentas, madeira para a construção de abrigos e mobiliário, plantas curativas. Ainda hoje, milhões de “pessoas dos ecossistemas” – habitantes das florestas e população rural – lutam por sua subsistência nos ecossistemas próximos, geralmente de modo criativo, baseado em conhecimento profundo sobre as ocorrências da natureza. (2008:29;30).

Para Sachs, nosso problema não é voltar ao passado, ou seja, aos modos ancestrais de vida, mas transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, decodificado e recodificado pelas etnociências, como um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização de biomassa, posicionada em ponto completamente diferente da espiral de conhecimentos e do progresso da humanidade.

Segundo Sachs (2008:30), “o argumento é que tal civilização conseguirá cancelar a enorme dívida social acumulada com o passar dos anos, ao mesmo tempo que reduzirá a dívida ecológica”. Para tanto, torna-se relevante uma abordagem holística e interdisciplinar na qual cientistas naturais e sociais trabalhem juntos em favor do alcance de caminhos sábios para o uso e aproveitamento dos recursos da natureza, respeitando a sua diversidade.

Conforme Sachs (2008:32), “o uso produtivo não precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos a consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural”.

Os países tropicais, de modo geral, e o Brasil, em particular, têm uma chance de pular etapas para chegar a uma moderna civilização de biomassa, alcançando uma endógena “vitória tripla” ao atender simultaneamente os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, considerados os três pilares do desenvolvimento sustentável (SACHS, 2008).

Entretanto, ao longo de muito tempo, foi divulgada a ideia de que a preservação ambiental era antagônica ao combate à pobreza, de modo que um teria de ser sacrificado em prol do outro.

Essa concepção era falsa, pois a pobreza tem se constituído num dos principais fatores de risco ao meio ambiente, já que grande parcela da população mundial se vê na contingência de se apropriar dos recursos naturais para a sobrevivência, o que leva à degradação do meio ambiente.

Na verdade, com a preservação deste é que se poderão reunir as condições favoráveis para o ataque à pobreza, pois, se a terra, maior bem de produção por excelência, permanecer com sua fertilidade, e se os recursos naturais forem explorados racionalmente, haverá maior possibilidade de desenvolvimento humano, com a geração de alimentos, de trabalho, de saúde, etc. (GONÇALVES, 2007).

Assim é que os dois maiores desafios da humanidade, o combate à pobreza e a preservação do meio ambiente, devem ser enfrentados, conjuntamente. E, para esta tarefa, nenhum esforço deve ser desprezado, seja pela ação dos governos ou pela ação de cada cidadão (GONÇALVES, 2007).

Como consequência, enfatiza-se a questão da sustentabilidade cuja missão é suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas. Ou seja, como já definido anteriormente, a prática do desenvolvimento sustentável pressupõe suprir as necessidades do presente de modo que não se comprometa a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Com relação às questões sociais (no sentido de transformação social), “a missão deve estar centrada na promoção das pessoas, na (re)descoberta e (re)encantamento do ser humano”, conforme Araújo et al (2007:18). Ou seja, a valorização profissional e o respeito pelas pessoas.

Em suma, torna-se relevante a conscientização de todos quanto à conservação e/ou preservação do meio ambiente e da valorização humana, respeitando-se o direito da dignidade da pessoa humana; quanto a uma distribuição de renda justa (que leve em conta a qualidade de vida da população); emprego com qualidade; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

### **1.1.5 Objetivos do milênio**

Para que possamos alcançar realmente o pleno Desenvolvimento Sustentável, a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, conforme **Figura 3**.



**Figura 3.** Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Fonte: <http://www.pnud.org.br/> <acessado em 11.04.09>

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio é um documento assinado por 199 países-membros da Organização das Nações Unidas que estabelece o compromisso de cada um deles em atingir oito metas de melhoria de desenvolvimento a serem alcançadas entre 1990 e 2015. As “oito formas de mudar o mundo”, segundo o documento assinado, são (WORKS BRASIL, 2007):

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. Atingir o ensino básico universal;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

### 1.1.6 Combate à pobreza

Conforme a Agenda 21 Global, capítulo 03, a pobreza é um problema complexo e multidimensional, com origens tanto nacional como internacional, problema esse que não tem tido uma solução única, com aplicação universal para combatê-la. E, ainda, é necessário que se desenvolva um programa específico para

cada país, criando-se atividades com apoio internacional em toda parte do país, pois os desafios são grandiosos, carecendo de uma atenção redobrada para a erradicação da pobreza e da fome para atingir maior equidade na distribuição da renda e no desenvolvimento de recursos humanos, a fim de tornarem-se capazes de atender às demandas crescentes e constantes, advindas dos processos de modernização.

Assim, faz-se necessário um olhar diferenciado que objetive amenizar a pobreza e, para tanto, deve-se criar uma política de meio ambiente que considere, entre outros aspectos, todos aqueles que necessitam do meio ambiente como meio para sobrevivência.

Há de se pensar também numa estratégia que fomente o aumento da produção, mas de forma que seja viável. Caso a sustentabilidade dos recursos sobre os quais ela se baseia não for considerada, mais cedo ou mais tarde, chegará o momento do declínio da produtividade. Dessa forma, uma estratégia para a erradicação da pobreza precisa ser necessariamente sustentável. Para uma estratégia fazer frente aos problemas relativos à pobreza, desenvolvimento e meio ambiente:

É necessário que se comece por considerar os recursos, a produção e as pessoas, bem como, simultaneamente, questões demográficas, o aperfeiçoamento dos cuidados com a saúde e a educação, os direitos da mulher, o papel dos jovens, dos indígenas e das comunidades locais, e, ao mesmo tempo, um processo democrático de participação, associado a um aperfeiçoamento de sua gestão. (Agenda 21 Global, cap. 3).

Ainda, de acordo com a Agenda, faz parte dessa ação a promoção de um crescimento econômico nos países em desenvolvimento, crescimento este que seja ao mesmo tempo sustentado e sustentável, associado a uma ação direta voltada para a erradicação da pobreza por meio do fortalecimento dos programas de emprego e geradores de renda.

Ainda conforme o exposto na agenda, os objetivos seriam, num longo prazo, capacitar todas as pessoas a atingir meios sustentáveis de subsistência, conforme abaixo:

1. Oferecer urgentemente a todas as pessoas a oportunidade de ganhar a vida de forma sustentável;

2. Implementar políticas e estratégias que promovam níveis adequados de financiamento e que se centrem em políticas integradas de desenvolvimento humano, inclusive geração de rendimentos, maior controle local dos recursos, reforço das instituições locais e do fortalecimento institucional e técnico, bem como maior envolvimento das organizações não governamentais e das autoridades locais enquanto instâncias de implementação;
3. Desenvolver, para todas as áreas atingidas pela pobreza, estratégias e programas integrados de manejo saudável e sustentável do meio ambiente, mobilização de recursos, erradicação e mitigação da pobreza, emprego e geração de rendimentos;
4. Criar, nos planos de desenvolvimento e nos orçamentos nacionais, um núcleo de investimento no capital humano que inclua políticas e programas especiais dirigidos para as zonas rurais, os pobres das áreas urbanas, mulheres e crianças.

Neste sentido, as atividades que irão contribuir para a promoção integrada dos meios de subsistência sustentáveis e para a proteção do meio ambiente incluem diversas intervenções setoriais, locais e globais, que envolvem uma série de atores, também desde os locais até os globais, essenciais em todos os planos, especialmente no de comunidades e em nível local. Nos planos nacional e internacional serão necessárias ações habilitadoras que levem plenamente em conta as situações regionais e sub-regionais, pois elas irão apoiar uma abordagem adaptada às especificidades de cada país. Vistos de modo abrangente, segundo a Agenda, os programas devem:

1. Centrar-se na atribuição de poder aos grupos locais e comunitários por meio do princípio da delegação de autoridade, prestação de contas e alocação de recursos ao plano mais adequado, garantindo assim que o programa venha a estar adaptado às especificidades geográficas e ecológicas;
2. Conter medidas imediatas que capacitem esses grupos a mitigar a pobreza e a desenvolver sustentabilidade;
3. Conter uma estratégia de longo-prazo voltada para o estabelecimento das melhores condições possíveis para um desenvolvimento sustentável local,

regional e nacional que elimine a pobreza e reduza as desigualdades entre os diversos grupos populacionais. Essa estratégia deve assistir os grupos que estejam em posição mais desvantajosa, particularmente no interior desses grupos, mulheres, crianças e jovens e os refugiados. Tais grupos devem incluir os pequenos proprietários pobres, os pastores, os artesãos, as comunidades de pescadores, os sem-terra, as comunidades autóctones, os migrantes e o setor informal urbano.

De forma resumida, para erradicar a pobreza, promovendo o desenvolvimento sustentável, “o essencial é adotar medidas destinadas especificamente a abranger diversos setores, especialmente nas áreas do ensino básico, do atendimento primário da saúde, do atendimento às mães e do progresso da mulher”. É promover medidas como:

- a) Delegação de poder às comunidades
- b) Atividades relacionadas a Governos;
- c) Dados, informação e avaliação;
- d) Cooperação e coordenação internacionais e regionais;

### **Meios de implementação**

- a) Financiamento e estimativa de custos
- b) Fortalecimento Institucional

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável deve ser atingido em todos os níveis da sociedade, incluindo-se aí:

As organizações populares, os grupos de mulheres e as organizações não-governamentais são fontes importantes de inovação e ação no plano local e têm marcado interesse, bem como capacidade comprovada de promover a subsistência sustentável.( Agenda 21 Global, cap. 3).

É também neste sentido que conforme o exposto na Agenda 21 cap. 3, “os Governos, em cooperação com as organizações internacionais e não-governamentais adequadas, devem apoiar uma abordagem da sustentabilidade conduzida pela comunidade”.

Assim, em virtude do que foi exposto até o presente momento, percebe-se um grande esforço para garantir a sustentabilidade do planeta. Empenho que se

expressa nos diversos eventos internacionais que têm feito emergir a consciência sobre a finitude dos recursos naturais do planeta Terra e sobre a fragilidade dos ecossistemas naturais e humanos. Dessa forma, diante dos fatos acima apresentados quanto à degradação ambiental, as questões sociais, a pobreza e os objetivos do milênio, percebe-se claramente que os governos, as empresas e sociedade devem organizar-se para trazer novas respostas visando um *desenvolvimento sustentável* que englobe tanto os aspectos econômicos como os sociais e ambientais. Todos são chamados a se envolver e a agir, cada qual no âmbito de seus empreendimentos, em busca de um mundo melhor.

Assim, em conformidade com Ashley *et al* (2004), tendo em vista que as organizações têm responsabilidade direta e condições de abordar muitos problemas que afetam a sociedade e que, segundo esse enfoque, as tarefas, técnicas e recursos empregados pelas empresas para alcançar seus objetivos materiais podem também estar voltados para a solução de problemas sociais, acreditamos ser pertinente apresentar no próximo capítulo uma breve contextualização da ideia de Responsabilidade Socioambiental Empresarial.

## CAPÍTULO 2 – RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL

Este capítulo tem por objetivo apresentar o conceito Responsabilidade Socioambiental Empresarial, discutindo o papel das empresas como contribuição ao desenvolvimento sustentável.

### 2.1 Responsabilidade Socioambiental

Principalmente devido ao processo de globalização e da velocidade das inovações tecnológicas e de informação, o crescente aumento da complexidade dos negócios impõe ao empresariado tanto internacional como nacional uma nova maneira de realizar suas transações. Além do mais, as crescentes disparidades e desigualdades de nossa sociedade obrigam a repensar o desenvolvimento tanto econômico quanto social e ambiental.

Por outro lado, o aumento da produtividade em função do avanço das novas tecnologias e da difusão de novos conhecimentos levou a um aumento significativo da competitividade entre as empresas. Dessa forma, elas buscam cada vez mais investir em novos processos de gestão, visando à obtenção de diferenciais competitivos. E, para responder a esse crescente desafio, governos, empresas e sociedade organizam-se para trazer novas respostas visando um *desenvolvimento sustentável* que englobe tanto os aspectos econômicos como os sociais e ambientais (ASHLEY *et al*, 2004).

O mundo empresarial vê, na responsabilidade social, uma nova estratégia para aumentar seus lucros e potencializar seu desenvolvimento. Essa tendência decorre da maior conscientização do consumidor, maior nível de esclarecimentos e, conseqüentemente, procura por produtos e práticas que gerem melhoria para o meio ambiente e para a comunidade, valorizando aspectos éticos ligados à cidadania. Além disso, essas profundas transformações mostram-nos que o crescimento econômico só será possível se estiver alicerçado em bases sólidas. Conforme Ashley *et al* (2004:3): “deve haver um desenvolvimento de estratégias empresariais competitivas por meio de soluções socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis”.

De acordo com Ashley et al (2004:5), essas inovações, no aparato tecnológico, nos processos de produção, nas formas de organização, bem como no relacionamento da empresa com seus funcionários e comunidade, tudo isso em articulação à preocupação social e ambiental, dizem respeito a um tema que não é novo, mas que, nos últimos anos, apresenta importância crescente: “a responsabilidade social das empresas”.

Todavia, a expressão “responsabilidade social” suscita uma série de interpretações. Para alguns, representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, é um dever fiduciário que impõe às empresas padrões mais altos de comportamento que os dos cidadãos médios. Há os que a traduzem, de acordo com o avanço das discussões, como prática social, papel social e função social. Outros, ainda, a veem associada ao comportamento eticamente responsável ou a uma contribuição caridosa, entre outras interpretações.

Entretanto, para H. Robert Srour (1998), citado por Ashley et al (2004:6): “[...] a responsabilidade social leva, no âmbito interno da empresa, à constituição de uma cidadania organizacional e, no âmbito externo, à implementação de direitos sociais”.

Um dicionário de Ciências Sociais traz “responsabilidade social” definida como: “responsabilidade daquele que é chamado a responder pelos seus atos face à sociedade ou à opinião pública... na medida em que tais atos assumam dimensões ou consequências sociais” (BIROUI, 1976 apud Ashley et al , 2004:6). Dessa forma, conforme Ashley et al (2004:6-7):

Responsabilidade social pode ser definida como um compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

Numa visão ampla, para Ashley et al (2004:7), “responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade”.

Desta forma, pode-se chegar ao conceito de responsabilidade socioambiental (RSA), também denominado pelo Instituto Ethos como responsabilidade social empresarial (RSE):

É a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Em outras palavras, a empresa socialmente responsável é considerada aquela capaz de ouvir os interesses das diferentes partes, ou seja: os acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente. É, ainda, a capacidade, através de ações concretas, de conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando conciliar e atender as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou dos proprietários.

Assim, levando-se em conta a preocupação com um público heterogêneo de relacionamento com o qual as empresas interagem, e por sua vez considerado de suma importância para a sobrevivência das organizações, segue alguns pontos fundamentais para a atuação de uma empresa socioambientalmente responsável, retirados do Caderno Programa Certificação Interna em Conhecimentos – Responsabilidade Sociambiental (RSA) e Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (2008:27-28):

- Zelar para que seus produtos e serviços, além de atenderem às expectativas dos clientes, dos colaboradores e dos acionistas, não agridam o meio ambiente ou a saúde de seus consumidores;
- Evitar, em sua produção, o consumo descontrolado e exagerado de recursos naturais e a exploração da mão-de-obra infantil ou forçada;
- Valorizar os seus trabalhadores e colaboradores, inclusive com políticas de equidade de gênero e de inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho;
- Incentivar parceiros e fornecedores a assumirem compromissos socioambientais;
- Relacionar-se com a concorrência tendo presente a lealdade na competição.

Neste sentido, caminha-se para um novo modo de se promover a responsabilidade socioambiental num mundo de desigualdades, porém, com

potencialidades para, de forma simples, sistematizada e organizada atacar de frente o antigo paradigma do desenvolvimento – e do lucro - a qualquer custo.

## **2.2 Responsabilidade Socioambiental Empresarial no Brasil**

As enormes carências e desigualdades sociais existentes em países em desenvolvimento dão à responsabilidade socioambiental empresarial relevância ainda maior, pois, conforme Ashley et al (2002:73), inseridas em contextos nos quais os valores de mercado e as variáveis econômicas são predominantes, as empresas deparam-se, cada vez mais, com responsabilidades que antes não faziam parte de seu cotidiano de atribuições.

Desta forma, pode-se verificar na literatura sobre o tema em questão, que nos anos de 1980 e 1990, o Brasil registrava baixíssimo crescimento, acompanhado de desemprego e inflação crescentes, vindo aprofundar a má distribuição de renda no país e, como consequência, gritavam a baixa qualidade de vida e o descaso com o meio ambiente. No que se refere à questão ambiental, o desmatamento sem controle na região amazônica atingiu índices recordes. Já no campo político, houve o encerramento do período da ditadura e a consolidação do processo de redemocratização.

Nesse contexto de abertura política e de crescente conscientização mundial sobre a questão ambiental, a sociedade brasileira passou a ter um perfil cada vez mais participativo, com projetos focados em temas sociais, ambientais e de cidadania. Desta forma, a sociedade passou a reivindicar às empresas que cumprissem um novo papel no processo de desenvolvimento: o de agentes de uma nova cultura, atores de mudança social e construtores de uma sociedade melhor e com menos desigualdade social.

Uma pesquisa realizada pelo instituto Ethos e pelo jornal Valor, citada por Ashley et al (2002:73), mostra que:

No último ano, 31% dos consumidores brasileiros prestigiaram ou puniram uma empresa com base em sua conduta social. Entre consumidores identificados como “líderes de opinião”, este índice chega a 50% e entre os entrevistados com maior nível de escolaridade, 40% revelaram o mesmo comportamento. Para 51% dos consumidores, a ética nos negócios é um dos principais fatores para avaliar se uma empresa é boa ou ruim.

Partindo destes resultados, começa-se perceber uma mudança de comportamento e atitude por parte da população e conseqüentemente as empresas começam perceber a necessidade de se envolverem com questões que precisam ser interpretadas com cautela, pois, trabalhar a questão da dinâmica social não é trabalhar apenas uma variável que defina qual é a melhor estratégia para aumentar os lucros.

Nesse contexto, o movimento de valorização da responsabilidade socioambiental empresarial ganhou forte impulso e novas estratégias para atuação.

Na década de 1990, grandes corporações e empresas sensibilizadas criaram diversas organizações não governamentais para acelerar o processo de ampliação do conceito – e da prática - de responsabilidade empresarial. Outras instituições já existentes, como algumas fundações, institutos de pesquisa, entre outras, também se dedicaram a disseminar e estimular a adoção de novas práticas corporativas. Dentre as atuações destacam-se:

- O trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) na promoção do Balanço Social<sup>5</sup>;
- A obtenção de certificados de padrão de qualidade e de adequação ambiental, como as normas ISO 14000<sup>6</sup>, por diversas empresas brasileiras;
- A atuação da Fundação ABRINQ<sup>7</sup> pelos direitos da criança e pela erradicação do trabalho infantil com a adoção do selo Empresa Amiga da Criança;
- A criação do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, referências socioambiental na disseminação e no fomento do movimento de responsabilidade socioambiental junto ao empresariado.

Todavia, conforme citado anteriormente, no Brasil, a atual realidade do país ainda chama a atenção para a enorme concentração do excedente gerado pela

---

<sup>5</sup> Balanço Social: demonstrativo publicado por uma empresa que reúne um conjunto de informações sobre os planos, projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos *stakeholders* (públicos de relacionamentos) da organização.

<sup>6</sup> ISO 14000: série de normas desenvolvidas pela International Organization for Standardization (ISO) que estabelece diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas.

<sup>7</sup> ABRINQ – Fundação de direitos privados sem fins lucrativos, criada com o objetivo de mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos da infância e da adolescência.

atividade econômica nas mãos de poucos, em detrimento de amplas camadas da população.

Nesse sentido, torna-se relevante enfatizarmos os Indicadores Ethos, criados pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que compõem um instrumento de diagnóstico da empresa, indicando o grau de efetivação das práticas de responsabilidade socioambiental em suas atividades, além de funcionarem como ferramenta de gestão e planejamento que indica políticas prospectivamente, a partir da situação das empresas, bem como ações voltadas para o aprofundamento de seus compromissos socioambientais.

Os Indicadores Ethos, ao mesmo tempo em que servem de instrumento de avaliação para as empresas, reforçam a tomada de consciência dos empresários e da sociedade brasileira sobre o tema, bem como apresentam uma correlação com iniciativas relevantes, tratadas nesta pesquisa, tais como: O Pacto Global; Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI). Neste contexto, seguem abaixo, os temas que os indicadores abrangem (a versão integral dos Indicadores, constam em anexo – conforme anexo 2 desta dissertação):

- Valores e transparência;
- Público interno;
- Meio ambiente;
- Fornecedores;
- Comunidade;
- Governo e sociedade.

Para as empresas, conforme já falado anteriormente, os indicadores, quando utilizados, servem de balizador para indicar suas ações desenvolvidas em prol dos seus negócios e em benefício dos públicos com os quais se relacionam e, nesse sentido, devem ser observados, principalmente, em relação às temáticas acima mencionadas, pois, conforme Ashley et al (2002:39):

Considerar os aspectos sociais, políticos, econômicos ambientais e legais presentes nas relações com os *stakeholders* da empresa é um passo necessário para posicionar a orientação estratégica quanto à responsabilidade social nos negócios.

Desse modo, as organizações/empresas despertarão para uma nova realidade de mercado visando a necessidade de se engajarem, com os demais atores sociais<sup>8</sup>, sociedade civil, governos e outras empresas, na busca de soluções em prol do desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua, tanto em função da sua responsabilidade como membro dessas comunidades, quanto em função da saúde de seus negócios.

Portanto, falar em sustentabilidade no meio empresarial é falar na geração de negócios em um mundo cada vez mais exigente, com pessoas que se conscientizam de que os recursos do planeta precisam ser conservados e de que é necessário atingir mais justiça social e que o respeito à diversidade cultural é parte fundamental nas ações de desenvolvimento e implementação dos negócios, bem como de um novo modelo de organização/empresa que valorize os seus relacionamentos, para o que, ainda segundo Ashley et al (2004:40 a 41):

O importante a destacar nesse modelo é que a raiz que consolida a imagem a ser desempenhada por essa empresa está em seu posicionamento estratégico, em termos de seus valores/ princípios (critérios inegociáveis de conduta), missão (razão de ser da empresa) e visão a longo prazo (qual é a imagem para o futuro dessa empresa), os quais irão embasar as decisões e operações de seus negócios, expressas na conduta das pessoas que trabalham para essa empresa.

Assim, sendo as instituições financeiras passíveis de proporcionar algum tipo de agressão ao meio ambiente, direta ou indiretamente, computando-se aí o fato de que os riscos socioambientais se tornaram cada vez mais determinantes para os negócios e, ainda, tendo em vista que a gestão inadequada das questões socioambientais pode causar perdas financeiras irreparáveis para as mesmas, como riscos à sua imagem, entre outros, é nesse cenário que podemos enfatizar os Princípios do Equador e a iniciativa no Brasil, no que se refere à Responsabilidade Social.

De acordo com o Instituto Observatório Social (2003), os Princípios do Equador estabelecem nove condições e três categorias de risco. São propostas para que um empréstimo seja diretamente concedido a um projeto de financiamento.

Os projetos propostos podem ser classificados em três categorias diferentes, dependendo do tipo, localização, sensibilidade e escala do projeto e da natureza e

---

<sup>8</sup> Atores sociais: pessoa, classe social, grupo que representa um papel dentro de uma determinada sociedade.

magnitude de seus possíveis impactos ambientais e sociais. Isto é, os projetos são classificados segundo o seu risco: alto, médio ou baixo – A, B ou C (ALERTA, 2004).

Dessa forma, um projeto proposto é classificado como sendo da categoria A quando é provável que tenha impactos ambientais colaterais significativos e que sejam sensíveis, diversificados ou sem precedentes. Um possível impacto é considerado “sensível” quando pode ser irreversível. Para um projeto ser classificado como de categoria B, seus possíveis impactos ambientais colaterais sobre populações humanas ou áreas ambientalmente importantes – incluindo pântanos, florestas, campos e outros ambientes naturais – são menos prejudiciais do que os dos projetos da categoria A. Já um projeto de categoria C é aquele no qual é provável que tenha impactos negativos mínimos ou mesmo nenhum impacto socioambiental. Além da seleção, nenhuma ação de Avaliação Ambiental é necessária para um projeto da categoria C (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004).

Descreveremos a seguir as condições para que um projeto seja concedido.

Classifica-se o risco de um projeto de acordo com as diretrizes internas que se baseiam nos critérios de seleção ambiental e social da IFC (Internacional Finance Corporation).

Para todos os projetos das categorias de risco A e B, o solicitante deverá ter concluído uma Avaliação Ambiental, cuja preparação seja consistente com o resultado do processo de classificação e que satisfaça às questões ambientais e sociais mais importantes identificadas durante o processo de classificação.

No contexto da área de atuação do projeto, conforme for o caso, o relatório de Avaliação Ambiental deverá tratar das seguintes questões:

- a) Avaliação das condições ambientais e sociais básicas;
- b) Exigências de acordo com as leis e regulamentações do país em questão, tratados e acordos internacionais aplicáveis;
- c) Desenvolvimento sustentável e utilização de recursos naturais renováveis;
- d) Proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis;
- e) Utilização de substâncias perigosas;
- f) Principais riscos;
- g) Saúde e segurança no trabalho;

- h) Prevenção contra incêndio e segurança à vida;
- i) Impactos socioeconômicos;
- j) Aquisição e utilização de terras;
- k) Repovoamento involuntário;
- l) Impactos em povos e comunidades nativas;
- m) Impactos cumulativos sobre projetos existentes, sobre o projeto proposto e sobre projetos futuros previstos;
- n) Participação das partes afetadas na elaboração, revisão e implementação do projeto;
- o) Consideração de alternativas ambientais e sociais exequíveis;
- p) Produção, distribuição e utilização eficiente da energia;
- q) Prevenção à poluição e minimização de resíduos, controles de poluição (efluentes líquidos e emissões aéreas) e gerenciamento de resíduos sólidos e químicos.

Para todos os projetos da categoria A e, conforme for considerado apropriado para os projetos da categoria B, o solicitante ou especialista terceirizado deverá ter preparado um Plano de Gestão Ambiental que seja baseado nas conclusões da Avaliação Ambiental. O Plano de Gestão Ambiental deverá tratar de soluções, planos de ação, monitoramento, gerenciamento de riscos e cronogramas.

Para todos os projetos da categoria A e, conforme for considerado apropriado, para os projetos da categoria B, é satisfatório que o solicitante ou especialista terceirizado tenha consultado, de forma estruturada e culturalmente adequada, os grupos afetados pelo projeto, incluindo povos nativos e ONGs locais.

O solicitante terá assumido o compromisso de:

- a) Cumprir o Plano de Gestão Ambiental na construção e operação do projeto;
- b) Fornecer relatórios regularmente preparados por pessoal interno ou especialistas terceirizados, de acordo com o Plano de Gestão Ambiental;
- c) Quando aplicável, desativar as instalações de acordo com um Plano de Desativação combinado.

Conforme necessário, os financiadores deverão apontar um especialista ambiental independente para fornecer serviços adicionais de monitoramento e elaboração de relatórios.

Nas circunstâncias em que o solicitante não cumprir com os seus compromissos ambientais e sociais, de forma que haja quaisquer dívidas financeiras pendentes, compromete-se o solicitante a empreender esforços para buscar soluções, a fim de que ele cumpra seu compromisso.

Estes princípios aplicam-se a projetos com um custo total de 50 milhões de dólares ou mais. Assim, os projetos apresentados deverão conter informações sobre os seguintes pontos, dentre outros, a serem avaliados pela instituição financeira (INSTITUTO OBSERVATÓRIO, 2004; ALERTA, 2004):

- Risco ambiental, proteção à biodiversidade e uso de energia renovável;
- Proteção à saúde e à diversidade cultural e étnica;
- Adoção de sistemas de saúde e segurança ocupacional e prevenção contra incêndios;
- Avaliação de impactos socioeconômicos;
- Eficiência na produção, distribuição e consumo de recursos hídricos e energia;
- Mecanismos de prevenção e controle de poluição.

Ressalta-se que, em julho de 2006, foi lançada a segunda versão para os Princípios do Equador, cujas alterações mais relevantes são as seguintes (ECO-FINANÇAS, 2006):

- Os Princípios devem ser aplicados para todo financiamento de projeto com custo de capital superior a US\$ 10 milhões. Na versão anterior esse valor era de US\$ 50 milhões.
- Os Princípios agora também se aplicam à atividade de assessoramento em *project finance* que os bancos prestam a seus clientes.
- Os Princípios agora passam a ser aplicados em expansões de projetos já existentes, onde há adicional e significativo impacto socioambiental.
- Toda instituição financeira signatária, agora, deve divulgar publicamente um relatório anual sobre a implementação dos Princípios do Equador.

Do total de 40 instituições financeiras signatárias dos Princípios do Equador (versão anterior), 33 delas ratificaram a nova versão desses Princípios. São os seguintes os bancos nacionais que ratificaram os novos Princípios do Equador:

Banco do Brasil, Banco Itaú, Unibanco e Banco Bradesco. Outras instituições financeiras internacionais com atuação no Brasil, como por exemplo, os bancos ABN-AMRO Real, HSBC, Rabobank e Citibank também ratificaram os novos Princípios em julho de 2006 (ECO-FINANÇAS, 2006).

Como signatários dos Princípios do Equador, os bancos se comprometem, para os projetos classificados como A ou B, a elaborar relatório socioambiental com sugestões de mudanças nos projetos visando a redução de riscos à comunidade em que serão implantados, incluindo-se a opção de não concluírem o projeto. Ou seja, ao se vincularem aos princípios, estas instituições assumem um compromisso de avaliar os riscos socioambientais associados aos projetos que vierem a financiar.

Assim, estão atendendo a uma pressão crescente de clientes, de acionistas e da sociedade civil como um todo para se adequarem às práticas racionais de relacionamento com o meio ambiente, melhorando assim a imagem da própria instituição (ALERTA, 2004; CARVALHO, 2004).

Dessa forma, uma vez deferidos tais financiamentos, as empresas que os receberem obrigam-se a fazer uso dos recursos com responsabilidade, e não visando somente o retorno financeiro e os altos lucros. A responsabilidade deve assumir como eixo norteador para o uso dos recursos financeiros “os pilares sociais, econômicos e ambientais”, pois sabemos que a responsabilidade social e ambiental está na pauta de investidores de todo o mundo.

Todavia, cabe ressaltar que, dentre os bancos nacionais acima citados que ratificaram os novos Princípios do Equador, devido à fusão entre alguns bancos, como por exemplo, o ABN Amro com Real e Itaú com Unibanco, e, ainda, devido à crise financeira atual, corre-se o risco de algumas instituições financeiras repensarem e recuarem da adesão dos Princípios do Equador, ou, quanto ao financiamento de projetos com custo de capital superior a US\$10 milhões, entre outros fatores, bem como as questões relacionadas à sustentabilidade socioambiental.

Com isso, as empresas estão enfrentando riscos e encontrando oportunidades cada vez maiores. Empresas que não se consideravam atingidas por esses temas três anos atrás são afetadas atualmente, e as que hoje não se sentem atingidas podem enfrentar uma situação muito diferente daqui a três anos (INSTITUTO ETHOS, 2008).

Quanto aos estudos já realizados, destaca-se o relatório Matriz de Evidências<sup>9</sup> que, de acordo com o Instituto Ethos (2008), mostra como a capacidade de identificar os riscos e capitalizar as oportunidades torna-se cada vez mais importante à medida que o conceito de sustentabilidade se intensifica. Dessa forma, cada vez mais se torna viável uma análise que relacione aspectos da sustentabilidade com reconhecidos fatores de sucesso nos negócios, a exemplo do já mencionado “Criando Valor”, versão em português de 2003, do Developing Value – The business case for sustainability in emerging markets –, um estudo que destaca as várias oportunidades para as empresas da África, Ásia, Europa Central, Europa Oriental e América Latina.

Assim, compreendemos que responsabilidade Social (RS) é uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona, bem como pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Das 40 instituições financeiras signatárias dos Princípios do Equador (versão anterior), 33 delas ratificaram a nova versão desses Princípios. Dentre os bancos nacionais que ratificaram os novos Princípios está incluído o Banco do Brasil.

Sendo este o foco do presente trabalho, segue no próximo capítulo uma breve retrospectiva histórica da instituição, privilegiando os aspectos relacionados ao desenvolvimento socioambiental.

---

<sup>9</sup> Matriz de evidências - ferramenta utilizada para ilustrar a correlação entre as ações sustentáveis (colunas) e os fatores de sucesso nos negócios (linhas). Portanto, em cada célula dessa matriz encontram-se evidências da correlação entre 2 conceitos, como por exemplo: aumento das receitas X melhoria no processo ambiental.

## PARTE III

### **CAPÍTULO 3 - O BANCO DO BRASIL E A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NOS NEGÓCIOS FINANCEIROS**

Este capítulo tem por finalidade compreender, através de documentos institucionais, das informações disponíveis no *site* da empresa e da aplicação de questionários a funcionários do segmento Gerencial/ Pessoa Jurídica, da rede de agências da cidade de São Paulo, como o Banco do Brasil avalia e monitora os programas cujo objetivo é a sustentabilidade.

Inicialmente, será apresentada uma retrospectiva histórica do Banco do Brasil, bem como uma breve apreciação dos aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável, buscando o entrelaçamento do discurso da Empresa com as suas práticas.

#### **3.1 Sustentabilidade Financeira: breves considerações**

A procura da sustentabilidade é um fenômeno que vem fazendo com que as empresas desenvolvam várias ações de curto e longo prazo, muitas vezes, não por certeza do que vai acontecer com o futuro do planeta, mas por não poder antever quais as consequências, nem tão pouco suas dimensões, por aquilo que se deixa de fazer quando ações preventivas, hoje conhecidas, são negligenciadas. A busca pela sustentabilidade é, atualmente, de certa forma, uma tendência recorrente do papel das empresas, até mesmo por senso de sobrevivência.

O motor dessa tendência é aquilo que movimenta o capitalismo desde sempre: dinheiro. Dessa forma, não assumir uma postura sustentável significa, agora, se deparar com as portas de vários bancos e instituições de fomento fechadas (HERGOZP, 2007).

Assim, a sustentabilidade, além de ser uma questão socioambiental, é, também, um fenômeno financeiro, por isso, tão significativo para a economia quanto o desempenho das empresas é o papel dos bancos como fomentadores que, por

viabilizar os investimentos, realizam um trabalho essencial no campo da gestão ambiental.

Todavia, até a década de 1980, o tema ambiental não fazia parte do mundo financeiro. Como o sistema bancário não extrai minério do chão nem emite poluentes, gestão ambiental era tida como um problema dos outros (ANUÁRIO, 2008: 28).

Entretanto, nenhuma outra atividade econômica é mais controlada do que a atividade dos bancos, a começar pela vigilância diária do Banco Central. O motivo é óbvio:

Nenhuma outra atividade econômica possui um poder multiplicador tão expressivo, para o bem e para o mal, quanto à bancária. Se o sistema financeiro vai bem, a sociedade tem crédito e o país cresce. Se o sistema vai mal, a sociedade é chamada a pagar a conta e o país entra em recessão. (ANUÁRIO 2008:238)

No campo da gestão ambiental não há controles tão severos, e o setor bancário não possui um alto grau de impacto direto, entretanto, a sociedade verifica avanços nessa direção. Até pouco tempo, os bancos podiam emprestar dinheiro a qualquer empresa, levando em conta basicamente a segurança financeira da operação. Não se cobrava cuidado com a chamada variável ambiental.

O cenário mudou quando o contexto mundial mudou e o sistema bancário passou a correr o risco real de ser chamado pela justiça a pagar a conta pela agressão ao meio ambiente causado pelo tomador de empréstimo.

A adoção de cuidados preventivos na concessão dos empréstimos passou a ser a melhor solução. Atualmente, certas imposições ambientais adotadas pelos bancos vêm obrigando as empresas a informar detalhes de seus projetos que antes permaneciam em sigilo. Ganha o banco, ganham os acionistas e a sociedade se beneficia. (ANUÁRIO 2008:239)

As transformações vêm ocorrendo de forma muito rápida, na economia como um todo e, no setor. Muitas instituições financeiras para mitigar os seus riscos aderiram aos Princípios do Equador como forma de encontrar um parâmetro balizador para as suas análises de crédito nos financiamentos de projetos. Os critérios adotados reúnem um conjunto de cuidados ambientais para a concessão de empréstimos que uma vez aplicados servem como balizadores mínimos na condução da análise do projeto de financiamento.

Dentre as instituições presentes no Brasil, que se afirmam como signatárias dos Princípios do Equador está o Banco do Brasil, uma das primeiras instituições brasileira a ratificar o compromisso com os Princípios.

### **3.2 Caracterização do Banco do Brasil – Histórico do seu papel relacionado com o Estado**

O Banco do Brasil, fundado há 200 anos, sempre foi importante para a economia do País. Diferentemente dos outros bancos, como instituição financeira, desenvolve múltipla função: a de banco comercial e banco público. Atua como um dos principais agentes de fomento no financiamento do desenvolvimento empresarial brasileiro.

Em conjunto com o BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento, tem articulado de forma sinérgica ações para o desenvolvimento regional de forma a promover o desenvolvimento sustentável, a geração de renda e valor social.

Como agente principal de financiamento das políticas de desenvolvimento do Governo Federal, o BB tem ganhado maior visibilidade na sua atuação.

No momento em que as questões ambientais e de responsabilidade social se articulam na sociedade brasileira e no campo internacional na procura de práticas de sustentabilidade, o Banco do Brasil passa a desenvolver e apoiar um conjunto de ações / programas. Destes, os de maior visibilidade são os que se seguem:

Em **1995**, através do Protocolo Verde, o BB se compromete a promover um desenvolvimento que não prejudique as gerações futuras, tornando obrigatória a apresentação da Licença Ambiental para o financiamento de atividades que possam causar impactos ambientais.

Em **2003**, o Banco fortaleceu sua atuação como banco público orientado para o desenvolvimento econômico e social do País. Sua estratégia corporativa passou a incluir explicitamente a responsabilidade socioambiental, e foram expandidas de forma significativa as linhas de operação PRONAF, PROGER, de apoio às micro e pequenas empresas e PROEX, entre outras.

Neste mesmo ano, adere ao Pacto Global das Nações Unidas, cujo objetivo é mobilizar a comunidade empresarial internacional para a promoção dos direitos humanos, do trabalho, do meio ambiente e do combate à corrupção.

O BB mantém, desde 2004, o selo "Empresa Amiga da Criança", da Fundação Abrinq, com o qual se propõe a desenvolver iniciativas voltadas para a defesa dos direitos e da qualidade de vida das crianças e dos adolescentes.

Em 2005, O BB adere ao Pacto pelo Trabalho Escravo, no qual se propõe vedar financiamentos a pessoas jurídicas e físicas que constam no cadastro do ministério do Trabalho e Emprego, com a informação de que submetem trabalhadores a condições de trabalhos análogas à escravidão. Torna-se também signatário dos Princípios do Equador, conforme informado no capítulo anterior. Ainda em 2005, manifesta apoio formal ao Relatório de Informações sobre Emissão Carbono, enviado as 500 maiores empresas do mundo.

Em 2006, inicia a adoção das diretrizes internacionais da GRI, Global Reporting Initiative, rede internacional que elaborou o modelo para relatórios de sustentabilidade mais usado no mundo atualmente. O conjunto de princípios, protocolos e indicadores desenvolvido pela GRI torna possível gerir, comparar e comunicar o desempenho das organizações nas dimensões social, ambiental e econômica.

Em 2007, adere à segunda edição do programa Pró-Equidade de Gêneros, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Governo Federal, no qual o BB se propõe a desenvolver novas concepções na gestão de pessoas para alcançar a equidade de gêneros.

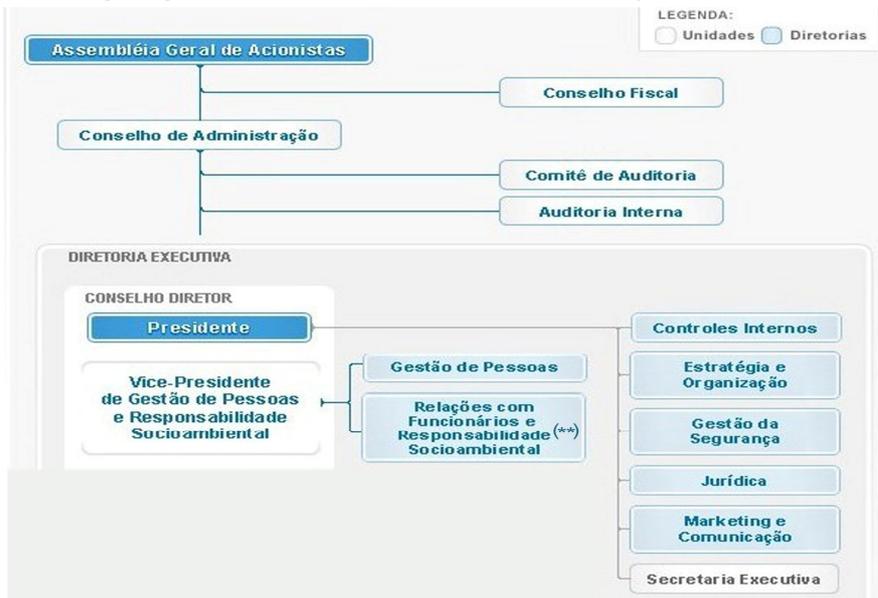
Em abril de 2009, patrocinou em conjunto com outras empresas o II Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade, com o propósito de disseminar não só os conceitos, mas também as melhores práticas para a sustentabilidade.

Para a efetivação desses programas e das preocupações ambientais e de responsabilidade social, e manutenção dos compromissos acima assumidos, o Banco criou, desde 2003, novos setores funcionais dentro da sua estrutura organizacional ( organograma Figura 4, adaptado do anexo 2). A partir de então, conforme a Agenda 21 do próprio BB, o tema da responsabilidade socioambiental passou a ser pauta das decisões estratégicas e operacionais do Banco do Brasil com a criação da Unidade Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental (RSA), aprovada pelo Conselho Diretor do BB, e que foi transformada em Diretoria em 2004. A nova Unidade tem a responsabilidade de:

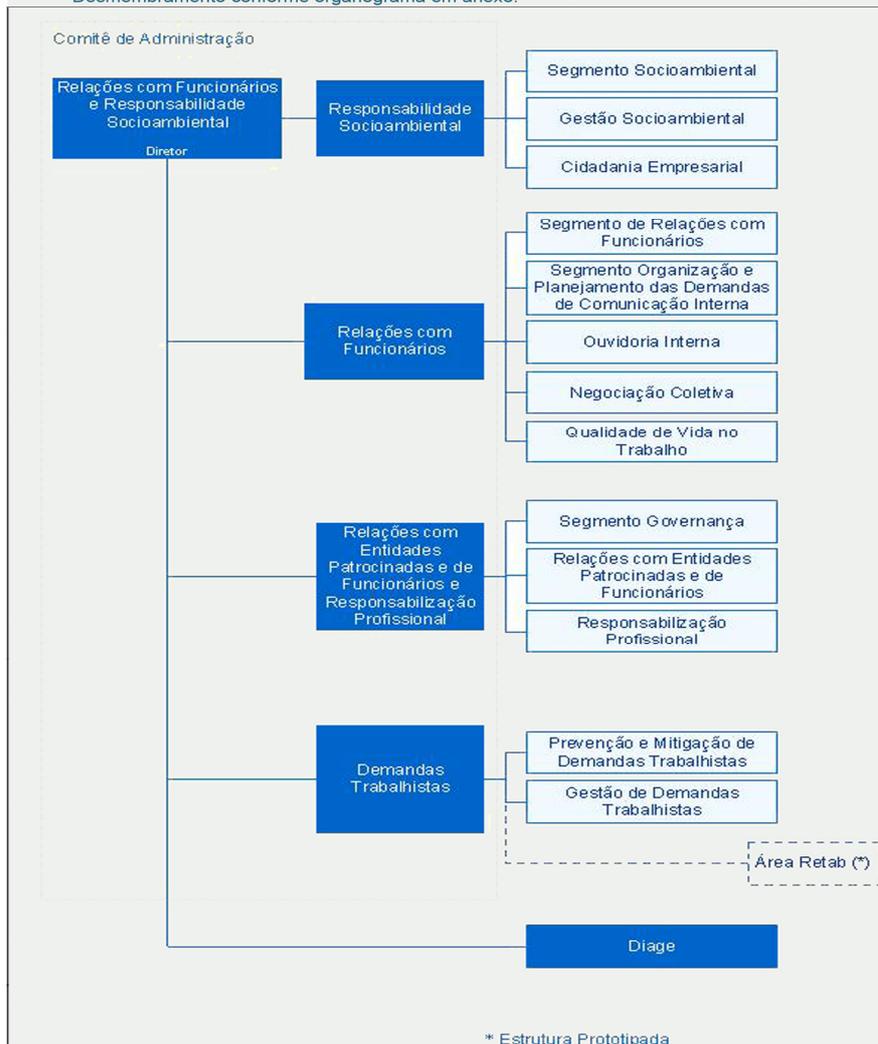
- a. Coordenar a implementação das políticas e normas para a Responsabilidade Socioambiental Empresarial do Conglomerado;

- b. Responder pela orientação estratégica aos conselheiros em entidades patrocinadas;
- c. Assegurar o fortalecimento do compromisso entre os funcionários e o Banco;
- d. Responder pelo relacionamento com funcionários, entidades de funcionários, aposentados e familiares;
- e. Garantir que os produtos e serviços da Unidade estejam sendo conduzidos de acordo com leis e regulamentos aplicáveis, exigências da supervisão bancária e políticas e procedimentos internos;
- f. Responder pela qualidade, confiabilidade, adequação e integridade dos controles internos, nos processos, produtos e serviços a cargo da Unidade.

Figura 4: Organograma Parcial do Banco do Brasil – Responsabilidade Socioambiental



\*\* Desmembramento conforme organograma em anexo.



Com a criação da Diretoria de responsabilidade socioambiental e suas sub áreas, o BB se propõe a atuar de forma mais sistematizada e ao mesmo tempo dar maior visibilidade aos programas em questão. A criação de uma área subordinada diretamente ao Presidente/ Vice-Presidente do Banco demonstra também maior grau de preocupação e envolvimento da alta Administração. Demonstra também o poder conferido a esta Diretoria, que passa a exercer maior influência nas decisões estratégicas da Organização.

Outras informações mais recentes podem ser encontradas no *site* da instituição, dentre elas, a Agenda 21 do Banco do Brasil, em anexo, bem como nos relatórios de sustentabilidade e de administração 2008.

Com relação à questão da Responsabilidade Socioambiental, para o Banco do Brasil ela se define como:

Ter a ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, o governo e o meio ambiente. (Agenda 21, 2004:30).

Pode-se verificar que o engajamento do Banco do Brasil com os princípios de responsabilidade socioambiental é parte de sua trajetória, a partir de 1995, e fortalecido a partir de 2003 quando passou a incluir explicitamente a responsabilidade socioambiental em sua estratégia corporativa.

### **3.3 Banco do Brasil**

Nesta seção pretende-se perceber como são avaliados e monitorados os programas cujo objetivo é a sustentabilidade, de acordo com dados extraídos das seguintes fontes: Anuário 2008 - Análise Gestão Ambiental; Relatório de Sustentabilidade 2008; Relatório de Administração 2008; Balanço Social 2008, pesquisa de campo – questionário, dentre outros documentos e/ou publicações disponíveis no site institucional.

O Banco do Brasil, em fevereiro de 2005, foi o primeiro banco oficial a integrar o grupo de instituições financeiras brasileiras que aderiu aos Princípios do Equador, embora, anteriormente, já desenvolvesse diversas ações e programas direcionados às questões sociais e ambientais. Nas suas políticas, propõe-se a:

- Buscar conciliar os interesses do Conglomerado com os interesses dos funcionários e suas entidades representativas, tendo a negociação como prática permanente;
- Criar e manter condições de qualidade e segurança no ambiente de trabalho e assegurar aos funcionários condições previdenciárias, assistenciais, e de saúde que propiciem melhoria da qualidade de vida e do desempenho profissional;
- Observar o desempenho profissional como referência nas decisões que digam respeito a desenvolvimento, reconhecimento, retribuição e ascensão profissional, utilizando critérios previamente estabelecidos e baseados no mérito, competência e contribuição ao Conglomerado;
- Considerar as práticas de mercado na retribuição aos funcionários;
- Adotar os princípios de aprendizado contínuo e investir em educação corporativa para permitir o desenvolvimento pessoal e profissional;
- Manter contratos e convênios com instituições que asseguram aos colaboradores condições previdenciárias, fiscais, de segurança do trabalho e de saúde.

### **3.3.1 Questões socioambientais: aspectos externos de gestão**

#### **Socioambiental**

O Anuário, Análise Gestão Ambiental 2008, contém uma pesquisa intitulada “Práticas Ambientais dos Bancos”. Segundo o Anuário, foram convidados os 40 maiores bancos do país para responder a um questionário com 43 perguntas. No total, 15 instituições financeiras responderam às perguntas propostas. Dentre as instituições respondentes, está o Banco do Brasil.

Quanto aos aspectos externos de gestão socioambiental, conforme a pesquisa acima citada, o Banco do Brasil afirma que adota política de avaliação de risco socioambiental com cobertura de todas as atividades econômicas, aplicando procedimentos documentados para atividades com maior risco de impacto ambiental. Afirma que segue a política de risco socioambiental para as operações de Financiamento de Projetos e Financiamento de Agronegócio. Afirma, ainda, que tem profissionais exclusivos para avaliação de risco socioambiental, e que a área que responde pela gestão e risco socioambiental dos clientes são: Crédito;

Agronegócios; Relações com funcionários e Responsabilidade Socioambiental. Destaca que essa(s) área(s) se reporta(m) ao Presidente/Vice-presidente.

No campo da gestão ambiental externa, o BB, com a estratégia negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), se propõe a promover a geração de trabalho e renda por meio do apoio a práticas que valorizam as vocações e potencialidades locais em atividades rurais e urbanas tais como: a ovinocaprinoicultura, a apicultura, o artesanato e a reciclagem de lixo. O BB se propõe ainda a atuar, principalmente, no fortalecimento do associativismo, dos mini e pequenos empreendedores, das cooperativas e da agricultura familiar a partir do apoio a atividades produtivas e economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural (AGENDA 21 DO BANCO DO BRASIL).

### **3.3.2 Políticas para concessão de crédito**

Com relação às políticas para concessão de crédito, o BB, ao exercer o papel de agente catalisador do desenvolvimento sustentável, se propõe a fomentar as micro, pequenas, médias e grandes empresas. Conforme o Anuário 2008, na pesquisa citada, “Práticas Ambientais dos Bancos”, o BB respondeu que segue política para concessão de crédito e que treina seus profissionais para aplicarem a política de crédito ambiental.

Quanto ao monitoramento, o BB afirma que monitora os riscos socioambientais dos clientes de maneira documentada, porém, na data da pesquisa, alegou que não tinha procedimentos para a melhoria das práticas socioambientais dos clientes. O BB Alegou também que o *Rating* financeiro<sup>10</sup> dos clientes não considera riscos socioambientais da(s) atividade(s).

A pesquisa revelou ainda que o BB oferece produtos para clientes que valorizam o cuidado ambiental tais como: fundo com critérios ambientais formalmente estabelecidos; micro crédito produtivo e orientado; produtos ou serviços que fomentem projetos de MDL (mecanismo de desenvolvimento limpo) e ainda produtos com foco ambiental formalmente estabelecido.

---

<sup>10</sup> O termo *Rating* é utilizado para designar a classificação de uma empresa ou instituição (ou até mesmo país) em termos de risco de crédito, mediante a utilização de uma escala pré-definida de atributos e qualificações.

Já na análise de risco socioambiental para concessão de crédito o BB alegou que avalia: lista de exclusão<sup>11</sup>; lista de restrição<sup>12</sup>; avaliação de potencial de risco socioambiental por meio de questionário autodeclaratório. Verifica também as licenças, autorizações e documentos que atestem a viabilidade ambiental do projeto.

### 3.3.3 Princípios do Equador

Em consonância com os Princípios do Equador e percebendo a importância das questões socioambientais, quando da pesquisa efetuada pelo Anuário 2008, o Banco do Brasil afirmou ser signatário de ambos.

O Banco Respondeu que não aplica os princípios para projetos orçados em menos de US\$ 10 Milhões. Respondeu ainda que com relação aos projetos financiados no âmbito dos princípios costuma divulgar: número de projetos analisados; soma total dos projetos financiados; categorização do impacto ambiental; setores de atividade dos projetos e classificação de risco.

Nessa pesquisa o BB não forneceu dados sobre o percentual de clientes com crédito acima de US\$ 10 milhões.

Entretanto, no seu Relatório de Sustentabilidade 2008 mostra que, até o momento, foram analisados sob a ótica dos Princípios do Equador 05 projetos pela área responsável pela apuração do risco e estabelecimento de limite de crédito, com valor financiado de R\$ 369,5 bilhões, nos setores de energia e infraestrutura. Conforme declarou, os projetos em questão apresentam nível médio de risco. Ainda sob a ótica socioambiental, “em 2006 foram avaliadas 1.137 empresas com faturamento superior a R\$ 100 milhões e 30 projetos de investimento com valor financiado pelo BB superior a R\$ 10 milhões”. (Agenda 21 Banco do Brasil, pg.55)

Conforme matéria publicada na Agenda 21 do Banco do Brasil, em 2006, foram analisados dois projetos de investimento enquadrados no escopo dos Princípios do Equador, envolvendo investimentos totais da ordem de R\$ 1,2 bilhão nos setores automotivo e de energia.

---

<sup>11</sup> Refere-se à lista de empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas à de escravo –  
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

<sup>12</sup> Idem.

Como resultado da análise efetuada, um projeto do setor de energia foi avaliado como risco “B” e um projeto do setor de transporte, classificado como risco “C”. Conforme as normas do IFC, os projetos categorizados como “A” são aqueles que possuem significativos impactos socioambientais adversos. Os da categoria “B” são os que apresentam menor potencial de impacto sobre populações e meio ambiente e os da categoria “C” não causam impactos socioambientais ou provocam impactos considerados mínimos.

Conforme a matéria, no Banco do Brasil, a avaliação socioambiental de empreendimentos não se restringe à aplicação dos Princípios do Equador. O BB também adota critérios socioambientais na avaliação de limite de crédito de empresas com Receita Operacional Líquida (ROL) atual ou prevista/projetada superior a R\$ 100 milhões, além de projetos de investimento com valor financiado pelo BB igual ou superior a R\$ 10 milhões.

Ainda com relação às práticas acerca dos princípios do equador, fazemos referência à matéria publicada no *site* <http://infoener.iee.usp.br>, que relata a instalação do segundo maior parque de energia eólica do mundo, Ventos do Sul Energia, no Rio Grande do Sul, que recebeu cerca de R\$ 100 milhões do banco e entrou em funcionamento em dezembro de 2006. Construído no município de Osório pela empresa Ventos do Sul Energia S.A., o empreendimento tem capacidade para gerar 150 MW, o suficiente para abastecer uma cidade de 300 mil habitantes. A um custo total de R\$ 670 milhões, o projeto foi todo estruturado pelo Banco do Brasil (BB), que juntamente com outras seis instituições, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), emprestou R\$ 465 milhões — sozinho, o BB desembolsou R\$ 100 milhões, ou 21% do total de investimentos.

Trata-se de uma operação de *Project Finance*, que fornece crédito para novas operações de uma empresa ou investidor. O projeto precisa ser autossustentável, segundo o diretor comercial do Banco do Brasil, Sandro Kohler Marcondes: “Fizemos toda a modelagem financeira do projeto, a estruturação da operação e o empréstimo, em conjunto com os demais bancos”. Também coube ao BB a negociação com os credores interessados em participar.

Ainda conforme a matéria, ao longo de todo o ano de 2005, o BB desembolsou R\$ 543 milhões para quatro projetos de *Project Finance*, todos na área de energia. Em 2006, já foram contratados mais R\$ 215 milhões. Além do parque eólico de Osório, estão sendo financiadas três pequenas centrais hidrelétricas

(PCHs). O projeto da Ventos do Sul, que já conquistou um prêmio da revista Euro Money, concorre agora à premiação do tradicional jornal inglês Financial Times, na categoria negócio financeiro com energia sustentável do ano. “Esses prêmios são importantes porque mostram ao mundo que aqui no Brasil há respeito ao meio ambiente”, afirma Allan Toledo, gerente-executivo da Diretoria Comercial do BB.

Nos projetos financiados, os procedimentos adotados na análise de risco socioambiental são: a lista de exclusão; lista de restrições; avaliação de potencial de risco socioambiental por meio de questionários autodeclaratório; verificações de licenças, autorizações e documentos que atestem a viabilidade ambiental; análise por consultores especializados e consulta pública.

### **3.3.4 Aspectos internos de gestão socioambiental**

Quanto aos aspectos internos de gestão socioambiental, o Banco do Brasil afirma que tem política ambiental corporativa formalizada em documentos; afirma que a responsabilidade pela gestão ambiental da instituição está declarada no organograma (anexo 2). Afirmou também que a área que responde pela gestão ambiental da instituição é o Conselho de Administração, o qual se reporta ao Presidente e Vice-Presidente.

A pesquisa revela ainda que o BB tem procedimentos formais para a mitigação de riscos ambientais nas suas operações físicas e que exige comprovação de práticas ambientais dos seus parceiros comerciais de forma não sistemática, que são: licenças e autorizações previstas na lei;

O BB afirmou também que implementa programas de ecoeficiência, cujo percentual de agências que possui o referido programa é de até 20%.

Quanto ao consumo de recursos naturais, quando perguntado pelo Anuário 2008 “como usa a água”, o BB respondeu que: monitora com indicadores específicos e tem meta de redução; programa estruturado e ações de conscientização dos funcionários.

Quanto à pergunta “como usa a energia elétrica”, o BB respondeu que monitora com indicadores específicos; tem meta de redução; tem programa estruturado e ações de conscientização dos funcionários.

Sobre como usa combustíveis fósseis, o BB respondeu que tem programa estruturado e que toma outras medidas, porém, não declarou quais. Para a pergunta “como trata os resíduos” o BB respondeu que monitora com indicadores; tem meta de reuso; meta de reciclagem; processo para diminuir geração; coleta seletiva de lixo; investe em tecnologias para reduzir geração; processo para diminuir o impacto ambiental; garantia de conformidade no transporte, tratamento e destinação.

Quanto ao uso de papel reciclado, o BB afirmou ser pouco significativo. O banco declarou usar energia hídrica e biocombustível quando questionado sobre se “utiliza fontes limpas e renováveis de energia”. O BB respondeu que sim, que “desenvolve projeto próprio para reduzir a emissão de CO<sub>2</sub>”.

Para a questão “tem Programa de plantio de árvores e qual a sua finalidade?”, o BB afirmou que tem como finalidade a neutralização das emissões de carbono e compensação por outros impactos ambientais.

À pergunta “onde publica informações sobre sua gestão ambiental?”, o banco respondeu: no relatório anual; no balanço social – modelo GRI - ; no balanço social – modelo IBASE- ; no balanço social – modelo Ethos - e no *site* institucional.

Para concluir, o BB respondeu que não tem procedimentos para a melhoria das práticas socioambientais dos clientes.

Assim, no que se refere à política corporativa, o Banco do Brasil tem registrado procedimentos formais e se propõe a promover a mitigação de riscos ambientais nas suas operações de acordo com os principais dispositivos legais que contribuem para o balizamento do assunto, conforme abaixo:

- Crimes Ambientais - Lei 9.605/98 (artigo 54);
- Destinação de resíduos - Decreto 5.940/06;
- Segurança e saúde no trabalho - Portaria Ministerial 3.214, de 08 de junho de 1978 – TEM;
- Código de cores para programas de coleta seletiva - Resolução Conama Nr. 275, abril de 2001;
- Descarte de pilhas e baterias - Resolução Conama Nr. 257, junho de 1999. A certificação de sistemas de gestão ambiental depende da aplicabilidade de normas específicas pela empresa;
- Sistema de Gestão Ambiental - NBR ISO 14.001;
- Resíduos Sólidos - NBR 10.004.

Então, como vimos, o Banco do Brasil declara implementar programas de ecoeficiência de maneira documentada, demonstrando que a preocupação mundial com o meio ambiente tornou-se também uma preocupação do Banco do Brasil. As empresas têm buscado a certificação de sistemas de gestão ambiental empresarial como forma de reduzir custos operacionais e utilizar esta certificação como diferencial competitivo no relacionamento com clientes cada vez mais conscientes e exigentes.

A implantação de sistema de gestão ambiental é o objetivo do Programa de Ecoeficiência no BB. Como parte da política de responsabilidade socioambiental que integra a Agenda 21 do Banco do Brasil, a implantação desse sistema prevê, em sua fase inicial, o mapeamento sistematizado do consumo e do descarte, além da correta destinação de resíduos, voltada para a reutilização e reciclagem de materiais.

O sistema permitirá identificar os impactos ambientais do Banco do Brasil sobre o meio ambiente, implementar ações para diminuí-los e buscar a certificação da série ISO 14000.

Um dos grandes desafios do Programa de Ecoeficiência é construir uma metodologia de referência que permita a implantação da gestão ambiental nas diversas localidades onde o Banco está presente.

O Programa de Ecoeficiência do BB está baseado na chamada "política dos 3Rs" (CADERNO PROGRAMA CERTIFICAÇÃO INTERNA EM CONHECIMENTOS, 2008):

- Reduzir o consumo de recursos, fazendo mais com menos, poupando água, energia elétrica, papel e matérias-primas;
- Reutilizar os recursos, utilizando frente e verso do papel, por exemplo;
- Reciclar ou destinar à reciclagem o que pode ser reaproveitado, como papel, plástico, vidro, metal.

Essa política requer mudanças nos hábitos e comportamentos que fazem parte do cotidiano das pessoas que atuam na empresa. Por este motivo, um dos pilares do programa é a ação de educação, que se propõe em promover o treinamento dos funcionários e a sensibilização de terceirizados e contratados para temas relacionados à gestão ambiental.

Tais conceitos são importantes para a participação qualificada na implantação do sistema, que conta, ainda, com uma política de comunicação visando a mudança de atitudes face ao consumo de recursos ambientais.

A preocupação com a destinação dos resíduos e a incorporação de critérios socioambientais na política de compras também é uma meta do programa. Tendo em vista que o BB é um dos grandes consumidores de material de expediente, a indução de processos produtivos mais eficientes pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e, ainda, incentivar os seus fornecedores nas suas práticas socioambientais.

Cabe frisar que ao indicar seu diferencial, no Anuário (2008), o Banco do Brasil indica que possui Agenda 21 de responsabilidade social corporativa, composta de um conjunto de ações adotado por todas as áreas da empresa. “Organiza, em 2008, o Fórum de Sustentabilidade, no qual estimula a participação dos funcionários com idéias para financiar a sustentabilidade da ação econômica, social e ambiental da empresa” (ANUÁRIO, 2008:246).

### **3.4 Práticas para a Sustentabilidade no Banco do Brasil**

De forma resumida, buscou-se verificar até que ponto o BB está adotando práticas para o desenvolvimento socioambiental. De acordo com o exposto na sua Agenda 21, o Banco do Brasil, como um dos principais agentes do desenvolvimento econômico e social do País, propõe-se a impulsionar a economia e o desenvolvimento dos municípios onde atua ao financiar a agricultura familiar, o agronegócio, o comércio exterior, as micro e pequenas empresas, entre outros segmentos.

Com base no seu discurso institucional e sua proposta de desenvolvimento sustentável, o BB implementou programas baseados nos compromissos públicos que assumiu, conforme já citados no histórico, e como vem a seguir.

#### **3.4.1 Objetivos do Milênio**

Em colaboração com os objetivos, o BB e a Fundação Banco do Brasil se propõem desenvolver as seguintes ações / programas:

- Programa de aprendizagem para adolescentes;
- Melhoria das condições de vida em comunidades quilombolas e indígenas;
- Ampliação do acesso à leitura e à cultura;
- Estímulo ao voluntariado;
- Inclusão digital;
- Segurança alimentar e nutricional;
- Alfabetização de jovens e adultos;
- Complementação escolar para crianças e adolescentes;
- Disseminação de tecnologias sociais;
- Fortalecimento da agricultura familiar, entre outras.

No âmbito dos programas acima, o programa de aprendizagem para adolescentes - Programa Adolescente Trabalhador, PAT -, implementado em 20 de maio de 2001, após adaptação à Lei 10.097/00 (Lei da Aprendizagem) tem contribuído na capacitação profissional de jovens vindos de núcleos familiares de renda até meio salário mínimo *per capita* regional.

Com esta proposta, 14 mil jovens já desfrutaram de capacitação profissional, com vistas à futura inserção no mercado de trabalho. Essas experiências são adquiridas em ambientes reais (agências e setores administrativos), ao lado de profissionais qualificados e com recursos tecnológicos de alta performance. As demais ações serão apresentadas na seção 3.4.4 deste capítulo, uma vez que a sua coordenação / execução está a cargo da Fundação Banco do Brasil.

### **3.4.2 Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)**

A estratégia do DRS tem proporcionado para o BB um novo olhar para os mecanismos de desenvolvimento sustentável. Dada a sua capilaridade, e abrangência, o BB vem se propondo, através desta estratégia, a levar oportunidades, gerar empregos e negócios para as diversas regiões do País. É através da Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) que o BB está impulsionando o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras,

considerando as potencialidades, as vocações e as características locais, conforme dados apresentados no Box 1.

#### **Box 1: Mapa de resultados das iniciativas DRS**

<b>Total de Planos de Negócios DRS em implementação.....</b>	<b>4.299</b>
<b>Diagnósticos e Planos de Negócios DRS elaboração.....</b>	<b>805</b>
<b>Municípios abrangidos.....</b>	<b>2.696</b>
<b>Funcionários Banco do Brasil treinados em DRS no País.....</b>	<b>13.707</b>
<b>Dependências habilitadas no País.....</b>	<b>3.978</b>
<b>Total de famílias envolvidas.....</b>	<b>1.299.559</b>
<b>Total de recursos programados.....</b>	<b>R\$ 8.958.428.556,15</b>
<b>- Recursos programados Banco do Brasil .....</b>	<b>R\$ 6.353.190.883,56</b>
<b>- Recursos programados parceiros.....</b>	<b>R\$ 2.605.237.672,59</b>
<b>Posição de 03/06/09</b>	

Adaptado de : [www.bb.com.br/portalbb/page32,8368,8375,0,0,1,6.bb?codigoMenu=3873](http://www.bb.com.br/portalbb/page32,8368,8375,0,0,1,6.bb?codigoMenu=3873)

Assim, a Estratégia DRS desenvolvida e implementada pelo BB propõe-se a:

- Promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda;
- Democratizar o acesso ao crédito;
- Impulsionar o associativismo e o cooperativismo;
- Contribuir para a melhora dos indicadores de qualidade de vida;
- Solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais ou informais.

Estas ações propostas pelo BB ampliam as oportunidades de negócio, para o próprio Banco, ao mesmo tempo em que desenvolvem mecanismos de geração de emprego, renda e inclusão social em consonância com os compromissos públicos assumidos pelo Banco.

#### **3.4.3 Produtos e Serviços Socioambientais**

Na lista de produtos e serviços, o BB também se propõe a incorporar a sustentabilidade socioambiental conforme o exposto no Box 2:

**Box 2: Produtos e Serviços Socioambientais**

**Agricultura Familiar**  
**BB biodiesel**  
**BB Produção Orgânica**  
**BB Florestal**  
**BB Referencial DI Social 200**  
**BB Ações ISE**  
**Eficiência Energética**

Fonte: [www.bb.com.br/portallbb/home2,102,102,1,0,1,6.bb](http://www.bb.com.br/portallbb/home2,102,102,1,0,1,6.bb)

No campo de produtos e serviços o BB se propõe a estimular o desenvolvimento dos agricultores, viabilizar a concessão de créditos com taxas e prazos adequados. Propõe-se também a apoiar a produção, a comercialização e o uso do biodiesel como fonte de energia renovável e atividade geradora de emprego e renda.

Desde 1999, o Banco apoia o segmento de alimentos orgânicos. No Brasil, com a criação de um programa específico no qual os produtores rurais têm acesso diferenciado ao financiamento de custeio, de investimento e de comercialização da produção orgânica.

Em parceria com o Governo, nas três esferas, conta com um vasto rol de linhas de crédito, tais como BNDES Proflora, FCO Pronatureza, Pronaf Florestal, entre outras. Já os Fundos de investimentos e de ações têm como objetivos estimular o consumo de produtos e serviços de empresas que considerem os impactos sociais e ambientais em sua atuação.

O BB declara que dispõe também de duas linhas para projetos de eficiência energética, cujo programa objetiva, dentre outros pontos, alavancar novos negócios na área de eficiência energética e disponibilizar linhas de crédito, capazes de atender às necessidades de empresas que produzam e comercializam equipamentos e serviços para obtenção de eficiência energética.

### 3.4.4 Ações / Programas desenvolvidos pela Fundação nas áreas de Educação, Trabalho e Renda, Tecnologias Sociais

Visando uma abrangência maior no desenvolvimento das práticas socioambientais que se propõe o BB, através da Fundação Banco do Brasil, que tem como objetivo estratégico promover ações integradas e sinérgicas com os princípios de responsabilidade socioambiental assumidos pelo Banco do Brasil, desenvolve os seguintes programas / ações, conforme **Box 3**, os quais estão mais detalhadas no anexo 4.

**Box 3: Adaptado de Ações e programas desenvolvidos pela FBB**

Área de Educação	Área de Trabalho e Renda	Área de Tecnologias Sociais
AABB Comunidade	Cadeias Produtivas	Banco de Tecnologia Social
BB Educar	Desenvolvimento Local	
Estação Digital		
Projeto Alfa inclusão		
Projeto Alimentação Sustentável		
Projeto Memória		
Projeto Quilombolas		

Fonte: [www.fbb.org.br/portal/pages/publico/index.jsp](http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/index.jsp)

Através do projeto quilombolas, a FBB se propõe desenvolver ações para a melhoria das condições de vida em comunidades quilombolas. Atuando junto ao povo gorutubano (cerca de 7.000 pessoas), localizado na região norte de Minas Gerais, o programa tem como foco o desenvolvimento social, econômico e ambiental e a preservação dos valores culturais de seus integrantes, com vistas à sustentabilidade dessas comunidades.

O programa BB Educar, coordenado pela FBB, objetiva contribuir para a superação do analfabetismo no País. Destinado a jovens e adultos não alfabetizados a partir dos 15 anos de idade, consiste na formação, por educadores do programa,

de alfabetizadores que irão constituir núcleos comunitários de alfabetização. Desde a sua criação em 1992, já somam 366.526 alfabetizados.

Para que se façam presentes no cotidiano organizacional, os princípios de responsabilidade socioambiental permeiam as políticas e as estratégias do Banco do Brasil, sendo, portanto, parte integrante dos discursos e dos processos de tomadas de decisões de todas as áreas do BB.

Declara o BB que a responsabilidade socioambiental vem paulatinamente sendo incorporada aos instrumentos de avaliação e controle e aos processos administrativos e negociais, de tal forma que os esforços no gerenciamento dos impactos sociais e ambientais da atuação do BB sejam mitigados.

Conforme Relatório de Sustentabilidade 2008:

Essas ações alinham a postura da Organização com a visão de responsabilidade socioambiental: ter a ética como compromisso e o respeito como atitude na relação com seus públicos de interesse. O BB aderiu, em 2003, ao Pacto Global. Reforçando esse posicionamento, em 2008, o presidente do Banco do Brasil reafirmou apoio à Declaração Universal dos Direitos Humanos, por ocasião da comemoração dos 60 anos da declaração. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2008:1-2).

Assim, como se pode perceber, no nível discursivo, o aprofundamento da postura de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil está em todas as áreas do BB, representadas por seus funcionários. Essas premissas estão expressas na Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental do BB, que pode ser encontrada na Agenda 21 da Empresa, nas páginas 30-31, conforme o anexo 3.

A versão completa das iniciativas do Banco do Brasil no seu relacionamento com os diversos públicos, está disponível no [www.bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri), Relatório Anual.

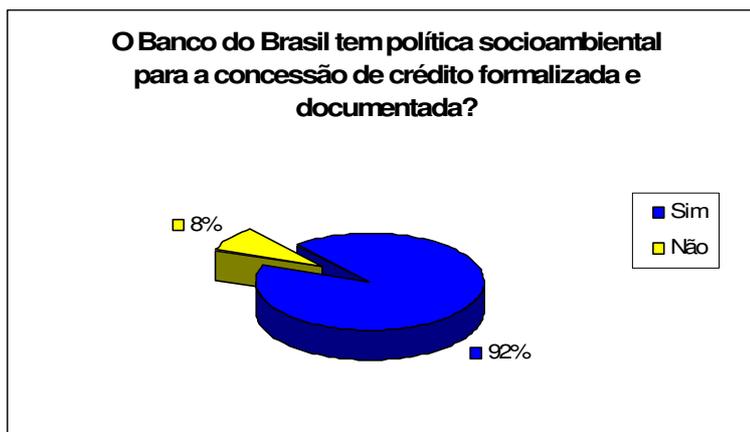
### **3.5 Da Pesquisa de Campo – Questionário**

Para subsidiar as informações levantadas para o estudo em questão, foi efetuada uma pesquisa de campo de caráter qualitativo junto à rede de agências da Praça São Paulo/SP, no período de 17.04.2009 a 22.04.2009, através de questionário de pesquisa, contendo 13 perguntas (fechadas) acerca das práticas socioambientais realizadas pelo Banco na concessão de empréstimos/ financiamentos ao segmento pequenas e médias empresas. Foram encaminhados

24 questionários, 01 por agência, para o público respondente composto de Gerentes de Contas, Segmento Pessoa Jurídica. Do total de questionários enviados, somente 12 foram respondidos.

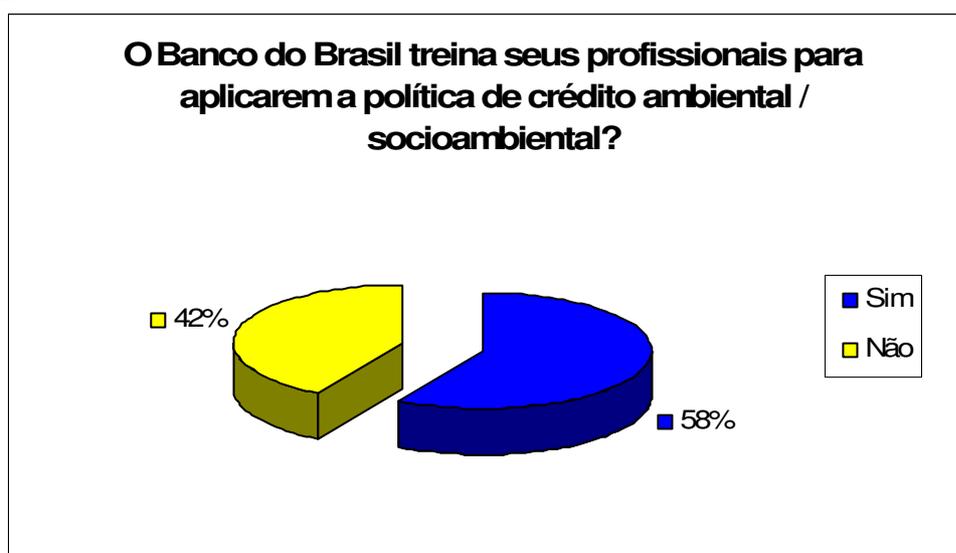
Após a tabulação dos dados, a pesquisa revelou os seguintes resultados, conforme demonstram os gráficos a seguir:

#### Pergunta 01



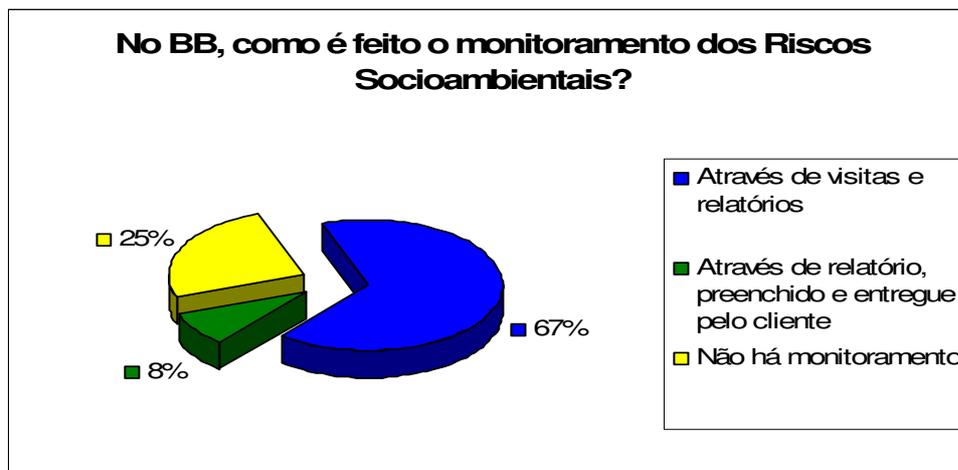
Inicialmente, o resultado da questão 01 mostrou ser do conhecimento de 92% dos funcionários a política socioambiental para a concessão de crédito aos clientes.

#### Pergunta 02



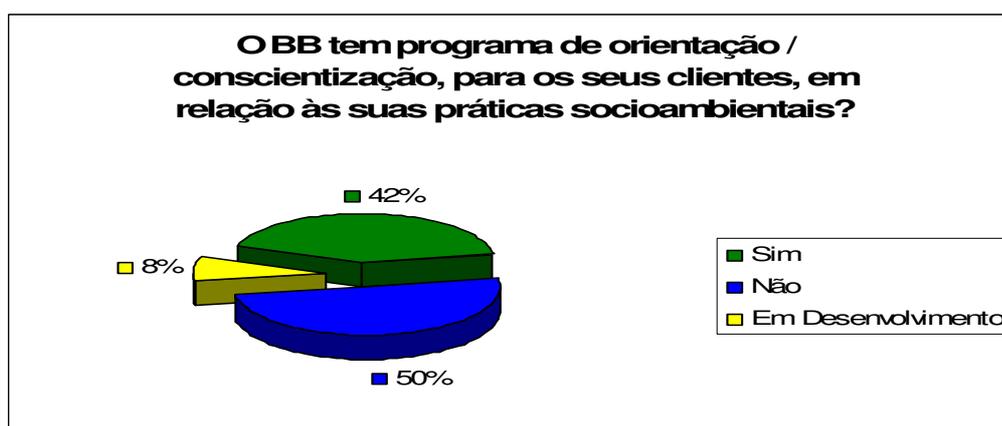
A questão acima evidenciou que apesar do banco ter sua política socioambiental formalizada e documentada, ainda se faz necessário o investimento em treinamento para os funcionários para aprofundar a prática da política de crédito socioambiental, visto que somente 42% ainda afirmaram a falta de treinamento.

## Pergunta 03



Em relação ao monitoramento dos riscos socioambientais dos seus clientes, 67% responderam que o monitoramento é feito através de visitas ao cliente e de relatórios, enquanto 8% responderam que é através de relatório preenchido e entregue pelo cliente e 25% alegaram que não há o monitoramento dos riscos. Este último número também é bastante alto, o que indica uma necessidade de ampliar o alcance dos monitoramentos.

## Pergunta 04



Com relação aos programas de orientação e conscientização para os clientes, no que diz respeito às suas práticas socioambientais, 50% dos respondentes afirmaram que o BB não dispõe dos referidos programas, enquanto 42% disseram que sim. Os 8% restantes conhecem a prática em desenvolvimento. Também é possível notar, através da amostra, uma carência significativa de programas de orientação aos clientes.

## Pergunta 05



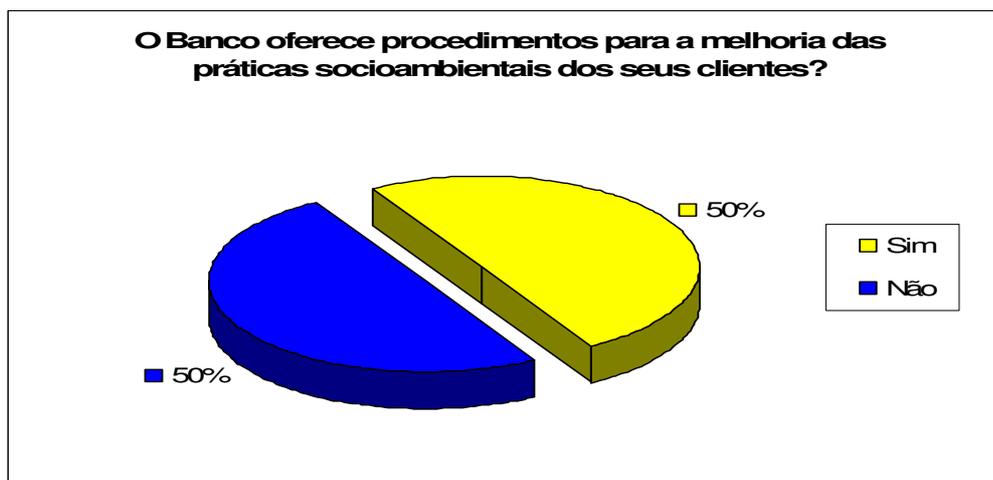
Com relação às orientações para a mitigação dos riscos socioambientais, 42% não responderam a questão; 25 % responderam os indicadores Ethos de responsabilidade Socioambiental; 17% responderam que o Banco fornece treinamento e palestras nas empresas e no próprio Banco; 8% responderam outros indicadores além dos do Instituto Ethos; e, finalmente, 8% afirmaram que o Banco fornece treinamentos e palestras nas empresas e no próprio Banco, mais receber orientações sobre os Indicadores Ethos de responsabilidade Empresarial, mais outros indicadores além dos do Instituto Ethos.

## Pergunta 06



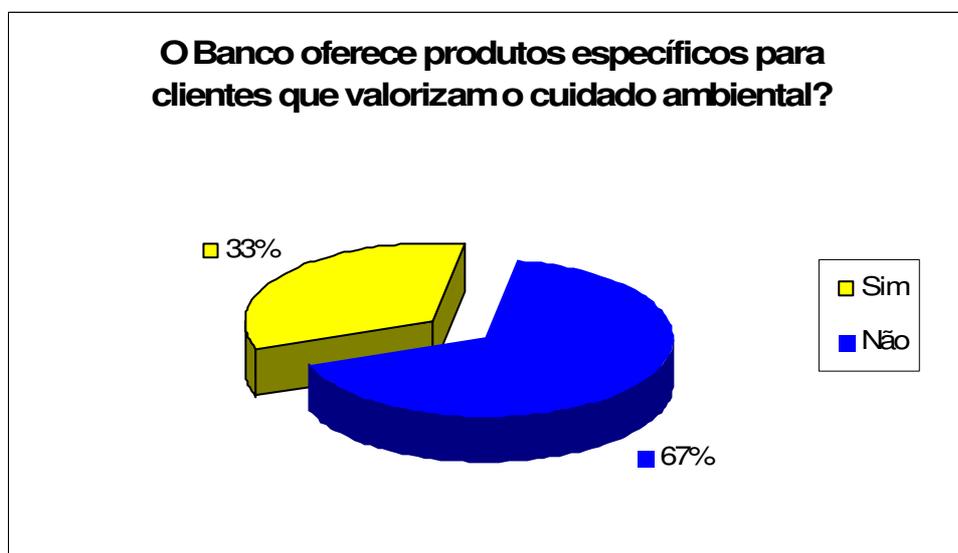
Sobre o monitoramento dos riscos socioambientais de Forma documentada, 58% responderam Sim para projetos/ financiamentos com maior risco; 25% responderam sim para todas as operações e 17% não responderam.

## Pergunta 07



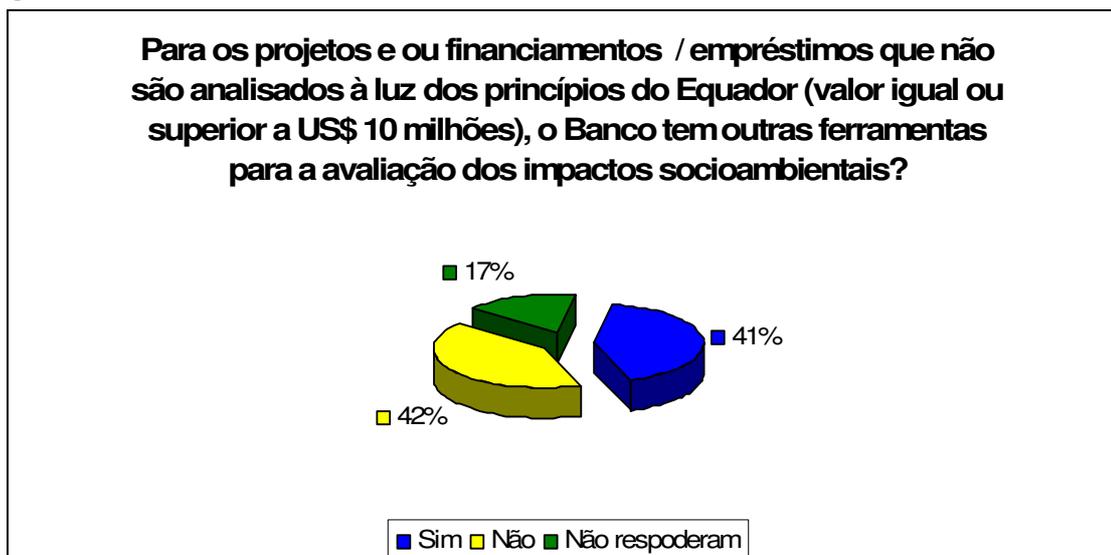
Quanto à pergunta sobre se o Banco oferece procedimentos para a melhoria das práticas socioambientais dos seus clientes, 50% responderam que sim e, igualmente 50% responderam que não.

## Pergunta 08



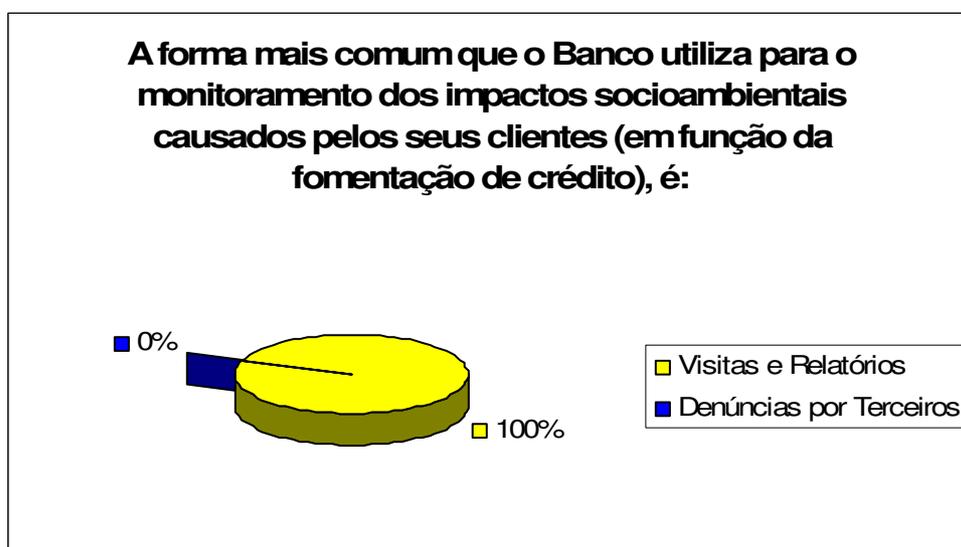
Para a pergunta se o Banco oferece produtos específicos para clientes que valorizam o cuidado ambiental, 67% responderam que não e 33% responderam que sim.

## Pergunta 09



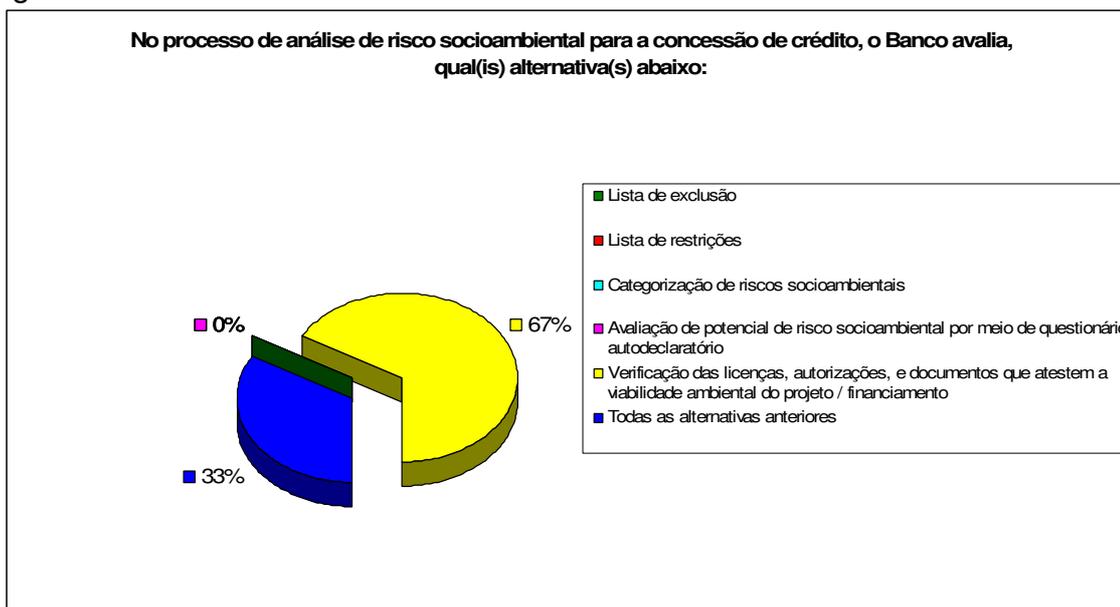
Perguntado se para os projetos que não são analisados à luz dos Princípios do Equador, o Banco tem outras ferramentas para avaliação dos impactos socioambientais, 41% respondeu que sim; 42% respondeu que não e 17% não respondeu à questão.

## Pergunta 10



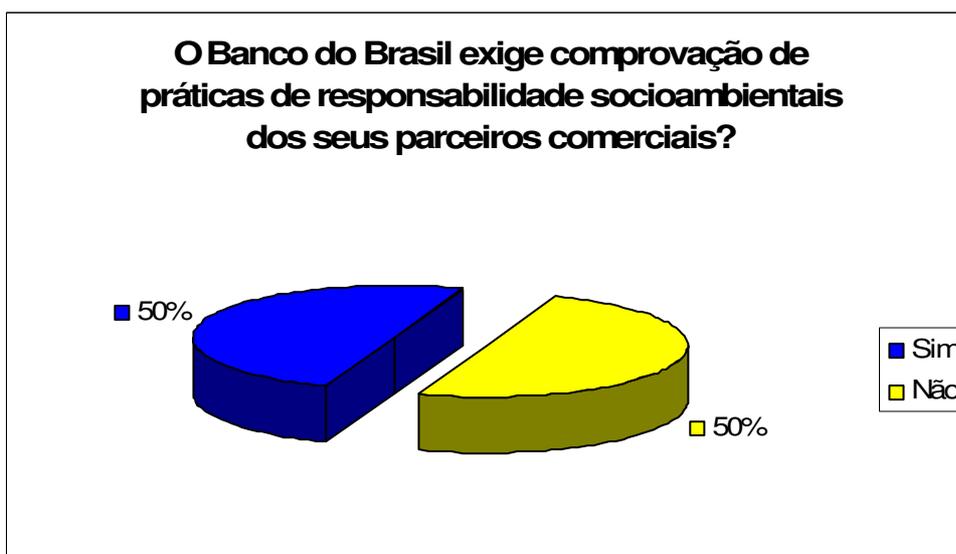
Quanto à forma mais comum que o Banco utiliza para o monitoramento dos impactos socioambientais causados pelos seus clientes, 100% responderam ser realizado através de visitas e relatórios.

## Pergunta 11



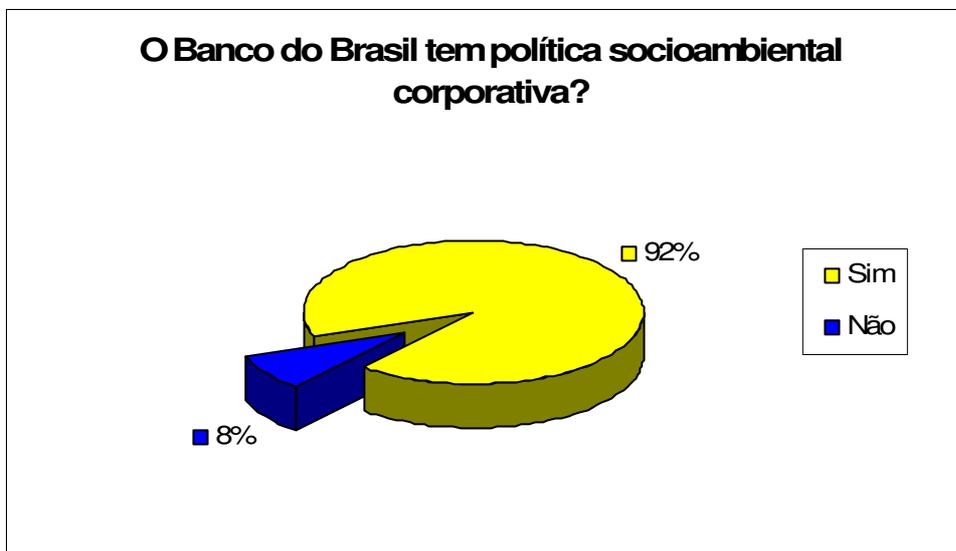
Sobre a análise de risco socioambiental para a concessão de crédito, o Banco avalia: 33% responderam lista de exclusão, lista de restrições, categorização de riscos socioambientais; verificação das licenças, autorizações e documentos que atestem a viabilidade ambiental do projeto/ financiamento. Os outros 67% responderam verificação das licenças, autorizações e documentos que atestem a viabilidade ambiental do projeto/ financiamento.

## Pergunta 12



Quanto à pergunta sobre se o Banco exige comprovação de práticas de responsabilidade socioambientais dos seus parceiros comerciais, 50% responderam sim e 50% responderam não.

## Pergunta 13



Sobre a política socioambiental corporativa, 92% responderam que o Banco a possui, enquanto 8% acreditam que não.

### 3.6 Resultados da pesquisa de campo

A pesquisa mostrou que o Banco, apesar da sua atuação para a sustentabilidade se ampliar e explicitar a partir 2003, ainda precisa trabalhar bastante no que diz respeito à avaliação e monitoramento dos riscos socioambientais. Porém, como a sustentabilidade é um processo, o BB terá que aprimorar estas questões junto aos funcionários no tocante à disseminação das ideias e práticas que, conforme os dados indicam, ainda é desconhecida por boa parte dos funcionários. A ideia de Responsabilidade Socioambiental, a difusão de conhecimentos mais amplos sobre os processos, bem como das ferramentas que avaliam os riscos socioambientais que possam ser causados pelos seus clientes tomadores de empréstimos e financiamentos, estão ainda, ao que parece, em estágio embrionário de desenvolvimento na prática dos funcionários do BB.

O resultado da pesquisa evidenciou ser do conhecimento de 92% dos seus funcionários a política socioambiental para a concessão de crédito aos seus clientes, porém, entre conhecer e praticar há uma grande distância e apesar do banco ter sua

política socioambiental formalizada e documentada, o que já é o primeiro passo, ainda existe a necessidade de investir em treinamento para os seus funcionários no que diz respeito à política de crédito socioambiental, visto que somente 42% afirmaram não ter passado por treinamento.

Com relação ao monitoramento dos riscos socioambientais dos seus clientes, 67% responderam que o monitoramento é feito através de visitas ao cliente e relatórios, enquanto 8% responderam que é através de relatório preenchido e entregue pelo cliente e os restantes 25% alegaram que não há o monitoramento dos riscos, reforçando a idéia da necessidade do treinamento e da disseminação da política através do monitoramento.

Quanto aos programas de orientação e conscientização para os clientes, em relação às suas praticas socioambientais, 50% responderam negativamente, e 42% afirmativamente. Os 8% restantes responderam estar em desenvolvimento. Isto indica que é necessário ampliar o desenvolvimento de programas desse tipo uma vez que o BB se propõe, ao nível do discurso, atuar como agente de mudanças para o desenvolvimento sustentável. Uma das etapas para a mudança começa pela conscientização dos seus públicos de relacionamentos.

Com relação às orientações para a mitigação dos riscos socioambientais, 42% não responderam a questão, reforçando a necessidade do aprofundamento dos programas de treinamentos, evidenciada também na questão anterior, uma vez que treinar e conscientizar leva a ações preventivas que irão nortear as propostas para ações que objetivam a melhoria dos processos e, conseqüentemente, a diminuição dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pelos clientes cujas atividades possam causar danos ao meio ambiente, estimulando, inclusive, o interesse destes por projetos de cunho sustentável.

Sobre o monitoramento dos riscos socioambientais de forma documentada, 58% responderam afirmativamente para projetos/ financiamentos com maior risco; 25% responderam sim para todas as operações e 17% não responderam. Tais números indicam que, provavelmente, as análises de risco não estão sendo efetuadas de forma conjuntural, o que significaria um enfoque predominantemente financeiro.

A questão 7 introduz um fato novo que é a questão do Banco não oferecer procedimentos para a melhoria das práticas socioambientais, por parte dos clientes,

em que 50% responderam “Não”, o que confirma a resposta dada à pesquisa efetuada pelo anuário 2008, conforme mencionada anteriormente.

Com relação a produtos específicos para clientes que valorizam o cuidado ambiental, 67% responderam que o banco não oferece contra 33% que responderam que sim. Esta resposta se torna relevante para o banco no que diz respeito ao desenvolvimento de treinamento específico neste segmento, para auferir um melhor conhecimento dos funcionários em relação aos produtos que já estão disponíveis.

Quando questionados se para os projetos que não são analisados à luz dos Princípios do Equador, o Banco teria outras ferramentas para avaliação dos impactos socioambientais, 41% responderam que sim; 42% que não e 17% não respondeu à questão, indicando que a maioria dos funcionários envolvidos com a operacionalização dos processos, nas agências, não são conhecedores das ferramentas em questão.

Quanto à forma mais comum que o Banco utiliza para o monitoramento dos impactos socioambientais causados pelos seus clientes – questão 10 -, 100% responderam que é através de visitas e relatórios. Contraditório ao resultado da questão 03, onde 25% responderam que não há monitoramento, deixando explícita, novamente, a necessidade de treinamentos.

Sobre a análise de risco socioambiental para a concessão de crédito, o Banco avalia através de: 33% responderam lista de exclusão, lista de restrições, categorização de riscos socioambientais; verificação das licenças, autorizações e documentos que atestem a viabilidade ambiental do projeto/ financiamento. Os 67% restantes responderam: verificação das licenças, autorizações e documentos que atestem a viabilidade ambiental do projeto/ financiamento. Esta questão evidencia que para alguns funcionários a análise está restrita a aspectos meramente burocráticos em detrimento da correta análise dos potenciais impactos que podem advir dos negócios firmados. As respostas reafirmam a falta de consenso do que é um negócio realmente sustentável e a falta de monitoramento e clareza dos instrumentos disponibilizados para tais análises.

Quanto à pergunta sobre se o Banco exige comprovação de práticas de responsabilidade socioambientais dos seus parceiros comerciais, 50% responderam sim e 50% responderam não. Mais uma vez os números indicam a necessidade de

revisão das práticas de disseminação de treinamentos para atender a este segmento gerencial.

Sobre a política socioambiental corporativa, 92% responderam que o Banco possui enquanto 8% responderam que não. Contradizendo basicamente toda a pesquisa e apontando para a necessidade de implementar na prática o discurso institucional, visto que os gerentes são os responsáveis diretos pela alocação dos financiamentos nas agências.

A sustentabilidade socioambiental é um assunto não tão novo, porém pouco conhecido num grau de aprofundamento maior, o que parece corroborar com os resultados da pesquisa que, na maioria das questões, evidenciou a necessidade de um investimento maior, por parte do banco, em treinamentos para o público Gerentes de contas, pois estão atuando na linha de frente, diretamente com o cliente, o que seria para o banco uma forma de disseminação da responsabilidade socioambiental para os seus clientes, na mitigação dos riscos socioambientais.

## PARTE IV

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, o estudo em questão procurou demonstrar a relevância do tema sustentabilidade para a sociedade em geral. Discorreu sobre os principais acontecimentos mundiais que culminam na conscientização do empresariado e da população como um todo e sobre a importância dos principais compromissos mundiais para com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental, bem como sobre a necessidade do engajamento da sociedade na busca contínua de ações afirmativas que visem a promoção da sustentabilidade no planeta.

Em particular, a pesquisa tratou da responsabilidade e da relevância que tem o setor bancário como fomentadores das linhas de financiamentos cujo objetivo é a alavancar o crescimento econômico. Nesse ponto, o estudo procurou avaliar qual o grau de inserção da variável social e ambiental para o crescimento dos negócios empresariais motivados pelos financiamentos bancários.

O estudo sinalizou a preocupação das instituições financeiras diante dos riscos causados à sua imagem e aos seus resultados, uma vez que estas organizações atuam como financiadoras de atividades empresariais que podem trazer impactos danosos ao meio ambiente.

Percebe-se então a necessidade de implementação de ações propondo o desenvolvimento e a melhoria do gerenciamento das atividades que financiam e, ainda, que as orientações da Agenda 21 global sejam seguidas de forma que se possa conciliar métodos de proteção ambiental com justiça social e eficiência econômica nas práticas negociais.

Como se pôde constatar, é crescente a preocupação com a responsabilidade social corporativa, tendo em vista as cobranças por parte dos acionistas das empresas e por parte da sociedade. Torna-se evidente que com a complexidade dos negócios, principalmente em função da globalização, as empresas precisam de um novo olhar e uma nova forma de pensar as suas práticas de desenvolvimento, tanto econômico quanto social e ambiental, e que se busquem novos modelos de eficiência operacional para que seja possível enfrentar e dar respostas positivas no

campo da responsabilidade socioambiental. A RS é, hoje, um fator de extrema importância para a sobrevivência empresarial.

No setor financeiro, observa-se que os clientes da base da pirâmide já começam incorporar e internalizar conceitos de sustentabilidade, passando, inclusive este conceito, a influenciar nas suas tomadas de decisão relativas ao consumo, prática feita antes sem maiores efeitos. Novamente: a RS constitui-se como fator de extrema importância para a sobrevivência empresarial.

É perceptível a movimentação do Banco do Brasil no sentido de promover a sustentabilidade através de práticas incorporadas as suas ações, bem como na criação de instrumento – sua agenda 21 para a sustentabilidade -, que institucionalizou em um único documento as questões que todo o conglomerado deve praticar rumo ao fortalecimento da sustentabilidade.

Este documento apresenta de forma didática as ações já praticadas e as que estão por vir, como os principais compromissos públicos assumidos pelo banco, conforme apresentado anteriormente. Trata, ainda, das questões relativas ao relacionamento com o seu público interno e dos programas de desenvolvimento pessoal, profissional e de qualidade de vida. A agenda demonstra grande preocupação com os seus públicos de relacionamento externo, comunidade e meio ambiente e ainda exemplifica os investimentos em cidadania, pautados pela ética e transparência.

Como o objetivo do trabalho em questão foi o de compreender de que formas o Banco do Brasil desenvolve práticas de responsabilidade social e ambiental no financiamento de projetos empresariais/empréstimos e financiamentos em geral, através do percurso de estudo, apresentamos as ações propostas pelo Banco.

Neste sentido, o foco esteve na política de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil perante as pequenas e médias empresas tomadoras de empréstimos, e em como o Banco avalia e monitora os programas cujo objetivo é a sustentabilidade.

No campo da responsabilidade socioambiental, através dos diversos documentos do Banco do Brasil, vimos como ele se propõe a incorporar a teoria às suas práticas.

Notadamente, estas práticas vêm sendo permeadas nas várias áreas/setores do BB, conforme demonstrado na sua Agenda 21. Ficou também demonstrada, em números, através do seu Relatório de Sustentabilidade 2008, a adoção de práticas

relacionadas aos projetos de financiamentos analisados à luz dos Princípios do Equador.

A pesquisa efetuada pelo Anuário 2008 apontou que o Banco respondeu que não aplica os Princípios do Equador a projetos orçados em valores inferiores a US\$ 10 milhões, todavia, alega que tem política de avaliação de risco socioambiental que cobre todas as demais atividades econômicas.

Outros projetos (conforme anexo 4) desempenhados através da fundação Banco do Brasil demonstram a aproximação com as comunidades carentes, no esforço da erradicação da pobreza, no fortalecimento à educação e à inclusão digital, de forma a promover a proteção e geração de valores de forma sustentável.

Ressalta-se, ainda, a importância da estratégia DRS, desenvolvida e implementada pelo Banco, que também visa atender às diferentes regiões de todo o País na geração de emprego e negócios, fortalecendo o desenvolvimento das comunidades, incentivando projetos como coleta seletiva de resíduos sólidos, destinados a cooperativas ou associações de catadores.

Por outro lado, a pesquisa também evidenciou que todas essas diretrizes mal chegam a orientar a política com relação à avaliação e o monitoramento dos empréstimos concedidos às pequenas e médias empresas, pois ainda não foram totalmente incorporadas pelos gerentes de contas pessoa jurídica de cada agência, que são os responsáveis diretos pelas aprovações dos financiamentos. Observou-se na pesquisa que:

a) Destes, 92% confirmaram a existência desta política, porém, parcela significativa deste público não incorporou práticas inerentes à sua função, portanto, desconhecem o modo de efetivação dessa política e até mesmo o seu papel na sua implementação.

Nesse aspecto, a questão central é como o Banco dissemina o conhecimento/prática e treina os seus funcionários. Percebe-se que há dificuldade por parte do Banco em oferecer cursos específicos para todo o segmento de pessoal que atua na rede de agências pesquisada.

b) No tocante ao treinamento dos seus gerentes, para aplicarem a política em questão, 58% responderam que existe o treinamento contra 42%, ficando evidente a necessidade de investimento em treinamento, principalmente para o público Gerentes de contas (o responsável pela concessão do empréstimo), fazendo com que estes se tornem parceiros do banco na questão da disseminação das

práticas de responsabilidade socioambiental, no monitoramento e na mitigação dos riscos, o que potencializaria novos negócios de forma sustentável.

Para corroborar com a pesquisa em questão, fazemos menção a um estudo efetuado em 2007, por João Cavalcante de Albuquerque Neto e Ricardo de Castro Costa, intitulado “O Banco do Brasil e suas iniciativas para promoção da responsabilidade socioambiental”. A pesquisa apontou que falta, por parte do Banco do Brasil, a divulgação de suas iniciativas junto aos seus funcionários, principalmente os gerentes de conta do Distrito Federal (local aonde foi realizada a pesquisa). Segundo os autores, mais de 50% dos respondentes afirmaram não ter conhecimento dos programas de RSA desenvolvidos pelo Banco.

Observa-se que apesar do lapso temporal dessa pesquisa ser de um ano e meio, aproximadamente, neste estudo efetuado em São Paulo/SP, com público respondente de mesmo segmento, ou seja, Gerentes de Contas, evidenciou-se que com relação ao conhecimento da existência da política de RSA, 92% afirmam conhecer a sua existência. Porém, com relação à aplicação de treinamentos para a aplicação da política de crédito socioambiental, 42% dos gerentes ainda não tiveram acesso a treinamento.

Apesar das pesquisas terem sido efetuadas em regiões diferentes, os resultados são convergentes. Aquela pesquisa aponta a necessidade de maior divulgação para os funcionários dos programas de RSA desenvolvidos pelo Banco. Já esta pesquisa aponta a necessidade de treinamentos para a aplicação das políticas de RSA, por parte dos gerentes de contas. Percebe-se que há uma espécie de “gargalo” relativo à política de disseminação das práticas e até mesmo dos treinamentos, bem como da sua adequação ao público prioritário.

Provavelmente este descompasso relativo ao treinamento se deva pelo fato de que as metas diárias demandam maior tempo dos funcionários em seus postos de trabalho tendo em vista que os treinamentos são desenvolvidos, geralmente, nos centros de treinamentos, geralmente distantes das agências. Isto dificulta a frequência por parte dos gerentes de Contas. A divulgação das práticas é feita de forma massificada e geralmente através dos meios de comunicação de massa, o que também dificulta ao funcionário que trabalha 08:00h/ dia nas dependências do Banco poder focar maior tempo nos treinamentos oferecidos.

Apesar do BB ter a variável treinamento como obrigatória no seu ATB – Acordo de trabalho -, os cursos são de livre escolha. Talvez seja necessária uma campanha de sensibilização e conscientização sobre o tema para que os cursos relativos à sustentabilidade sejam vistos como imprescindíveis para os gerentes de contas. Como o assunto não traz consequências imediatas, ele não consegue ganhar a importância que deveria ter.

Considerando o exposto, acerca do monitoramento dos programas cujo objetivo é a sustentabilidade, ficou evidente a proposta do BB em envolver todas áreas do conglomerado Banco do Brasil na busca de programas voltados para a sustentabilidade socioambiental, principalmente com a criação de uma Diretoria exclusiva para esta finalidade. A proposta traz consigo a melhor intenção visto que a área de RSA está diretamente ligada à Presidência, o que fortalece ainda mais a proposta do Banco e confere a esta área maior visibilidade.

A condução de outros projetos pela FBB confere ao Banco maior facilidade para a incorporação e disseminação das práticas de RSA junto a comunidades tendo em vista a dimensão de atuação do BB no País. Todavia, com relação às pequenas e médias empresas tomadoras de empréstimos fica em aberto o desafio para um novo estudo, tendo em vista as dificuldades e limitações temporais encontradas para a elaboração de uma pesquisa mais abrangente, que inclua a resposta das empresas clientes, a fim de se fazer o cruzamento das informações e traçar políticas orientadoras para a mitigação dos possíveis impactos por elas causadas.

Podemos concluir então que, no tocante à preocupação de se apresentar como um banco que tem responsabilidade social e que se preocupa com a sustentabilidade o Banco do Brasil tem sido bem sucedido.

Em pesquisa efetuada pela Management & excellence/Latin Finance sobre os bancos mais sustentáveis da América Latina, divulgada em 04.09.2007, o Banco do Brasil ocupava a 14ª posição entre os 40 mais sustentáveis.

Entretanto, embora tenha desenvolvido vários programas nessa direção e até mesmo criado seções funcionais dedicadas ao tema, no tocante aos empréstimos concedidos às pequenas e médias empresas, a responsabilidade social do Banco do Brasil relativa à sustentabilidade socioambiental e suas práticas ainda estão distantes do discurso institucional.

Desta forma, vale ressaltar que para as pequenas e médias empresas, numa perspectiva mais imediata, caberia ao Banco incentivá-las a utilizar os princípios Ethos de Responsabilidade Social como subsídio ao processo de concessão de empréstimos e como balizador de responsabilidade socioambiental.

Com relação ao público Gerentes de Contas fica a sugestão da implementação, pelo BB, de um projeto piloto para a disseminação das suas práticas. Neste caso, sugere-se ao Banco a criação de uma nova área que possa atuar diretamente junto à rede de agências/departamentos, observando as necessidades de treinamentos, a disponibilidade de cada gerente, bem como o envolvimento dos funcionários com a temática da sustentabilidade.

## PARTE V

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

AGENDA 21. Banco do Brasil. 2004

ANDRADE, R.O.B.de , TACHIZAWA, Takeshy, CARVALHO, Ana Barreiros de. *Gestão ambiental*. 2ª ed. São Paulo: Pearson Education, 2003

ANUÁRIO 2008. *Análise Gestão Ambiental*. São Paulo: Análise Editorial, 2008.

ASHLEY, Patrícia Almeida. *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. Diversos Autores (Coord) Patrícia Almeida Ashley. São Paulo: Saraiva, 2002

BRITO, Valdelicia Santos Silva. *Meio Ambiente*. Araras: C.U.H.O., 2005.

BRUNDTLAND, G. Harlen. *Nosso Futuro Comum*. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BURSZTYN, Marcel. *Armadilhas do progresso: contradições entre a economia e a ecologia*. In: *Sociedade e Estado*. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília. Volume X, n.1. Jan/Jun. 1995.

CARVALHO, Maria Christina. Itaú refina critério para dar crédito. *Valor Econômico*. São Paulo: Caderno de Finanças, 2004.

CARVALHO, Gustavo Dias. *Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: CVS, 2006.

DIEHL, Astor Antônio ; TATIM, Denise Carvalho. *Pesquisas em ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

EXCELÊNCIA PROFISSIONAL FUNDAMENTAL. Caderno do Participante. Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2007.

GOMES, Adriano. A (ir)responsabilidade social das empresas e seus desmembramentos. Pesquisa realizada junto às empresas do setor financeiro, associadas ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social no período de 2001 a 2002. Tese de Doutorado: PUC/SP, 2005.

HARRINGTON, J.; KNIGHT, A. *A implementação da ISO 14000*. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

HERGOZP, Ana Paula Luiza. *Na era do dinheiro sustentável*. Revista Exame, 11/04/2007.

JOSSIANENN, Sandra. *A sociedade moderna e a necessidade de um Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: CVS, 2006.

LEONARD, H. Jeffrey (coord). *Meio ambiente e pobreza: estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum*. (Trad) Ruy Jungmann, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

MEADOWS, Donella H; MEADOWS, Dennis L; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, William W. *The limits to growth. A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. London: Patomac Associate Book, 1975.

MORETTI, Sérgio Luiz do Amaral. A trama e a urdidura: Responsabilidade Social das empresas. Tese de Doutorado: PUC/SP, 2005.

NETO, João Cavalcante de Albuquerque. COSTA, Ricardo de Castro. O Banco do Brasil e suas Iniciativas para promoção da responsabilidade socioambiental. Trabalho de conclusão de curs: UNB/DF, 2007

STAVENHAGEN, Rodolfo. In *Anuário Antropológico/84*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

PROGRAMA CERTIFICAÇÃO INTERNA EM CONHECIMENTOS. *Responsabilidade Socioambiental (RSA) e Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)*. Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2008.

PINHEIRO, Pablo. *Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: CVS, 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *AMBIENTALISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO. NOVA IDEOLOGIA/UTOPIA E DESENVOLVIMENTO*. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, n.34, 1991.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2008.

TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante. *Risco Ambiental para as Instituições Financeiras*. São Paulo: Annablume, 2006.

TRIGUEIRO, André. [Coord] *Meio Ambiente no Século 21*. Autores Associados - São Paulo: Campinas – Armazém do Ipê, 2005.

ZENONE, Luis Cláudio. *Marketing Cultural Desenvolvido pelas Empresas: O valor cultural e mercadológico dessa aproximação*. Tese de Doutorado/PUC São Paulo: s.n , 2005.

## **Filmes**

ACHBAR, March; ABBOT, Jennifer. *The Corporation*. EUA:2004

## **Sites consultados**

AGENDA 21 GLOBAL. Disponível em <[http://www.redeagenda21.org.br/agenda\\_21\\_global.htm](http://www.redeagenda21.org.br/agenda_21_global.htm)>. Acessado em jan/2009.  
ALERTA em Rede. Disponível em: <[http://www.alerta.inf.br/06\\_2004040602b.htm](http://www.alerta.inf.br/06_2004040602b.htm)>  
Acesso em: mar/2007.

AMORIN, João Mateus de. Pereira, Humberto Januário. Educação Ambiental sob uma perspectiva Geográfica. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=661&class=02>. <acessado em 12.06.09>

ARAÚJO, Edgilson Tavares da.; MELO, Vanessa Paternostro.; SCHOMMER, Paula Chies. *O desafio da Sustentabilidade Financeira e suas implicações no Papel Social das Organizações da Sociedade Civil*. Disponível em: <[http://www.lasociadacivil.org/UPLOADS/ciberteca/e\\_gilsonPDS](http://www.lasociadacivil.org/UPLOADS/ciberteca/e_gilsonPDS)> Acesso em: 11 fev/2007.

*A responsabilidade socioambiental no Banco do Brasil*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 11 fev.2008.

BARBIERI, Edison. *Pobreza, meio ambiente e instabilidade global*. Revista "MUNDO e MISSÃO" Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/globalizacaomeio.htm>>. Acesso em: Out/2007.

BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Editores HowStuffWorks Brasil. Disponível em: < <http://pessoas.hsw.uol.com.br/objetivos-do-milenio.htm>> Acesso em: Out/2007.

*Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental*. Disponível em <<http://www.bb.com.bzr/portalbb/page20,8305,8327,0,0,1,6.bb?codigoNoticia=4558&codigoMenu=3806>> . Acessado em jan/2009.

CLUBEFROME. Disponível em: <<http://www.clubefrome.org/>>. Acesso em: 2004.

COMBATE À POBREZA Disponível em: <<http://homologa.ambiente.sp.gov.br/agenda21/ag03.htm>>. Acesso em: Out/2008.

CRIANDO VALOR. Disponível em:  
 <[http://www.ethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/folheto\\_ifc.pdf](http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/folheto_ifc.pdf)>. Acessado em:  
 13.07.2009.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em:  
 <<http://br.geocities.com/vpccini/desv.htm>>. Acesso em: Out/2008.

ECO-FINANÇAS. *Bancos anunciam nova versão dos Princípios do Equador.*  
 Disponível em:  
 <<http://ef.amazonia.org.br>. Acessado em: 26 de julho de 2006.

ENERGIA MOVIMENTA SETOR NO BRASIL.  
 Disponível em: <<http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/86763.htm>.  
 Acesso em: 10.04.09.

ESTATUTO do Banco do Brasil. Disponível em: <[http://www.bb.com.br/portal\\_rigov/EstatutoBB.jsp](http://www.bb.com.br/portal_rigov/EstatutoBB.jsp)>. Acesso em: Mar/2007

FELDMAN, Ana Augusta Rocha e Fábio. *A Mata Atlântica é Aqui, e daí?* (2006)  
 Disponível em: <[http://www.planetasustentavel.abril.uol.com.br/noticia/estante/estante\\_265927.shtml](http://www.planetasustentavel.abril.uol.com.br/noticia/estante/estante_265927.shtml) - 63k> -  
 Acesso em : jul/2008.

*Financial Times premia BB por iniciativas de sustentabilidade.* Disponível em:  
 <<http://www.bb.com.br/portallbb/page22,8305,8389,0,0,1,6.bb?codigoNoticia=4844&codigoMenu=3826>> Acesso em Fev/2007.

GONÇALVES, Marino Eligio. *A FALSA IDÉIA DO ANTAGONISMO ENTRE O COMBATE À POBREZA E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.* Artigos Jurídicos.  
 Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/artigos/2001/marino/falsaideia.htm>.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Os “Princípios Do Equador” – Uma Abordagem*

*Do Setor Para Instituições Financeiras Sobre Determinação, Avaliação E Gerenciamento De*

LEITÃO, Cleide Figueiredo. *O que é Modernidade*. (1997). Disponível em: <[http://www. http://base.d-p-h.info/fr/fiches/premierdph/fiche-premierdph-3602.html](http://www.base.d-p-h.info/fr/fiches/premierdph/fiche-premierdph-3602.html)>. Acesso em: jul/2008.

*O conceito de desenvolvimento sustentável* Disponível em: <<http://br.geocities.com/vpuccini/desenvol.htm>>. Acesso em: Out/2007.

*Organograma Banco do Brasil (adaptado). Organograma fonte disponível em : <<https://intranet.bb.com.br/lic/APPS/figura.do?op=imagem&origemLink=texto&numeroFigura=52&endLivro=460&endCapitulo=1&endTitulo=2&endSubTitulo=1709&numVersao=3&codigoTransacao=&tipoPesquisa=3&numeroCircular=0&anoCircular=0>> . Acessado em 13.07.2009.*

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2008 Disponível em: <<http://www.bb.com.br/ri>> Acesso em: fev/2008.

*Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas*. Disponível em < <http://www.institutoethos.com.br>>. Acesso em: Fev. 2008.

REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO, nº 51 Ago/2005 Ano V. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio da presente geração*. Disponível em:< <http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm>>. Acesso em: Out/2008.

*Risco Ambiental E Social Em Financiamento De Projetos*. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com/principles.shtml>>. Acessado em: 20 de julho de 2006.

*Sustentabilidade em miúdos*. Disponível em < <http://www.aol.com.br>>. Acesso em: 11 fev. 2008.

**PARTE VI**

**ANEXOS**

## **Anexo 1**

### **Princípios de Estocolmo**

## PRINCÍPIOS DE ESTOCOLMO

(texto integral - 1972)

PRINCÍPIO 1: O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequada em um meio cuja qualidade lhe permite levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar esse meio para as gerações presente e futura. A este respeito as políticas que promovem ou perpetuam o *apartheid*, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira continuam condenadas e devem ser eliminadas.

PRINCÍPIO 2: Os recursos naturais da Terra, inclusos o ar, a água, o solo, a flora e a fauna, especialmente as amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações presente e futura, mediante uma cuidadosa planificação ou regulamentação, segundo seja mais conveniente.

PRINCÍPIO 3: Deve ser mantida e, sempre que possível, restaurada e melhorada, a capacidade da Terra para produzir recursos vitais renováveis.

PRINCÍPIO 4: O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar ponderadamente o patrimônio representado pela flora e pela fauna silvestres, bem como pelo seu habitat, que se encontram atualmente em grave perigo, em virtude da conjugação de diversos fatores. Conseqüentemente, ao se planejar o desenvolvimento econômico, deve se atribuir uma importância específica à conservação da natureza, aí incluídas a flora e a fauna silvestres.

PRINCÍPIO 5: Os recursos não-renováveis da Terra devem ser empregados de maneira a se evitar o perigo de seu esgotamento e a assegurar a toda a humanidade a participação nos benefícios de tal emprego.

PRINCÍPIO 6: Deve pôr-se fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outros materiais, e ainda, à liberação de calor em quantidades ou concentrações tais que o meio não tenha condições para neutralizá-lo, de modo a que não sejam causados danos graves ou irreparáveis aos ecossistemas. Deve ser apoiada a justa luta dos povos de todos os países contra a contaminação.

PRINCÍPIO 7: Os Estados deverão tomar todas as medidas possíveis para impedir a contaminação dos mares por substâncias que possam pôr em perigo a

saúde do homem, causar danos aos seres vivos e à vida marinha, limitar as possibilidades de lazer ou obstar outras utilizações legítimas do mar.

**PRINCÍPIO 8:** O desenvolvimento econômico ou social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e criar na Terra condições adequadas para melhorar a qualidade de vida.

**PRINCÍPIO 9:** As deficiências do meio originadas pelas condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais colocam graves problemas; a melhor maneira de superá-los é o desenvolvimento acelerado pela transferência de volume considerável de assistência financeira e tecnológica que complemente os esforços internos dos países em desenvolvimento, bem como qualquer outra ajuda que oportunamente possa se fazer necessária.

**PRINCÍPIO 10:** Para os países em desenvolvimento a estabilidade dos preços e a obtenção de adequada receita dos produtos básicos e de matérias-primas são elementos essenciais para a organização do meio, uma vez que deve levar-se em conta tanto os fatores econômicos, como os processos ecológicos.

**PRINCÍPIO 11:** As políticas ambientais de todos os Estados deveriam orientar-se para o aumento do potencial de crescimento dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial, nem obstaculizar a consecução de melhores condições de vida para todos, e os Estados e organizações internacionais deveriam tomar todas as providências competentes com vistas a chegar a um acordo, a fim de enfrentar as conseqüências econômicas que pudessem advir, tanto no plano nacional, quanto no internacional, da aplicação de medidas ambientais.

**PRINCÍPIO 12:** Dever-se-iam destinar recursos à conservação e à melhoria do meio, levando em conta as circunstâncias e necessidades especiais dos países em desenvolvimento e o montante de gastos que a inclusão de medidas de conservação do meio possa-lhes acarretar em seus planos de desenvolvimento, bem com a necessidade de lhes prestar, quando o salientem, maior assistência técnica e financeira de caráter internacional voltada para esse fim.

**PRINCÍPIO 13:** A fim de lograr uma administração mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planificação do seu desenvolvimento, a fim de assegurar-

se a compatibilidade desse processo com a necessidade de proteger e melhorar o meio humano em benefício de sua população.

**PRINCÍPIO 14:** O planejamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar as diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio.

**PRINCÍPIO 15:** Deve-se aplicar o planejamento tanto na ocupação do solo para fins agrícolas, como na urbanização, com vistas a evitar efeitos prejudiciais sobre o meio e a obter o máximo benefício social, econômico e ambiental para todos. A este respeito devem ser abandonados os projetos destinados à dominação colonialista e racista.

**PRINCÍPIO 16:** Nas regiões onde existe o risco de as altas taxas de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas da população prejudicarem o meio ou o desenvolvimento, ou onde a baixa densidade populacional possa impedir a melhora do meio e obstaculizar o desenvolvimento, deveriam ser aplicadas políticas demográficas que mantivessem o respeito pelos direitos humanos fundamentais e, ao mesmo tempo, contassem com a aprovação dos governos interessados.

**PRINCÍPIO 17:** Deve ser confiada às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar e controlar a utilização dos recursos ambientais dos Estados, com a finalidade de melhorar a qualidade do meio.

**PRINCÍPIO 18:** Como parte da contribuição que é lícito esperar da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento econômico e social, devem elas ser utilizadas para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio, para a solução dos problemas ambientais e para o bem comum da humanidade.

**PRINCÍPIO 19:** É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais dirigido, seja às gerações jovens, seja aos adultos, o qual dê a devida atenção aos setores menos privilegiados da população, a fim de favorecer a formação de uma opinião pública bem informada e uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades, inspiradas no sentido de sua responsabilidade com a proteção e melhoria do meio, em toda a sua dimensão humana.

**PRINCÍPIO 20:** Devem ser fomentados em todos os países, especialmente nos em desenvolvimento, a pesquisa e o progresso científico referentes aos problemas ambientais, tanto nacionais quanto multinacionais. A esse respeito, o livre intercâmbio de informações e experiências científicas atualizadas deve ser objeto de

apoio e de assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais; a tecnologia ambiental deve ser colocada a serviço dos países em desenvolvimento, em condições tais que favoreça sua ampla difusão e sem representar, por outro lado, uma carga econômica excessiva para esses países.

**PRINCÍPIO 21:** Consoante a Carta das Nações Unidas e os princípios do Direito Internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar os seus recursos de acordo com a sua política ambiental e têm a obrigação de se assegurarem de que as atividades levadas a cabo dentro de suas jurisdições ou sob o seu controle não prejudiquem o meio de outros Estados ou o de zonas situadas fora das jurisdições nacionais.

**PRINCÍPIO 22:** Os Estados devem cooperar para o contínuo desenvolvimento do Direito Internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização às vítimas de contaminação e de outros danos ambientais por atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob controle de tais Estados, bem como zonas situadas fora de suas jurisdições.

**PRINCÍPIO 23:** Sem prejuízo dos princípios gerais que possam ser acordados pela comunidade internacional, bem como dos critérios e níveis mínimos a serem definidos a nível nacional, será sempre indispensável considerar os sistemas de valores prevalecentes em cada país e discutir a aplicabilidade de certas normas que possam ser válidas para os países mais avançados, porém inadequadas ou de alto custo social para os países em desenvolvimento.

**PRINCÍPIO 24:** Todos os países, grandes ou pequenos, devem empenhar-se com espírito de cooperação e em pé de igualdade na solução das questões internacionais relativas à proteção e melhoria do meio. É indispensável cooperar mediante acordos multilaterais e bilaterais e por outros meios apropriados, a fim de evitar, eliminar ou reduzir, e controlar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera possam acarretar para o meio, levando na devida conta a soberania e os interesses de todos os Estados.

**PRINCÍPIO 25:** Os Estados deverão estar assegurados de que as organizações internacionais realizem um trabalho coordenado, eficaz e dinâmico na conservação e melhoria do meio.

**PRINCÍPIO 26:** Deve-se livrar o homem e o meio humano dos efeitos de armas nucleares e dos demais meios de destruição maciça. Os Estados devem

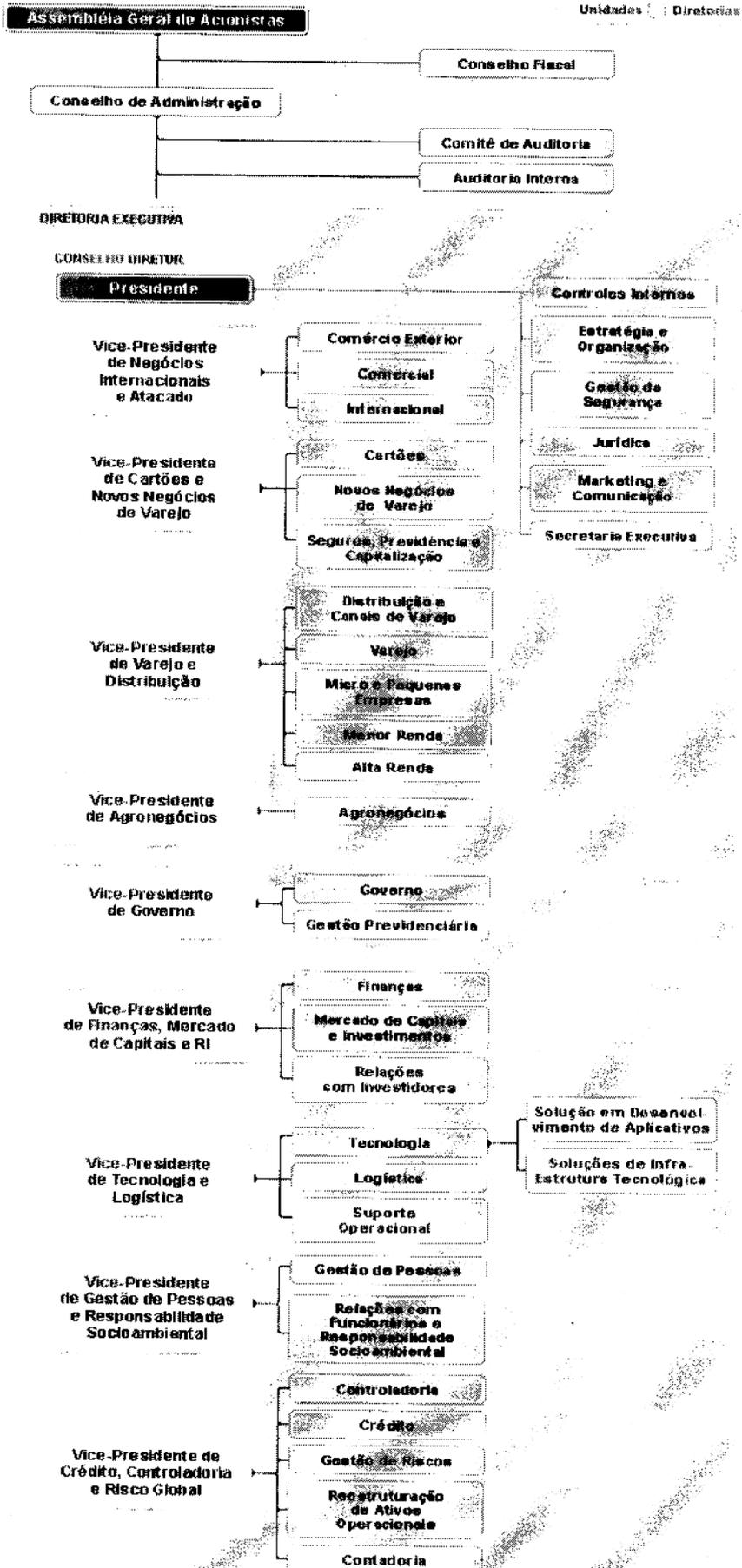
procurar chegar rapidamente a um acordo, nos organismos internacionais competentes, sobre a eliminação e completa destruição das mesmas armas.

**(Fonte:** DHnet - Rede de Direitos Humanos e Cultura. Sítio na Internet. Acesso em 04.06.2006)

**Anexo 2**

**Organograma do Banco do Brasil**

LEGENDA:  
Unidades : Diretorias



**Anexo 3**

**Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil**

## **Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental**

O Banco do Brasil se compromete a:

- Atuar em consonância com Valores Universais, tais como: Direitos Humanos, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- Reconhecer que todos os seres são interligados e toda forma de vida é importante.
- Repelir preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie.
- Fortalecer a visão da Responsabilidade Socioambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade.
- Perceber e valer-se da posição estratégica da corporação BB, nas relações com o Governo, o Mercado e a Sociedade Civil, para adotar modelo próprio de gestão da Responsabilidade Socioambiental à altura da corporação e dos desafios do Brasil contemporâneo.
- Ter a transparência, a ética e o respeito ao meio ambiente como balizadores das práticas administrativas e negociais da Empresa.
- Pautar relacionamentos com terceiros a partir de critérios que observem os princípios de responsabilidade socioambiental e promovam o desenvolvimento econômico e social.
- Estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável.
- Enxergar clientes e potenciais clientes, antes de tudo, como cidadãos.
- Estabelecer e difundir boas práticas de governança corporativa, preservando os compromissos com acionistas e investidores.
- Contribuir para que o potencial intelectual, profissional, artístico, ético e espiritual dos funcionários e colaboradores possa ser aproveitado, em sua plenitude, pela sociedade.
- Fundamentar o relacionamento com os funcionários e colaboradores na ética e no respeito.
- Contribuir para a universalização dos direitos sociais e da cidadania.
- Contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência.

## **Anexo 4**

**Principais programas/Projetos desenvolvidos pela Fundação Banco do Brasil  
(FBB)**

## Programas da Fundação do Banco do Brasil – Área de Educação

<b>AABB - Comunidade</b>	O programa Integração AABB Comunidade conjuga educação, saúde, cultura, esporte e lazer para proporcionar novas perspectivas de vida a crianças e adolescentes de famílias de baixa renda. É realizado em parceria com a Federação Nacional das Associações Atlético Banco do Brasil.
<b>BB Educar</b>	O BB Educar é o programa de alfabetização de jovens e adultos da Fundação Banco do Brasil. Consiste na formação, por educadores do Programa, de alfabetizadores que assumem o compromisso de constituir Núcleos de Alfabetização nas comunidades em que atuam.
<b>Estação Digital</b>	Com a consolidação da internet e da informática como uma das principais vias de comunicação mundial, conhecer essas tecnologias deixou de ser opção e tornou-se uma necessidade. Por acreditar que o acesso à informação é fundamental para a construção do conhecimento, para a participação em sociedade e para a ampliação de oportunidades de trabalho, a <u>Fundação Banco do Brasil</u> apresenta o Programa Inclusão Digital. Ele consiste em Estações Digitais implantadas nas comunidades que não têm acesso a essas tecnologias, em parceria com entidades locais e organizações do Terceiro Setor. Sempre que possível, busca-se o fortalecimento dessa ação integrando-a a outros programas já desenvolvidos
<b>Projeto Alfa inclusão</b>	O Projeto Alfainclusão foi uma experiência de parceria entre a Fundação Banco do Brasil e o Ministério da Educação, com o apoio do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Seu propósito era o de experimentar uma metodologia de alfabetização aliada ao desenvolvimento da consciência empreendedora por parte dos alfabetizados, com vistas à inserção propositiva na realidade social e no mundo do trabalho. O "Alfainclusão" vem atender ao apelo do Governo Federal no sentido de serem priorizadas as ações de combate à fome e de enfrentamento ao analfabetismo.
<b>Projeto Alimentação Sustentável</b>	O projeto Alimentação Sustentável, concebido pela Diretoria de Educação da FBB, alinha-se aos pressupostos enunciados na Agenda 21 para o Desenvolvimento Sustentável e aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, definidos pela Assembleia Geral da ONU, buscando resultados e benefícios nas dimensões humana, econômica e ambiental e articulando as estratégias priorizadas pela Fundação Banco do Brasil 2004-2006 ao contido na Constituição Federal e às políticas públicas do governo brasileiro para o desenvolvimento social e combate à fome.
<b>Projeto Memória</b>	Com o Projeto Memória "João Cândido – A luta pelos direitos humanos", a Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Petrobras e em 2008 com a participação da Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), apresenta ao público um importante nome da história do país: João Cândido Felisberto. Nascido no Rio Grande do Sul, em 1880, o marinheiro é o principal líder da Revolta da Chibata, levante ocorrido em novembro de 1910, no Rio de Janeiro. Os marinheiros exigiam melhores soldos, alimentação digna e o fim da prática da chibata nos navios brasileiros. O movimento eliminou da Marinha de Guerra a prática dos castigos corporais como punição aos marujos. A revolta abalou as estruturas do governo da época, que teve de tomar medidas rápidas para atender às solicitações dos rebeldes e trazer a paz de volta às águas da Guanabara. João Cândido e seus companheiros se tornaram exemplos de luta pelos direitos humanos.

<b>Projeto Quilombola</b>	<p>Projeto Piloto Alfabetização Quilombola - O traçado histórico de desigualdades sociais que marca o nosso país, sobretudo as que envolvem questões étnicas relacionadas a afro-descendentes, exige das instituições que pretendam promover o desenvolvimento social uma postura ativa e emergencial. A implementação de políticas que promovam esse desenvolvimento, seja a titulação de terras remanescentes de quilombos, os programas de autonomia agro-alimentar e desenvolvimento de outros sistemas produtivos, o fortalecimento da organização social ou a criação de escolas diferenciadas, dentre outras, passa por iniciativas que possibilitem o aprendizado da leitura e da escrita.</p> <p>Nesse sentido, o Projeto Piloto Alfabetização Quilombola propôs-se a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades remanescentes de quilombos. Atuando junto ao povo gorutubano, localizado na região norte de Minas Gerais, tem como foco o desenvolvimento social, econômico e ambiental e a preservação dos valores culturais de seus integrantes, potencializando os resultados de outras ações voltadas para a sustentabilidade dessas comunidades.</p> <p>Os gorutubanos, cerca de 7.000 pessoas, vêm convivendo com altas taxas de analfabetismo, precárias condições de moradia e produção, focos de doenças endêmicas, e índices de mortalidade infantil que se equiparam aos quadros mais calamitosos do mundo. Estão distribuídos em 27 comunidades, espalhadas em uma área de 47.000 hectares, abrangida pelos municípios de Catuti, Gameleira, Jaíba, Janaúba, Monte Azul, Pai Pedro e Porteirinha. Essa região, caracterizada pela seca e pela miséria, apresenta um IDH de 0,540, inferior aos encontrados no nordeste brasileiro (0,548), na China (0,642), na Mongólia (0,607), na Indonésia (0,586) e na Nigéria (0,583).</p> <p>Para o desenvolvimento do Projeto foram capacitados 50 (cinquenta) integrantes das próprias comunidades quilombolas, com o propósito de alfabetizar 450 (quatrocentos e cinquenta) jovens e adultos, num período de 6 a 8 meses.</p> <p>Além das ações de alfabetização foram feitos diagnósticos oftalmológicos e adquiridos óculos para os participantes do Projeto. Práticas de consumo sustentável de alimentos também estão sendo disseminadas, possibilitando a criação de uma rede de segurança alimentar e nutricional junto a essas comunidades, evidenciando a conjugação dos Programas BB Educar e Alimentação Sustentável, desenvolvidos pela FBB.</p>
---------------------------	---

**Programas da Fundação do Banco do Brasil – Área de Trabalho e Renda**

<p><b>Cadeias Produtivas Apicultura</b></p>	<p>A iniciativa envolve quatro cooperativas apícolas já existentes (duas em Picos-PI, uma em Horizonte-CE e a outra em Trindade-PE), que reúnem 150 famílias, e a criação de uma unidade industrial de processamento do mel, que funciona de forma cooperativada. O objetivo é aumentar o valor do mel in natura para comercialização e elevar a renda dos apicultores envolvidos.</p> <p>Em 2006 foram criadas 3 centrais de beneficiamento e 13 casas de mel, envolvendo 1.668 participantes diretos, prevendo-se o envolvimento de mais 2.500 no presente ano.</p> <p>Abrangência: Piauí (região de Picos), Ceará e Pernambuco.</p> <p>Parcerias: Sebrae, Unitrabalho, Agência de Desenvolvimento Solidário/CUT, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO).</p>
<p><b>Artesanato</b></p>	<p>Locais: Região Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Vales do Jequitinhonha (MG) e Mucuri (BA).</p> <p>As ações para o artesanato objetivam fortalecer a organização dos artesãos, em associações e cooperativas, aprimorando o processo produtivo e a comercialização em grupo. A intenção é elevar valor dos produtos (produção de embalagens, selos de procedência, etiquetas de contextualização cultural, publicações de catálogos, brindes empresariais), além de difundir a cultura ecológica.</p> <p>Parcerias: Sebrae, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Aliança do Brasil e parcerias locais.</p>
<p><b>Cajucultura</b></p>	<p>Revitalização e construção de minifábricas de beneficiamento de castanhas. Já foram estruturadas 19 minifábricas desde 2003. Em 2007 serão inauguradas mais 6 unidades. Os principais objetivos são criar empregos e elevar a renda dos produtores.</p> <p>Parcerias: Embrapa, Telemar, Sebrae, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), DRS do Banco do Brasil e parcerias locais.</p>
<p><b>Mandiocultura</b></p>	<p>A ação concentrou-se, inicialmente, em Vitória da Conquista (BA) e Alagoinhas (BA), com a implantação de unidades industriais para produção de fécula, e Benevides (PA), com a implantação de unidades industriais para produção de bioplástico. Foi expandida em 2006 para o Sudoeste da Bahia, disseminando técnicas de cultivo e beneficiamento da raiz de mandioca. O investimento social incluiu, até 2006, quase 7.500 participantes e pretende totalizar dez mil em 2007, ano em que 15 novas casas de farinha agroindustriais serão inauguradas.</p> <p>Parcerias: Embrapa, Sebrae, Petrobras, BNDES e DRS do Banco do Brasil e parcerias locais.</p>
<p><b>Ovinocaprinocultura</b></p>	<p>A iniciativa contempla ações de capacitação gerencial, disseminação tecnológica e acesso aos mercados, pro meio da implantação de agroindústrias, resultando na melhoria da produtividade e oferta de carne, leite e peles.</p> <p>Para tanto, em 2006 foram capacitados e contratados 192 agentes de desenvolvimento rural, entre pessoas das próprias comunidades, para atuar com os produtores. Mais 220 estão previstos para 2007.</p> <p>A estimativa é atender cerca de 15.400 produtores, diretos e indiretos, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.</p> <p>Parcerias: Sebrae, Embrapa, DRS do Banco do Brasil.</p>

<p><b>Desenvolvimento Local</b></p> <p><b>Projeto Brimbau</b></p>	<p>O BERIMBAU DA ESPERTEZA TOCA PARA LONGE A POBREZA</p> <p>Programa Social Sustentável da Costa do Sauípe</p> <p>O empreendimento Costa do Sauípe, a Fundação Banco do Brasil e a Caixa de Previdência dos Funcionários do BB (PREVI) se uniram para criar um programa social com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das comunidades da região de Sauípe, por meio da geração de emprego e renda. Assim nasceu o programa Berimbau.</p> <p>Para reduzir os efeitos da exclusão social na região é preciso reduzir a dependência das localidades em relação ao mercado de trabalho turístico, estimulando o surgimento de novas atividades econômicas e o desenvolvimento sustentável. Essas ações também vão ser implantadas. E todas sempre discutidas com as comunidades envolvidas, respeitando a vocação e a potencialidade de cada uma: Mata de São João, Entre Rios, Areal, Curralinho, Diogo, Estiva, Santo Antônio, Vila Sauípe, Canoas e Porto Sauípe.</p> <p>Entre as ações implantadas, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BB Educar</li> <li>• Escola de informática</li> <li>• Escola Meninos do Porto</li> <li>• Escola de Produção</li> <li>• Unidade de Processamento de Resíduos</li> <li>• Unidade de Produção e Comercialização de Produtos Artesanais</li> <li>• Unidade de Revitalização da Pesca</li> <li>• Unidade de Criação e Beneficiamento de Pequenos Animais</li> <li>• Unidade de Beneficiamento da Casca de Coco</li> </ul>
<p><b>Projeto Urucua Grande Sertão</b></p>	<p>Ações de desenvolvimento integrado e sustentado da Bacia do Rio Urucua, nas cadeias produtivas da fruticultura, artesanato, mandiocultura, apicultura e turismo, no Noroeste de MG.</p> <p>Em 2006 foram adquiridos 5 conjuntos de equipamentos e realizadas 320 capacitações envolvendo 6.180 participantes diretos. No presente ano, prevê-se a construção de 4 minifábricas de ração e mais dois mil participantes da região serão incluídos.</p>

**Programas da Fundação do Banco do Brasil – Área de Tecnologia Social**

<p><b>Banco de Tecnologia Social</b></p>	<p>Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.</p> <p>É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Está baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras.</p> <p>As tecnologias sociais podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala.</p> <p>São exemplos de tecnologia social: o clássico soro caseiro ( mistura de água, açúcar e sal que combate a desidratação e reduz a mortalidade infantil); as cisternas de placas pré-moldadas que atenuam os problemas de acesso a água de boa qualidade à população do semi-árido, entre outros.</p>
<p><b>Barraginhas</b></p>	<p>Com o objetivo de recuperar áreas degradadas pelo escoamento das águas de chuvas sobre solos compactados, desenvolveu-se a tecnologia social que consiste na construção de barraginhas contentoras de enxurradas. Esse processo, num primeiro momento, freia a degradação do solo, evitando a desertificação e, num segundo momento, revitaliza mananciais, nascentes e córregos, suavizando a seca. As barraginhas podem ser complementadas com curvas de nível, outro mecanismo para contenção de erosões, assoreamentos e fontes poluidoras veiculadas pelas águas.</p> <p>Esse sistema força a recarga das reservas subterrâneas e armazena água de boa qualidade no solo, por meio da infiltração ocorrida durante o ciclo chuvoso. Isso ameniza os efeitos das secas e veranicos em lavouras localizadas em partes úmidas de baixadas. Além disso, permite-se o plantio de pomares, hortas e canaviais nas partes baixas das barraginhas, bem como a construção de cacimbas e cisternas para o fornecimento de água para consumo humano e animal, diminuindo ou eliminando a necessidade do caminhão pipa nessas regiões.</p> <p>O projeto gera renda, emprego, sustentabilidade agrícola e fortalecimento regional, levando à redução do êxodo rural.</p>
<p><b>PAIS</b></p>	<p>As Unidades Familiares de Produção Agroecológica Sustentável - PAIS encontram-se entre as tecnologias sociais que recebem investimento da Fundação Banco do Brasil para serem reaplicadas. Trata-se de uma metodologia de cultivo orgânico, baseada na otimização do uso sustentável de recursos naturais e sócio-econômicos, respeitando a integridade cultural local. Em parceria com o Sebrae e com o Ministério da Integração Nacional, está prevista a instalação de 1080 unidades distribuídas em 9 estados do semiárido (AL, BA, CE, MG, PB, PE, PI, SE e RN). No Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso do Sul a parceria é apenas com o Sebrae.</p>
<p><b>Projeto Água Doce</b></p>	<p>Reaproveitamento do rejeito de dessalinizadores no Semi-Árido. A água retirada do subsolo, com alto teor de sal, é tratada no dessalinizador, para consumo humano, e os resíduos seguem para os tanques, nos quais estão os camarões e peixes para engorda. O restante da água salobra irriga a planta erva-sal, que misturada a outras plantas forrageiras, será usada como ração para caprinos. A Fundação irá recuperar 37 dessalinizadores e implantar 9 Unidades Produtivas. A ação atenderá a 46 municípios do Semi-Árido, envolvendo mais de dois mil participantes diretos.</p> <p>Parcerias: Embrapa Semi-Árido, Ministério do Meio Ambiente/SRH, Universidade Federal de Campina Grande (PB) e instituições locais.</p> <p>Abrangência: Semi-Árido.</p>

<p><b>Saneamento Básico na Área Rural</b></p>	<p>No meio rural, é muito comum o uso de "fossas negras" que contaminam águas subterrâneas e os poços de água.</p> <p>Assim, a probabilidade de contração de doenças - como salmonelose, hepatite, diarreias e cólera - é considerável. Para enfrentar esse problema, foi criada uma fórmula simples e barata de tratar o esgoto onde falta saneamento básico: desviou-se a tubulação dos vasos sanitários para caixas de amianto, nas quais os coliformes fecais são transformados em adubo orgânico, pelo processo de biodigestão. Esse sistema chamado de fossa séptica biodigestora foi desenvolvido pra ser utilizado por produtores rurais, mas também está sendo empregado em condomínios residenciais localizados na zona rural, onde não há tratamento de esgoto e, portanto, os riscos de contaminação de solo e recursos hídricos por coliformes fecais são elevados.</p> <p>O adubo orgânico líquido, resultante do processo de biodigestão do esgoto doméstico, é rico em macro e micronutrientes e pode ser utilizado para complementar a adubação de NPK. O uso desse adubo produzido pela fossa representa uma grande economia para o produtor.</p>
<p><b>Saneamento Básico na Área Rural</b></p>	<p>No meio rural, é muito comum o uso de "fossas negras" que contaminam águas subterrâneas e os poços de água.</p> <p>Assim, a probabilidade de contração de doenças - como salmonelose, hepatite, diarreias e cólera - é considerável. Para enfrentar esse problema, foi criada uma fórmula simples e barata de tratar o esgoto onde falta saneamento básico: desviou-se a tubulação dos vasos sanitários para caixas de amianto, nas quais os coliformes fecais são transformados em adubo orgânico, pelo processo de biodigestão. Esse sistema chamado de fossa séptica biodigestora foi desenvolvido pra ser utilizado por produtores rurais, mas também está sendo empregado em condomínios residenciais localizados na zona rural, onde não há tratamento de esgoto e, portanto, os riscos de contaminação de solo e recursos hídricos por coliformes fecais são elevados.</p> <p>O adubo orgânico líquido, resultante do processo de biodigestão do esgoto doméstico, é rico em macro e micronutrientes e pode ser utilizado para complementar a adubação de NPK. O uso desse adubo produzido pela fossa representa uma grande economia para o produtor.</p>

Fonte: [www.fundacaobancodobrasil.com.br](http://www.fundacaobancodobrasil.com.br) <acessado em 20.04.2009>

## **Anexo 5**

### **Princípios do Equador**

4 de junho de 2003

**OS "PRINCÍPIOS DO EQUADOR"****UMA ABORDAGEM DO SETOR PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SOBRE  
DETERMINAÇÃO, AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCO  
AMBIENTAL E SOCIAL EM FINANCIAMENTO DE PROJETOS*****PREÂMBULO***

O financiamento de projetos desempenha um papel importante no desenvolvimento financeiro em todo o mundo. Ao proporcionar financiamentos, particularmente em mercados emergentes, os financiadores de projetos freqüentemente deparam-se com questões de política ambiental e social. Reconhecemos que nosso papel, enquanto financiadores, proporciona oportunidades significativas de promover gestão ambiental e desenvolvimento com responsabilidade social.

Ao adotar esses princípios, procuramos garantir que os projetos que financiamos sejam desenvolvidos de forma socialmente responsável e reflitam as práticas de gestão ambiental.

Acreditamos que a adoção e a aplicação desses princípios ofereçam benefícios significativos para nós mesmos, para nossos clientes e para outras partes envolvidas. Esses princípios estimularão nossa habilidade de documentar e gerenciar os riscos relacionados a questões ambientais e sociais associados ao projeto que financiamos, permitindo-nos, assim, um engajamento pró-ativo com nossas partes envolvidas nas questões de política ambiental e social. O respeito a esses princípios nos permitirá trabalhar com nossos clientes no que diz respeito a suas questões de política social e ambiental relacionadas a seus investimentos nos mercados emergentes.

Espera-se que esses princípios sirvam como base e como um padrão comum para a implementação de nossos procedimentos e padrões individuais e internos relacionados a questões sociais e ambientais para nossas atividades de financiamento de projetos em todos os setores do ramo, de forma global.

Ao adotar esses princípios, encarregamo-nos de revisar cuidadosamente todas as propostas para as quais nossos clientes solicitam financiamento de projetos. Não forneceremos empréstimos diretamente a projetos cujo solicitante não irá ou não possa concordar com nossas políticas e procedimentos ambientais e sociais.

**Tradução não-oficial****Serviço Promovido pelo Instituto Observatório Social**

## **DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS**

*Forneceremos empréstimos diretamente a projetos nas seguintes circunstâncias:*

1. Classificamos o risco de um projeto de acordo com as diretrizes internas que se baseiam nos critérios de seleção ambiental e social da IFC, conforme descrito em documento anexo a estes princípios (Documento I).
2. Para todos os projetos das categorias A e B, o solicitante deverá ter concluído uma Avaliação Ambiental, cuja preparação seja consistente com o resultado de nosso processo de classificação e satisfaça nossas questões ambientais e sociais mais importantes identificadas durante o processo de classificação.
3. No contexto da área de atuação do projeto, conforme for o caso, o relatório de Avaliação Ambiental deverá tratar das seguintes questões:
  - a) avaliação das condições ambientais e sociais básicas
  - b) exigências de acordo com as leis e regulamentações do país em questão, tratados e acordos internacionais aplicáveis
  - c) desenvolvimento sustentável e utilização de recursos naturais renováveis
  - d) proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis
  - e) utilização de substâncias perigosas
  - f) principais riscos
  - g) saúde e segurança no trabalho
  - h) prevenção contra incêndio e segurança à vida
  - i) impactos socioeconômicos
  - j) aquisição e utilização de terras
  - k) repovoamento involuntário
  - l) impactos em povos e comunidades nativas
  - m) impactos cumulativos sobre projetos existentes, sobre o projeto proposto e sobre projetos futuros previstos
  - n) participação das partes afetadas na elaboração, revisão e implementação do projeto
  - o) consideração de alternativas ambientais e sociais exequíveis
  - p) produção, distribuição e utilização eficiente da energia
  - q) prevenção à poluição e minimização de resíduos, controles de poluição (efluentes líquidos e emissões aéreas) e gerenciamento de resíduos sólidos e químicos

Observação: em cada caso, a Avaliação Ambiental deverá estar de acordo com a legislação aplicável do país em questão e com as autorizações exigidas pelo projeto. Além disso, deverá ser feita referência aos padrões mínimos aplicáveis, de acordo com as diretrizes do Banco Mundial e da IFC quanto à prevenção e à diminuição da poluição (Documento III) e, para projetos localizados em países de baixa e média renda conforme definido pelos indicadores de desenvolvimento do Banco Mundial (<http://www.worldbank.org/data/countryclass/classgroups.htm>), a Avaliação Ambiental

**Tradução não-oficial**

**Serviço Promovido pelo Instituto Observatório Social**

deverá ainda levar em consideração as políticas de proteção aplicáveis da IFC (Documento II). Em cada caso, a Avaliação Ambiental deverá tratar, a nosso critério, da concordância geral do projeto com (ou variações justificadas sobre) as respectivas diretrizes e políticas de proteção acima mencionadas.

4. Para todos os projetos da categoria A e, conforme for considerado apropriado, para os projetos da categoria B, o solicitante ou especialista terceirizado deverá ter preparado um Plano de Gestão Ambiental que seja baseado nas conclusões da Avaliação Ambiental. O Plano de Gestão Ambiental deverá tratar de soluções, planos de ação, monitoramento, gerenciamento de riscos e cronogramas.
5. Para todos os projetos da categoria A e, conforme for considerado apropriado, para os projetos da categoria B, é satisfatório que o solicitante ou especialista terceirizado tenha consultado, de forma estruturada e culturalmente adequada, os grupos afetados pelo projeto, incluindo povos nativos e ONGs locais. A Avaliação Ambiental, ou um resumo dela, deverá ter sido disponibilizada ao público por um período mínimo razoável, em idioma local e de forma culturalmente adequada. A Avaliação Ambiental e o Plano de Gestão Ambiental deverão considerar tais consultas e, para os projetos da categoria A, serão submetidos à revisão de um especialista independente.
6. O solicitante terá assumido o compromisso de:
  - a) cumprir o Plano de Gestão Ambiental na construção e operação do projeto
  - b) fornecer relatórios regularmente, preparados por pessoal interno ou especialistas terceirizados, de acordo com o Plano de Gestão Ambiental e
  - c) quando aplicável, desativar as instalações de acordo com um Plano de Desativação combinado.
7. Conforme necessário, os financiadores deverão apontar um especialista ambiental independente para fornecer serviços adicionais de monitoramento e elaboração de relatórios.
8. Nas circunstâncias em que o solicitante não cumprir com os seus compromissos ambientais e sociais, de forma que haja quaisquer dívidas financeiras pendentes, comprometeremos o solicitante a empreender esforços para buscar soluções, a fim de que ele cumpra seu compromisso.
9. Estes princípios aplicam-se a projetos com um custo total de 50 milhões de dólares ou mais.

**Tradução não-oficial**

**Serviço Promovido pelo Instituto Observatório Social**

As instituições que os adotam consideram estes princípios como um padrão para desenvolver práticas e políticas individuais e internas. Da mesma forma que ocorre com todas as políticas internas, estes princípios não criam quaisquer direitos ou obrigações para pessoas públicas ou privadas. Os bancos estão adotando e implementando estes princípios de forma voluntária e independente, sem depender ou recorrer à IFC ou ao Banco Mundial.

**Tradução não-oficial**

**Serviço Promovido pelo Instituto Observatório Social**

## **DOCUMENTO I: PROCESSO DE SELEÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL**

A seleção ambiental de cada projeto proposto deve ser realizada para determinar a extensão e o tipo adequados de Avaliação Ambiental. Os projetos propostos serão classificados em uma das três categorias, dependendo do tipo, localização, sensibilidade e escala do projeto e da natureza e magnitude de seus possíveis impactos ambientais e sociais.

**Categoria A:** um projeto proposto é classificado como sendo da categoria A quando é provável que tenha impactos ambientais colaterais significativos e que sejam sensíveis, diversificados ou sem precedentes. Um possível impacto é considerado “sensível” quando pode ser irreversível (por exemplo, quando provoca a perda de um habitat natural principal) ou quando afeta grupos vulneráveis ou minorias étnicas, quando envolve deslocamento ou repovoamento involuntários ou quando afeta locais significativos pertencentes ao patrimônio cultural. Esses impactos podem afetar uma área mais ampla do que os locais ou instalações sujeitos aos trabalhos físicos. A Avaliação Ambiental para um projeto da categoria A examina os possíveis impactos ambientais negativos e positivos do projeto, compara-os com os de alternativas exequíveis (incluindo a situação “sem o projeto”) e recomenda quaisquer medidas necessárias para prevenir, minimizar, solucionar ou compensar impactos colaterais e aprimorar o desempenho ambiental. É exigida uma Avaliação Ambiental completa, que normalmente é uma Avaliação de Impacto Ambiental.

**Categoria B:** um projeto proposto é classificado como sendo da categoria B quando seus possíveis impactos ambientais colaterais sobre populações humanas ou áreas ambientalmente importantes – incluindo pântanos, florestas, campos e outros habitats naturais – são menos prejudiciais do que os dos projetos da categoria A. Esses impactos são específicos de cada local; poucos deles, ou nenhum, são irreversíveis; e, na maioria dos casos, as medidas de solução podem ser mais prontamente elaboradas do que nos projetos da categoria A. O âmbito da Avaliação Ambiental para um projeto da categoria B pode variar de projeto para projeto, mas é mais restrito do que o de uma Avaliação Ambiental da categoria A. Da mesma forma que uma Avaliação Ambiental da categoria A, ela examina os possíveis impactos ambientais negativos e positivos do projeto e recomenda quaisquer medidas necessárias para prevenir, minimizar, solucionar ou compensar impactos negativos e aperfeiçoar o desempenho ambiental.

**Categoria C:** um projeto proposto é classificado como sendo da categoria C quando é provável que tenha impactos negativos mínimos ou mesmo nenhum impacto. Além da seleção, nenhuma ação de Avaliação Ambiental é necessária para um projeto da categoria C.

**Em breve, será disponibilizada a tradução dos seguintes anexos:  
EXHIBIT II: IFC SAFEGUARD POLICIES  
EXHIBIT III: WORLD BANK AND IFC SPECIFIC GUIDELINES**

**Tradução não-oficial  
Serviço Promovido pelo Instituto Observatório Social**

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)